

## A cassete do Euro

É difícil saber quem tem mais méritos nesta matéria, se o Eng.º Guterres se o Dr. Cavaco, ou se o Dr. Cavaco se o Eng.º Guterres, a ordem é indiferente, pois não há dúvidas que são cara e coroa da mesma moeda. Do Euro, claro.



■ José Soeiro Pág. 18

## Um programa contra ghettos

De vários lados se procura empurrar o PCP para uma falsa situação dilemática, entre a diluição ou o ghetto.

■ João Amaral Pág. 19

## Um banqueiro fala da crise

Jardim Gonçalves entrevistado por Manoel de Lencastre

Págs. 22 e 23

## Aleka Pappariga ao «Avante!» O Euro provocará agravamento da situação económica



Entrevista com a secretária-geral do PC da Grécia

Págs. 20 e 21

# Avante!

Órgão Central do Partido Comunista Português

Semanário • ISSN 0870-1865 • 14 de Janeiro de 1999 • Preço: 180\$00 (IVA incluído) • N.º 1311 • Director: José Casanova

## Aumento do Salário Mínimo

# Insuficiente e injusto

Pág. 5 e 6

A Comissão Política do CC do PCP considerou «profundamente insuficiente e injusta a decisão que o Governo anunciou de aumentar o Salário Mínimo Nacional em apenas 4,1%». O valor deste, afirmou, «está praticamente abaixo do nível de subsistência e é o mais baixo dos países da União Europeia».



Entrevista com Paulo Fidalgo

## Hesitações e compromissos travam reforma na saúde

Centrais

# Iraque: outra vez?



A secretária-geral do Partido Comunista da Grécia esteve em Portugal a convite do PCP

## RESUMO

### 6 Quarta-feira

O Tratado de Amesterdão é ratificado pela Assembleia da República com os votos a favor do PS e do PSD, e contra do PCP e de nove deputados do PP ■ O «Washington Post» afirma que Kofi Annan tem provas de que os inspetores da ONU no Iraque agiram em favor dos Estados Unidos ■ Ocorrem novos confrontos na Cisjordânia, depois de um jovem palestino ser morto a tiro por um soldado israelita ■ Na Serra Leoa, os rebeldes invadem a capital ■ O governo do Irão admite o envolvimento de elementos dos serviços secretos na morte de intelectuais e opositores nacionalistas laicos.

### 7 Quinta-feira

Aleka Papatou, secretária-geral do Partido Comunista da Grécia, participa num encontro sobre a União Europeia promovido pelo PCP, no Seixal ■ É adiado para Março o julgamento do caso das milícias populares de Francelos, cujos réus são acusados de terrorismo, ofensas corporais, sequestro, tortura e roubo ■ Um grande incêndio deflagra em Moledo do Minho ■ Bill Clinton começa a ser julgado pelo Senado norte-americano ■ O IRA acusa os unionistas do Ulster de bloquearem o acordo de paz ■ Iniciam-se as conversações entre as FARC e o governo colombiano.

### 8 Sexta-feira

O Ministério da Saúde determina auditorias a todos os hospitais e centros de saúde, depois de serem detectados casos de médicos em greve self-service que estavam a receber o ordenado completo ■ A Assembleia da República conclui, em relatório, que a Sonae foi favorecida pelo Governo de Guterres na concessão da zona de jogo de Tróia ■ O Governo aprova o aumento do salário mínimo nacional para 61 300 escudos ■ Após reunir-se com os presidentes das Câmaras de Leiria e Coimbra, António Guterres anuncia a constituição de comissões independentes para acompanhar a instalação de co-incineradoras em Souselas e Maceira-Lis ■ Em Angola, a ONU dá início às investigações sobre os aviões desaparecidos ■ O exército americano anuncia que a operação «Raposa do Deserto» terá provocado entre 600 e 1600 baixas entre os militares iraquianos.

### 9 Sábado

A Cruz Vermelha confirma que a situação em Timor-Leste continua tensa ■ De visita ao Kuwait, o primeiro-ministro britânico admite a hipótese de recomeçar os ataques ao Iraque para defender os países vizinhos ■ A OSCE acusa os separatistas albaneses do Kosovo de «acções irresponsáveis» que agravam a situação no território ■ Os soldados da Sfor matam o sérvio Dragan Gagovic, acusado de crimes contra a humanidade pela justiça internacional.

### 10 Domingo

A imprensa revela que a EDP vai despedir 30 por cento do pessoal da distribuição ■ Cinco polícias da ONU, incluindo um português, são feridos no Leste da Bósnia em incidentes com populares revoltados com a morte de Gagovic ■ O Parlamento iraquiano pede a Saddam Hussein que ignore as resoluções das Nações Unidas ■ O pintor Artur Bual falece com 72 anos.

### 11 Segunda-feira

O Parlamento Europeu debate a apresentação de uma moção de censura à Comissão Europeia devido a alegadas fraudes, irregularidades, esbanjamento e mau funcionamento da burocracia ■ Dezenas de timorenses manifestam-se em Díli pela demissão do governador de Timor por corrupção e nepotismo ■ O Iraque rejeita a iniciativa saudita de propor ao Conselho de Segurança da ONU o levantamento das sanções de carácter comercial.

### 12 Terça-feira

O ministro da Economia Pina Moura chega a Pequim para tentar «relançar» comércio com a China ■ O Presidente da Comissão Europeia, Jacques Santer, ameaça demitir-se se a moção de censura a que está sujeito chegar a votos ■ Bagdad reitera o seu não reconhecimento das resoluções da ONU ■ Agravamento da crise no País Basco faz temer pela estabilidade do governo do Euskadi e pela continuidade da trégua unilateral da ETA ■ O exército jugoslavo admite recorrer à força para libertar os oito soldados sequestrados pelo Exército de Libertação do Kosovo ■ Forças governamentais da República Democrática do Congo bombardeiam Kisangani, causando uma dezena de mortos entre os civis.

# A

o que parece, Tony Blair, primeiro-ministro britânico, passou a integrar o painel de colaboradores regulares do «Diário de Notícias». Porquê e para quê esta deriva jornalística de Blair? Na verdade, o facto é inusitado, insólito, misterioso. Inusitado, porque não é vulgar um primeiro-ministro — seja de que país for e muito menos da poderosa Grã-Bretanha — virar articulista (ainda que, ao escolher o DN para tais práticas, tenha a atenuante de emparceirar com pensadores do gabarito de uma Maria Elisa ou de um Emídio Rangel). Insólito, porque um observador menos atento pode ser levado a pensar que a soberba produção assinada por Blair tem como objectivo essencial evidenciar que o primeiro-ministro, além de saber rir e sorrir como ninguém, também sabe escrever. Misterioso, na medida em que não se percebe bem, mas presente-se, por que é que o tema com o qual Blair enche o espaço de antena que o generoso DN lhe concede é, sempre e invariavelmente, o Iraque.

Esta colaboração começou por alturas do bombardeamento do Iraque ordenado, em Dezembro último, pelo presidente Clinton e fielmente obedecido pelo sorridente Blair. As centenas de mísseis disparados contra Bagdad — que hoje se sabe terem provocado milhares de mortos — tinham, entre outros, o objectivo generalizadamente

reconhecido de desviar as atenções do Mundo de conhecidos problemas pessoais de Clinton. O primeiro-ministro britânico, que na altura caprichou em se antecipar a Clinton no anúncio público da benemérita acção, publicou então o seu primeiro texto no DN. Tratava-se, praticamente, de repetir o que antes dissera perante as câmaras das televisões, ou seja, de justificar o injustificável. Foi assim — recorrendo à mentira e à manipulação, falsificando dados, exibindo uma monumental hipocrisia e ostentando a qualidade de «expoente da esquerda europeia» — que Blair, pela mão do DN, entrou em Portugal. Reapareceu no sábado passado e a reincidência, intitulada «Firmeza e vigilância em relação ao Iraque», é tanto mais preocupante quanto se sabe o que tais coisas significam ditas por Blair, além de que, como aprendemos nos romances policiais, o criminoso volta sempre ao local do crime. Porque é de crimes que estamos a falar, e se é verdade que nessa matéria Saddam Hussein é um perito, não o é mais do que Clinton ou Blair.

Tendo a noção de que o massacre de que é co-responsável foi amplamente condenado, Blair sentiu necessidade de vir explicá-lo. Neste segundo texto, sempre a sorrir, supera-se a si próprio: desvenda uma indigência intelectual insuspeitável, abusa da desfaçatez e da desvergonha e deixa sinais de um sadismo obsessivo e doentio. A forma como explica o passado desprezo pela ONU e como justifica o que virá a seguir, é exemplar. Ouçamo-lo: «Sempre que possível devemos agir sob a égide das Nações Unidas e com o apoio total do Conselho de Segurança. Mas se formos honestos com nós próprios, temos que reconhecer que há alturas e situações em que, se tivermos que esperar por

esse apoio, esperaremos indefinidamente devido a razões diplomáticas complexas.» Portanto...

No que respeita aos mortos provocados pelos bombardeamentos, Blair, sempre sorridente, tranquiliza-nos: «Tal como pretendido, os danos e vítimas civis foram extremamente reduzidos.» Bem vistas as coisas, morreram apenas uns milhares de «incivilizados» (como diria o seu antepassado Churchill), pelo que o fogoso primeiro-ministro britânico tem carradas de razões para se sentir «orgulhoso daquilo que as nossas forças conseguiram no Iraque». Tantas carradas de razões quantas as de preocupações temos nós pelos perigos que hoje ameaçam a Humanidade por efeito da existência deste e de outros blair's.

Sobre os chamados «inspetores da ONU», Blair limita-se a reafirmar que «actuámos porque se tinha tornado absolutamente claro que Saddam não estava disposto a

cooperar com os inspetores de armas das Nações Unidas que não tinham mais condições para desempenhar a sua tarefa». E informa que ele e Clinton estão «à procura de ideias novas para assegurar que as inspecções e as acções de controlo possam ser restabelecidas no Iraque». Blair sabe, no entanto, qual o papel desempenhado por estes inspetores; sabe que o Chefe da Missão de Inspecção da ONU, o australiano Butler, tem tido um sinistro papel em todo este processo; sabe que foram as provocações

de Butler que estiveram na origem da chamada «crise dos palácios», no Outono passado; sabe que a acção de Butler, há muito denunciado pelos iraquianos e não só como homem de mão dos Estados Unidos da América, foi determinante para o despoletar dos bombardeamentos que conduziram ao massacre de Dezembro; sabe que a tarefa prioritária deste «inspector da ONU» tem sido a de, sempre que necessário, fornecer pretextos para as intervenções armadas norte-americanas; sabe, enfim, e todo o Mundo o sabe desde há uma semana, que «o inspector Butler, chefe da Missão de Inspecção da ONU», estava, de facto, ao serviço do governo dos Estados Unidos da América. Aliás, é por saber tudo isto que Blair procura «ideias novas» para enriquecer o conteúdo e o carácter destas inspecções de modo a bem defender os «vizinhos de Saddam» e a prosseguir as «humanitárias operações cirúrgicas» dizimadoras de milhares e milhares de iraquianos.

«Temos que estar preparados para atacar de novo caso Saddam volte a constituir uma ameaça para os seus vizinhos» — ameaça Blair, sorrindo sempre. Ora, sabendo-se que é Clinton quem decide se e quando Saddam constitui ou não «uma ameaça para os seus vizinhos» e que essa decisão não decorre da verdade dos factos mas do que em cada momento mais interessa ao presidente dos EUA; sabendo-se, por outro lado, que os problemas particulares do utente da Sala Oval estão longe de estar resolvidos; sabendo-se, ainda, que a voz de Blair é «a voz do dono» — é muito provável que um dia destes os mísseis da «democracia», da «liberdade», dos «direitos humanos» chovam novamente sobre o povo mártir do Iraque.

Avante!

Proletários de todos os países UNI-VOS!

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português  
Rua Soeiro Pereira Gomes, 3  
— 1600 — 196 Lisboa — Tel. 793 62 72

DIRECÇÃO E REDACÇÃO:  
Rua Soeiro Pereira Gomes, 3 — 1600 — 196 Lisboa  
Tel. 796 97 25/796 97 22. Telex 18390  
Fax: 795 22 64

ADMINISTRAÇÃO:  
Editorial «Avante!», SA — Av. Almirante Reis, 90, 7.ª A,  
1100 Lisboa.  
Capital social: 15 000 000\$00. CRC matricial: 47058.  
NIF — 500 090 440  
Inscrição na Direcção Geral da Comunicação Social  
N.º 102235

DISTRIBUIÇÃO:  
Distribuição ADE's  
Editorial «Avante!» — Av. Almirante Reis, 90, 7.ª A,  
— 1100 Lisboa  
Telef. (01) 815 34 87/815 35 11  
Fax: 815 34 95

Alterações de remessa:  
Até às 17 horas de cada sexta-feira:  
Telef. (01) 815 34 87/815 35 11

DISTRIBUIÇÃO COMERCIAL  
DELTA PRESS

Delegação Lisboa:  
Tapada Nova  
Capa Rota — Linho — 2710 Sintra  
Telef. (01) 924 04 47

Delegação Norte:  
Zona Industrial da Maia  
Sector IX  
Rua B L. 227 — 4470 Maia  
Telef. (02) 941 76 70

ASSINATURAS: Av. Almirante Reis, 90, 7.ª A 1100 Lisboa  
— Telef. (01) 815 34 87/815 35 11 — Fax: 815 34 95

PUBLICIDADE: Av. Almirante Reis, 90, 7.ª A 1100 Lisboa  
— Telef. (01) 815 34 87/815 35 11 — Fax: 815 34 95

Composição e Impressão  
Heska Portuguesa, SA  
Campo Raso  
2710 — 139 Sintra  
Depósito legal n.º 205/85

TABELA DE ASSINATURAS\*

PORTUGAL (Continente e Regiões Autónomas)	EXTRA-EUROPA
50 números: 8 100\$00; 25 números: 4 200\$00	50 números: 46 100\$00
EUROPA	GUINÉ-BISSAU, S. TOMÉ E PRÍNCIPE e MACAU
50 números: 28 600\$00	50 números: 33 850\$00

\* IVA e portes incluídos

Nome \_\_\_\_\_

Morada \_\_\_\_\_ Telef. \_\_\_\_\_

Código Postal \_\_\_\_\_

Enviar para Editorial «Avante!» acompanhado de cheque ou vale de correio.

## «Os portugueses em geral»

«Que é feito do PCP?» - perguntava, um dia destes, no «Jornal de Notícias», um tal A. Oliveira e Castro. E, de lupa assestada ao país real (onde era suposto encontrar-se o objecto da pergunta), e no meio de uma série de interessantes observações, por um lado, e de fantásticas revelações, por outro, ei-lo, triunfante, exibindo o brilhante resultado da não menos brilhante busca.

Diz ele que a derrota dos comunistas nas «últimas eleições autárquicas» foi «tão profunda e marcante» que o Partido «ainda não se recompôs dela». E acrescenta, incisivo e acutilante: «Nem dá sinais de se recompor, pela voz de oposição que mal se ouve, pela mensagem forte que não consegue transmitir, pela presença activa que deixou esmorecer, quer junto dos militantes quer junto dos portugueses em geral.» Porque se me afigura pouco provável a filiação deste analista no PCP, deduzo que ele seja «português em geral» o que, a confirmar-se, lhe confere um estatuto de substancial desinformação, nomeadamente no que ao PCP diz respeito. Daí esta sua-dele visão de um PCP sem «voz» nem «mensagem» nem «presença» - portanto inexistente - mas sobre o qual enten-

de, mesmo assim, debruçar-se e escrever. Vá lá a gente entender isto!

É o arguto investigador não se queda por aqui. Revelando-se um prendado contador de estórias, prossegue: «Se olharmos para os últimos dois ou três anos, apenas referenciamos o PCP em três grandes batalhas: a lei das 40 horas, a liberalização do aborto e a regionalização, o que é manifestamente pouco», etc., etc.

Vejamos: ainda que o PCP tivesse travado apenas essas «três grandes batalhas», seria caso para perguntar ao exigente analista que outro partido se lhe compara, nesta matéria, no quadro nacional... e já agora e porque perguntar não ofende: pensará o preclaro comentador que a esmagadora maioria das lutas que, envolvendo centenas de milhar de trabalhadores de todos os sectores de actividade, se travam neste país, caem do céu por efeito de qualquer divina decisão de conteúdo social?...

Esta ideia-feita sobre a pretensa inactividade do PCP, vive e alimenta-se da célebre teoria que diz que uma mentira muitas vezes repetida se transforma em verdade. Repetem-na todos os

órgãos da comunicação social dominante, inserindo-a num processo revelador do estado a que chegou a liberdade de (des)informação em Portugal: silenciando quase toda a actividade dos comunistas - escondendo dos «portugueses em geral» que essa actividade é superior à soma das actividades de todos os outros partidos nacionais - «concluem», depois, aquilo que previamente haviam já decidido: que o PCP está paralisado, inactivo, quiçá morto e enterrado. Uns democratas, é o que estes cavalheiros são.

Éis um exemplo recente desta prática: lendo o que foi escrito sobre a entrada de Veiga de Oliveira para o PS, verifica-se que está feita e embalada a ideia de que esse ex-comunista saiu do PCP agora mesmo e não, como manda a verdade que se diga, há dez anos. Há, mesmo, uma senhora - cuja dá pelo nome de Constança Cunha e Sá e pela profissão de jornalista - a garantir, preto no branco, que «um significativo número de comunistas adere ao PS». Ora se ela garante, por que carga de água é que «os portugueses em geral» haveriam de duvidar?

■ José Casanova

## Embuste e utopia

O governo iniciou o ano reunindo-se com grande aparato em Cortes gerais e festejando com pompa a morte do escudo, com o ministro das Finanças a proclamar que só no Euro a Europa encontrará a salvação. Enquanto isso ratificava-se à sucapa o Tratado de Amsterdão, sem discussão pública nem informação. E continuam escondidas outras questões vitais, como as negociações da Agenda 2000 e da PAC, tal como aconteceu à partilha de águas com a Espanha e à cedência das Lajes para a agressão ao Iraque. Problemas urgentes, na Agricultura, nas Pescas, na Saúde, na Justiça, marcam passo, mas outras avançam em marcha forçada: pacote laboral, cedências a Bruxelas, privatizações, isenções e favores ao grande capital.

Qual é, afinal, o fio de prumo que orienta a política deste governo?

Há muito desapareceu o rasto sequer do programa com que o PS se apresentou para angariar votos. O programa que ele realmente aplica é cada vez mais, na linha das social-democracias europeias em qualquer das suas «vias», a subordinação medrosa e activa às exigências, interesses e objectivos do mundo capitalista, aceite, temido e venerado como senhor e rei absoluto, indiscutível e indiscutido, ao qual se sacrificam aspirações, direitos e condições da pessoa humana.

Relembrando Camões, a tal política podemos aplicar com merecida validade os versos dos Lusíadas: «Leis em favor do rei se estabelecem/As em favor do povo só perecem.»

Mas a primeira semana do ano foi também escolhida para lançamento do big-show eleitoral PS, com um especial «Ponto de Encontro» para a apresentação das cabeças de uns tantos «ex» (ex-comunistas, claro) como troféus de caça do PS.

São cerca de duas dezenas, como tem sido largamente pré-anunciado, os que aguardam nos bastidores a hora da sua apresentação, como sobreviventes da navegação numa proclamada «plataforma de esquerda», que assim termina em naufrágio no pântano ideológico do PS.

Foi o caminho que escolheram. Mas pretender justificar o seu naufrágio e a sua imolação política como o prosseguimento de uma «busca da utopia» e de uma «alternativa ao capitalismo», como fez um deles - isso constitui, isso sim, um colossal, consciente e indesculpável embuste.

«Utopia»: no PS, que vive afogado numa baça, apagada e vil tristeza ideológica?

«Alternativa ao capitalismo»: com o PS, que pratica a mais acrítica e servil aplicação das regras, imposições, estruturas e concepções dos senhores do capital?

Só almas mortas podem falar assim.

A falsa e mesquinha «utopia» que os naufragos da «plataforma» do PS arvoraram em bandeira e incensaram em glórias hossanadas, nada tem a ver com a generosa «Utopia» que Thomas Morus há 500 anos nos deixou escrita, expressando uma longa aspiração de gerações que o antecederam e de outras que continuaram depois dele o mesmo sonho de justiça.

Morus foi mandado decapitar por se recusar a reconhecer o rei como único detentor do poder espiritual. Invocando a «Utopia» no seu acto de preito e vassalagem aos poderes do momento, os neófitos do PS cometeram um grave abuso contra a memória de Thomas Morus e contra o significado da sua mensagem.

Sigam o caminho que escolheram. Mas, honestamente, não invoquem valores de uma História à qual já não pertencem e com a qual já nada têm a ver - a de milhões de seres humanos que não se rendem, não se entregam, na ardente e urgente necessidade de criação de um mundo em que todos tenham, com justiça e equidade, melhor lugar, igualdade de oportunidades, maiores condições de felicidade.

■ Aurélio Santos

## ANGOLA

### Um caso exemplar

A situação de guerra aberta que Angola vive constitui um caso paradigmático do conteúdo da nova ordem mundial. Como é sabido sob a mediação da Organização das Nações Unidas e tendo como países observadores do processo de paz em Angola (EUA, Rússia e Portugal), foi assinado um conjunto vasto de documentos entre a UNITA e o Governo de Angola, que constituem o Protocolo de Lusaca, o qual foi publicado no Diário da República de Angola de 21.11.94.

O Protocolo contém inúmeros documentos anexos debruçando-se sobre a implementação dos Tratados de Paz. No anexo 3, sobre as questões militares, são definidos os princípios gerais quanto ao cessar-fogo e quanto ao estabelecimento de mecanismos de verificação, fiscalização das várias forças militares em presença, com o objectivo de aquartelar e desarmar a UNITA e integrar os seus militares nas Forças Armadas Angolanas (FAA).

A mediação da ONU e os países observadores tinham assim como missão promover a paz, aquartelar e desarmar a UNITA, integrar as forças da UNITA nas FAA e fazer com que o Estado angolano estendesse a sua administração a todo o território nacional.

Ora o que aconteceu em Angola é verdadeiramente espantoso. Sob as barbas da ONU e dos observadores, a UNITA não aquartelou as suas principais tropas, não se desarmou, antes se armou com novas e sofisticadas armas apresentando-se em Dezembro de 1999 com um exército de cerca de quarenta mil homens pronto a levar a guerra a todo o planalto central, a Malange e a parte das Lundas. É este o grande problema que vive Angola e é este problema que faz agravar todos os outros problemas. E sobre ele não há piruetas intelectuais do tipo das de Miguel Sousa Tavares ou Mário Soares que possam impedir de ter posição clara e de firme condenação de quem violou os Acordos assinados para tentar engolir o poder em Luanda.

Há seguramente em Angola muitos outros problemas desde a corrupção até à penúria dos bens alimentares, mas neste momento o problema nuclear é a guerra e esta resulta da política da UNITA e do seu chefe máximo Jonas Savimbi. E sejamos ainda claros: Savimbi tem as armas que tem porque há quem lhas venda. E não é difícil ver de onde lhe chega o dinheiro depois de se ter apropriado das minas diamantíferas e ter na África Austral dezenas de milhares de militares das ex-FFAA do Zaire, e de apoio de exércitos que combatem no novo poder do Congo Kinshasa. Savimbi contava com o apoio de Mobutu e sabe que não pode contar com o apoio de Kabila, mas pode eventualmente contar com as tropas do Ruanda e Burundi que combatem Kabila. E, por isso, o conflito angolano se torna ainda mais perigoso porque resulta também do conflito regional e, por outro lado, agrava perigosamente toda a situação regional.

Mas o tal lado paradigmático neste conflito é o papel da ONU. Como pode a mediação justificar que a UNITA em vez de se desarmar se tenha rearmado até aos dentes? Como pode ficar indiferente a um processo que supervisiona? Como pode ficar de braços cruzados face às sucessivas e constantes violações de todos os Acordos por parte da UNITA? Que credibilidade pode ter uma entidade que se responsabiliza por implementar a paz e deixa fazer a guerra?

Como podem as Nações Unidas permitir aos EUA e seus aliados bombardear o Iraque porque Clinton e Blair decidem e nada fazem contra reais violações das resoluções daquela organização?

Todas estas interrogações não nos conduzem à conclusão que a ONU é para enterrar e está exclusivamente ao serviço dos EUA e outras potências capitalistas. São interrogações que devem fazer agir para que a ONU se mantenha fiel aos seus princípios, ao primado das soluções negociadas, políticas e de recusa da via militar.

No caso de Angola, uma vez mais o que há a fazer é isolar e derrotar definitivamente o homem e o partido que são responsáveis pela destruição de Angola e a morte de centenas de milhares de angolanos. Não há outro quadro. Savimbi rasgou todos os Acordos e rearmou-se para tomar o poder. Esta é a verdade. Por mais que custe a certos cavalheiros, não há outra realidade.

■ Domingos Lopes



Foto: Sérgio Morais

Levemente - a neve...

SEMANA

## Mais de 100 mil pessoas em Berlim homenageiam Rosa Luxemburgo

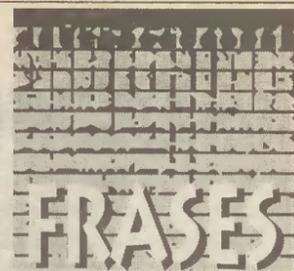
Uma impressionante manifestação de mais de 100 mil pessoas concentrou-se esta semana num cemitério de Berlim para evocar o assassí-

nio, há 80 anos, dos dirigentes revolucionários Rosa Luxemburgo e Karl Liebknecht, fundadores do Partido Comunista da Alemanha e grandes

teóricos marxistas. A manifestação foi convocada pelo Partido do Socialismo Democrático (PDS), tendo-se igualmente realiza-

do uma enorme manifestação pelas ruas de Berlim. Com esta evocação do assassinio de Rosa Luxemburgo e Karl Liebknecht, os mais de 100 mil alemães presentes homenagearam não apenas os dois revolucionários e a importância do seu papel na luta emancipadora dos trabalhadores no seu país, como também todas as vítimas da feroz repressão contra-revolucionária que varreu Berlim nos inícios de 1919. A tragicamente célebre «semana sangrenta» de 6 a 13 de Janeiro de 1919 foi um dos episódios mais negros da história alemã do início do século. Sob o pretexto de «libertar» alguns edifícios públicos de Berlim, ocupados na sublevação de dezenas de milhares de soldados, marinheiros e operários em Novembro de

1918, o governo social-democrata (SPD) - saído da abdicação do imperador Guilherme II - ordenou uma brutal repressão dos revolucionários na capital alemã nessa segunda semana de Janeiro de 1919, massacre que foi executado por uma falange de 40 mil mercenários recrutados entre tropa desmobilizada. Rosa Luxemburgo e Karl Liebknecht, que em 1917 haviam rompido com o SPD e duas semanas antes do massacre de Janeiro de 1919 haviam fundado o Partido Comunista da Alemanha, foram também assassinados na «semana sangrenta». Esta brutal repressão ordenada pelo SPD selou a ruptura entre social-democratas e comunistas, materializada em 1933 com o triunfo do nazismo.



“Ainda esta semana era lembrada a frase que marcou a tomada de posse do presidente da Comissão Europeia: “Faremos menos, mas faremos melhor.” (...) Jacques Santer cumpriu uma parte do que prometera. O seu executivo fez realmente muito pouco. A outra metade da promessa, a de fazer melhor, só acontecerá no dia da sua despedida.”

(Sérgio Figueiredo - «Diário Económico», 12.01.99)

“O PS de António Guterres vai dando ares de vir a ser uma versão “soft” de “aquela máquina”. Tudo na sua cúpula é calculado, articulado, mediatizado.”

(Victor Cunha Rego - «Diário de Notícias», 12.01.99)

“As vitualhas do “novo centro” são assaz delicadas e, por isso, qualquer centrífugadora que apareça nas respectivas “cozinhas” corre o risco de ser considerada como um resíduo ideologicamente tóxico - destinado, portanto, a uma co-incineração politicamente correcta.”

(Alfredo Barroso - «Expresso», 09.01.99)

“Os populares de Maceira e Souselas perceberam que foram escolhidos para a co-incineração de resíduos tóxicos porque são poucos. Os votos que aí se perderão já foram contados. Por isso o Governo esteve calado, deixando a ministra independente actuar sozinha.”

(Helena Roseta - «Visão», 07.01.99)

“Foi uma decisão arrogante e contrária ao novo estilo de diálogo que foi prometido por este Governo.”

(Manuel Alegre - «Público», 07.01.99)

“O défice de mulheres em cargos políticos é, sobretudo, um problema cultural, que não se resolve com engenharia política.”

(Henrique Monteiro - «Expresso», 09.01.99)

“A pergunta a fazer não é a de sim ou não às quotas. O que temos de saber é se a sociedade acha justo e certo que haja tão poucas mulheres nos lugares de decisão política.”

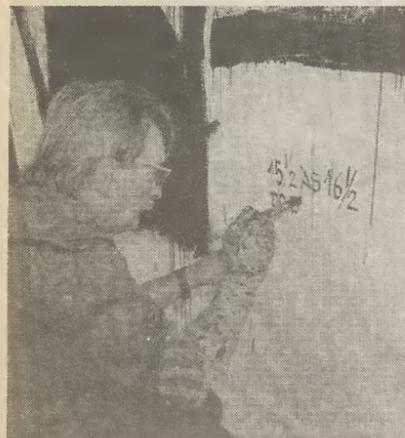
(Helena Roseta - «Expresso», 09.01.99)

“Não é possível globalizar a maioria dos serviços e a “way of life” de países de culturas e regimes políticos muito diferentes e, até, antagónicos. O pensamento único dura pouco.”

(Victor Cunha Rego - «Diário de Notícias», 06.01.99)

“As acções dos EUA contra o Iraque no quadro das dificuldades sexuais da presidência mostram que uma liderança enfraquecida e escarnejada pode ser particularmente perigosa e descontrolada.”

(João Amaral - «Jornal de Notícias», 11.01.99)



## Morreu Artur Bual

Aos 72 anos, vítima de doença, morre o pintor Artur Bual, figura de grande relevo nas artes plásticas portuguesas deste século. Considerado o introdutor do gestualismo abstracto em Portugal, Artur Bual deixa uma obra vasta e muito peculiar, onde avultam as figuras femininas e os Cristos, temas quase recorrentes no seu trabalho. «Bual, num voo plástico, vai da pele à alma feminina que está escondida na Lua», disse dele um dia Natália Correia, enquanto Marguerite Yourcenar afirmava: «E há em ti essa grande chama, cuja natureza nem tu mesmo conheces.» Quanto a Bual, dizia ele próprio, simplesmente: «Ser-se artista é não ter medo. Não ter medo das telas, nem das tintas, nem dos espaços, nem dos sentimentos.» Artur Bual nasceu em Torres Vedras em 1926 e o seu trajecto artístico foi pontuado por dificuldades económicas que o empurraram para uma multiplicidade de trabalhos, tendo inicialmente sobrevivido a pintar carrosséis para a Feira Popular, a realizar cenários de teatro e a desenhar móveis, ironizando, a propósito dessa época, que metade de Portugal estava forrado com os seus «bonecos». Fundamentalmente autodidacta, Bual apenas frequentou a Escola António Arroio entre 1941 e 1946, no final da qual começou a expor os seus trabalhos, não deixando de participar regularmente em exposições e, a partir de certa altura, de acumular prémios e reconhecimento nacional e internacional pelo seu trabalho. Em 1947, participa nas Exposições Gerais de Artes Plásticas da Sociedade Nacional de Belas-Artes; em 1954, integra o I Salão de Arte Abstracta da Galeria de Março, organizado pelo crítico José-Augusto França; em 1959, recebe o prémio do Salão dos Novíssimos do SNI e, mais tarde, o Prémio Nacional Souza Cardoso, os primeiros de uma longa série de sucessos: reconhecimento dos críticos de arte na I Bial de Paris em 1959, Prémio das Artes Plásticas em 1983, Prémio do Salão de Arte Moderna da Junta de Turismo da Costa do Sol, 2.º Prémio do Concurso de Pintura da BP, Prémio da revista *Eles e Elas* em 1993 e da revista *Nova Gente* em 1994. Em 1996, realizou uma grande exposição retrospectiva da sua obra na Fábrica da Cultura da Amadora, onde residiu durante mais de 30 anos, até à sua morte. Em sua homenagem, a Galeria Municipal desta cidade vai passar a ter o seu nome.



## EDP quer reduzir 30% no pessoal

Sob o pretexto de que os lucros de 1998 «não atingiram» os 120 milhões de contos previstos e «passando ao lado» do facto de, entretanto, os dividendos terem crescido, a EDP prepara-se para cortar em 30% as despesas com o pessoal, enquanto o investimento corrente vai ter um corte adicional de 10 a 12 milhões de contos. Quem o disse foi o próprio presidente da EDP, Mário Cristina de Sousa, em entrevista ao suplemento «Economia» do *Público*. O sector afectado pela redução de despesas com pessoal será o da distribuição. Todavia, não se julgue que os lucros da empresa «estagnaram», muito pelo contrário: o lucro consolidado em 1998 será 10 a 15 por cento superior ao do ano anterior, situando-se na bagatela dos 100 milhões de contos, enquanto vai ser proposto à assembleia geral a distribuição de um dividendo superior a 130 escudos...



## Grupo Impala «antitabagista» viola liberdades e garantias

Os cerca de 350 trabalhadores do Grupo Impala, na maioria jornalistas, foram ameaçados de despedimento se saírem das instalações da empresa nos dois

intervalos no trabalho de que beneficiam diariamente, de manhã e à tarde, numa decisão tomada pelo patrão, Jacques Rodrigues, aparentemente com o objectivo

de impedir os trabalhadores de fumar, mesmo na rua. Como já existe a proibição de fumar no interior das instalações, determinada pelo patrão, que é conhecido

como um antitabagista militante, os trabalhadores aproveitavam os intervalos para irem fumar na rua, o que passa a ser inviabilizado pela nova proibição de

sair das instalações. Esta atitude é considerada uma «restrição à liberdade pessoal» e revela «um desrespeito total pela condição do ser humano», afirmam os trabalhadores. Como forma de protesto, os não fumadores que habitualmente permaneciam no interior das instalações durante os intervalos, passaram a sair também, em solidariedade com os seus colegas fumadores, enquanto os segurancas da empresa tomam nota dos «prevaricadores», sobre quem impende a ameaça de despedimento pelo patrão.

Acrescente-se que no Grupo Impala não existem delegados sindicais dos jornalistas pelo medo de represálias patronais em que os trabalhadores ali vivem.

## Tornado público governo na Guiné-Bissau

Tomou-se esta semana público o nome da maioria dos elementos que vão integrar o novo governo da Guiné-Bissau, embora a composição oficial da lista só deva ser apresentada dentro de alguns dias. Hlía Barber, embaixadora não residente em Israel, deve substituir Delfim da Silva na pasta dos Negócios Estrangeiros. Francisco Benante, director da Faculdade de Direito de Bissau e uma das personalidades que apoiou a Junta Militar de Ansumane Mané, é apontado para a Defesa, o jurista Caetano N'Tchama para a Administração Interna, o comerciante Carlos Domingos Gomes, que foi candidato presidencial em 1994, deverá encabeçar os ministérios da Justiça e do Trabalho, as pastas de Economia e Finanças serão entregues a Abubacar Dahaaba, quadro do Banco Central da África Ocidental, enquanto o

Ministério do Equipamento Social, Transportes e Comunicações caberá ao advogado Silvestre Alves, uma das pessoas que, ao longo dos últimos sete meses, mais tem trabalhado com os militares da Junta revoltosa. Pinho Brandão deverá ficar com a pasta da Agricultura, Pescas e Recursos Naturais, Justino Amadu Fadiáh é tido como certo à frente da Saúde, enquanto a pasta da Educação, Juventude, Cultura e Desportos tem dois nomes possíveis, Califa Seidi ou Vítor Mandinga.

Todavia, o novo executivo continua a colocar a exigência de apenas tomar posse quando as tropas senegalesas, chamadas pelo presidente Nino Vieira, comecem a deixar Bissau e sejam rendidas por forças de outros países da Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO).



Comunicado da Comissão Política

# Lógica do lucro sobrepõe-se ao interesse público



O valor anunciado pelo Governo para o salário mínimo líquido «está praticamente abaixo do nível de subsistência» e é um factor de «perpetuação da pobreza com todas as suas conseqüências», sublinha a Comissão Política do PCP, após a sua reunião de segunda-feira, para apreciação da situação política, económica e social, designadamente questões de rendimentos e preços de serviços públicos. As conclusões (que a seguir se transcrevem) foram apresentadas por Francisco Lopes que, em relação à «aplicação da lógica do lucro» que se verifica, alerta para o «estabelecimento de discriminações» e «o crescimento de riscos para a qualidade e os padrões de segurança dos serviços prestados».

1 - A Comissão Política salienta que a propaganda do Euro e os auto-elogios do Governo na sua reunião de S. Julião da Barra não conseguem esconder a verdadeira situação do país, os problemas económicos e as injustiças sociais que três anos e meio de Governo PS não só não resolveram como em vários aspectos agravaram.

A fragilidade do aparelho produtivo nacional, o agravamento dos défices com o exterior, a concentração da riqueza, a crescente desigualdade na distribuição do rendimento nacional penalizando o factor trabalho, a violação sistemática dos direitos dos trabalhadores, o baixo nível de vida, a dimensão da pobreza, o agravamento da exploração, o processo de privatizações que significa o reforço do poder dos grupos económicos e financeiros e do seu controlo sobre a vida nacional, são alguns aspectos que aí estão a testemunhar a situação

real com que se confronta o povo português.

Não são frases de circunstância, como as recentes afirmações do ministro Jaime Gama sobre tornar Portugal “a mais moderna fachada atlântica da Europa” que respondem às necessidades do desenvolvimento sustentado do país no mundo e na Europa actual e da melhoria das condições de vida

do povo português. São precisas respostas consistentes, é necessária uma política de esquerda.

2 - A Comissão Política considera **profundamente insuficiente e injusta a decisão que o governo anunciou de aumentar o Salário Mínimo Nacional (SMN) em apenas 4,1%.** Veja-se o que é hoje para

centenas de milhar de portugueses viver com 61 300\$00 por mês, o valor do salário mínimo líquido que acaba de ser fixado pelo Governo para 1999. É um valor que está praticamente abaixo do nível de subsistência e é o mais baixo dos países da União Europeia. O nível do SMN é não só um factor de pobreza, mas também de perpetuação da pobreza com todas as suas conseqüências.

O valor do SMN não constitui apenas uma profunda injustiça para os trabalhadores que o têm como vencimento, constitui simultaneamente um valor de referência negativa para outros aspectos da política salarial.

A decisão anunciada é assim uma opção do Governo pela manutenção de um SMN degradado, pela política dos baixos salários, pela não integração, como se impunha, dos ganhos de produtividade nos aumentos salariais, pelo agravamento da exploração, pela

manutenção de uma situação de pobreza para muitos milhares de famílias, situações que se tornam ainda mais chocantes considerando os chorudos benefícios dados às multinacionais e em geral ao grande capital.

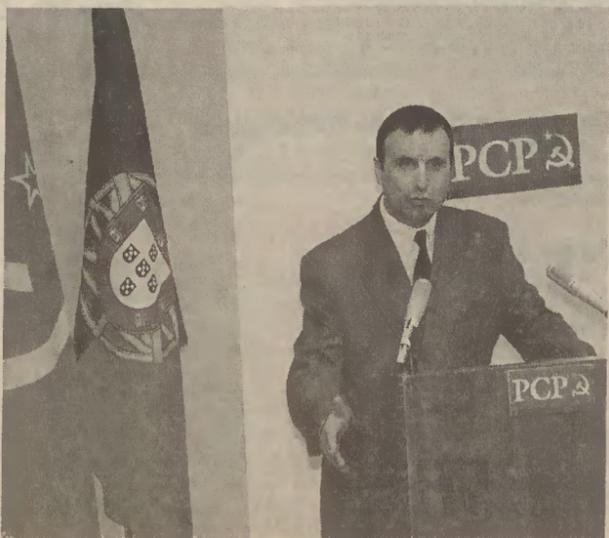
O PCP defende uma política de valorização do SMN, a incorporação dos ganhos de produtividade para o seu aumento, uma real aproximação aos valores do SMN com outros países da Europa e o estabelecimento do seu valor também tendo em conta critérios internacionais que apontam para a sua desejável aproximação a dois terços do salário médio.

Por outro lado, o Governo PS, defraudando justas reivindicações dos trabalhadores e dos Sindicatos da Administração Pública, no sentido dos seus salários recuperarem o poder de compra perdido, prossegue uma “política de rendi-

mentos” para a Administração Pública de degradação dos níveis salariais, e que tem como objectivo estimular a resistência do grande patronato ao crescimento dos salários.

Como se isto não bastasse, o Governo mantém a injustificada política do valor do salário mínimo para a Administração Pública ser inferior ao valor do Salário Mínimo Nacional.

O PCP saúda a decisão da CGTP em manter a disposição de lutar contra o pacote laboral enquanto o Governo não o retirar da Assembleia da República, designadamente a proposta de trabalho a tempo parcial. A decisão de realizar no dia 4 de Fevereiro uma acção associando a luta contra o pacote laboral com objectivos como os da defesa da Segurança Social, contra as privatizações e por melhores salários terá do PCP o apoio e o empenhamento combativo.



## Comunicado da Comissão Política

**3** - A Comissão Política analisou questões da evolução e da política de preços dos serviços públicos com especial incidência neste início de ano.

A Comissão Política do PCP vê com preocupação, no seguimento das privatizações e da aplicação da lógica do lucro em detrimento do interesse público, o desenvolvimento da tendência em importantes serviços públicos para o aumento de preços ou a sua manutenção a níveis escandalosamente altos, para o estabelecimento de discriminações em função do poder económico dos utentes ou do ponto do território nacional em que se encontram e o crescimento de riscos para a qualidade e os padrões de segurança dos serviços prestados.

No estabelecimento dos preços o que afinal está em causa

é o máximo lucro para os grupos económicos e financeiros que crescentemente controlam estas empresas no seguimento da sua privatização, à custa dos orçamentos familiares e dos utentes em geral.

É o caso entre outros das portagens das auto-estradas e da Ponte Vasco da Gama.

É também o caso da energia eléctrica em que, apesar de no seguimento da iniciativa do PCP aprovada pela Assembleia da República para a redução das tarifas em 15% e da acção nacional que desenvolveu no mesmo sentido com a recolha de cerca de 60 000 assinaturas num curto espaço de tempo, se ter verificado pela primeira vez uma redução de preços, se continuam a praticar preços elevadíssimos, dos mais elevados da União Europeia, enquanto

a EDP, privatizada a quase 50%, prevê lucros de mais de 100 milhões de contos para 1998.

Relativamente aos transportes públicos, o PCP considera que não pode deixar de ser tido em conta na consideração das tarifas, a sua importância social, na qualidade de vida e na protecção do ambiente, os níveis de preços já praticados, e a baixa das tarifas da electricidade e do gásóleo que reduz os custos de exploração.

Sublinha também a necessidade de corrigir a situação discriminatória anunciada pelo Governo na nova linha de caminho-de-ferro que atravessa a Ponte 25 de Abril (que o governo privatizou com a sua concessão a privados) cujos utentes seriam sujeitos a preços/Km três vezes mais caros que os praticados pela CP.

## Telecomunicações

# Cinco propostas para corrigir injustiças

Sobre as telecomunicações, o PCP entende que não há qualquer justificação para que em Portugal se pratiquem as tarifas da rede fixa mais caras da Europa, tendo em conta o poder de compra, facto ainda recentemente apontado por um organismo da UE e que está na base dos cerca de 80 milhões de contos de lucro que a Portugal Telecom, privatizada a 75% pelo Governo PS, prevê para 1998.

O ano passado foi aplicado um novo sistema tarifário que mereceu forte contestação popular e que, pesem todas as manipulações e estudos à medida, penalizou os utentes residenciais com o elevado aumento das chamadas locais de curta duração.

Para 1999 em vez de uma alteração de política começaram já a desenvolver-se as mistificações em torno do rebalanceamento tarifário e dos aumentos médios, tentando passar a ideia de uma redução de tarifas, quando se prepara um novo aumento das chamadas locais, aquelas que mais atingem os utentes residenciais em geral.

O PCP considera inaceitável um novo aumento das chamadas locais que penaliza os utentes residenciais e os utentes da Internet, condicionando o acesso à rede e a democratização da sua utilização.

No sentido de uma política de telecomunicações que dê resposta às necessidades nacionais e à correcção das injustiças e distorções existentes o PCP adianta cinco propostas relativamente ao sistema tarifário das telecomunicações:

- A introdução da tarifação ao segundo de modo a que, aplicando os correspondentes sistemas técnicos, a partir dos trinta segundos de conversação (ou um período mais reduzido se tecnicamente for possível e aconselhável), o utente pague apenas o tempo que efectivamente falou, superando o actual sistema de temporização por impulso. Por exemplo, actualmente para uma chamada local no período normal (dias úteis das 9h00 às 21h00) um impulso são três minutos e se um utente falar apenas um minuto tem que pagar os restantes dois minutos que não utilizou. Segundo a proposta do PCP de aplicação da tarifa-

ção ao segundo, aliás já em vigor noutros países, falando um minuto paga apenas um minuto e não os três do impulso actual;

- A integração na assinatura mensal de um pacote de 50 impulsos gratuitos ou do tempo de conversação equivalente no caso da facturação ao segundo, medida também já aplicada em outros países, corrigindo-se a situação actual de um valor de assinatura mensal extremamente elevado e que não dá direito a comunicação, garantindo apenas a disponibilidade de linha para o fazer;

- A correcção dos preços injustificadamente altos das taxas de interconexão entre redes;

- A eliminação da taxa de activação;

- O não aumento da assinatura mensal e das chamadas, em particular as chamadas locais, as mais penalizadas nos últimos anos.

O PCP defende um serviço público de telecomunicações acessível e de qualidade e nesse sentido além das propostas avançadas considera necessário que sejam efectivamente aplicados os mecanismos previstos de contributo para o financiamento do serviço público (universal) por parte das empresas operadoras que intervêm aproveitando a liberalização das telecomunicações.

As propostas do PCP são justas e necessárias, várias estão já em aplicação noutros países, e são possíveis sem pôr em causa a estabilidade económico-financeira da Portugal Telecom, salvaguardando o seu papel no desenvolvimento das telecomunicações nacionais e sem que os lucros sejam comprometidos, seriam apenas reduzidos.

É necessário dar prioridade ao serviço público e não à especulação bolsista, aplicar uma política de investimentos que privilegie o território e as necessidades nacionais e não a acumulação do máximo lucro.

O PCP apresenta estas propostas sobre telecomunicações e outros serviços essenciais e considera que a intervenção organizada e activa dos utentes, dos trabalhadores, do povo português é o factor determinante para combater o aumento de preços, exigir a sua redução e garantir serviços públicos acessíveis e de qualidade.

## Paul Eleitos do PSD procuram paralisar a Junta

**A Comissão de Freguesia de Paul do PCP, em comunicado à população, denuncia o comportamento dos eleitos do PSD, em Paul, Carlos Ramos e José António Pais, respectivamente secretário e tesoureiro da Junta de Freguesia, por, sem justificação «legítima», se recusarem a pagar os salários aos trabalhadores e faltarem às reuniões marcadas pelo presidente.**

Como argumento para o seu comportamento, os eleitos do PSD alegam não possuir chave de acesso à Junta mas esquecem-se de informar que o presidente mandou, de facto, mudar a fechadura, por ter perdido a confiança política neles a partir do momento em que, manifesto desrespeito pelo presidente e ultrapassando as suas competências, tentaram à uma da manhã, «de forma irresponsável e provocatória», desmontar o computador de uma funcionária. Atitude com a qual puseram em causa o pagamento dos salários aos trabalhadores da Junta e a fornecedores, a resolução de problemas da freguesia e a possibilidade de se efectuarem outros investimentos.

O seu argumento cai por terra, no entanto, tornando a sua atitude ainda mais condenável, quando se sabe que a sede da Junta de Freguesia se encontra diariamente aberta entre 9 e as 18 horas, podendo eles lá

entrar sem qualquer entrave e executar as funções que lhes foram atribuídas.

Porém, desde a sua entrada na Junta, estes eleitos do PSD nunca se preocuparam em resolver os problemas de Paul, diz a Comissão de Freguesia de Paul do PCP. Pelo contrário, a sua actuação caracterizou-se pelo «vasculhar de arquivos», procurando eventuais irregularidades; pela tentativa de paralisação de trabalho administrativo da Junta - em mais de 450 officios, o secretário executou 4, e estes sem conhecimento do presidente! -; pela tentativa de despedimento da funcionária administrativa; pelo insulto ao presidente e boicote a iniciativas suas na Câmara da Covilhã; pela inviabilização do apoio da Junta às comemorações do 25 de Abril, à Semana Cultural e à Festa do Natal para as crianças do Paul. Ou seja, «por nada fazerem para ajudar o trabalho da Junta de Freguesia!».

Afinal, «o que move os eleitos do PSD»? Na opinião dos comunistas, o que sempre os moveu: a paralisação da freguesia com o objectivo - hoje claro - de provocarem eleições antecipadas e assim tentarem chegar à Presidência.

Assim, o PCP, solidário com os trabalhadores e com os eleitos da CDU, nomeadamente o presidente da Junta de Freguesia, denuncia a hipocrisia do secretário e do tesoureiro da Junta de Paul que, em sete horas diárias de funcionamento deste órgão, não têm cinco minutos para aí se deslocarem, e exigem a normalização do funcionamento da Junta, como forma de respeito pela vontade popular expressa nas eleições.

## Co-incineração

# Souselas prossegue luta

«A movimentação popular é o factor decisivo para impedir a instalação em Souselas da co-incineração de resíduos industriais», conclui a Comissão Concelhia de Coimbra do PCP, após a reunião com o Primeiro-Ministro.

Apesar de todo o processo «ter sido mal conduzido», prossegue, a luta possibilitou a instalação dos filtros de mangas em todas as linhas de produção - há muito exigidas - e a participação efectiva da comunidade científica.

Assim, para os comunistas, agora «é impensável e constituiria uma autêntica fraude» avançar com qualquer processo de co-incineração na CIMPOR-Souselas, sem que a Comissão Científica a constituir reavalie todo o processo e emita o seu parecer vinculativo.

O PCP sublinha o importantíssimo papel dinamizador da Junta de Freguesia de Souselas e, retomando

do as reivindicações dos órgãos autárquicos da Freguesia e pela Assembleia Municipal de Coimbra, exige a revogação da decisão de fazer recair sobre Souselas a co-incineração e uma informação clara sobre as alternativas para tratamento dos resíduos industriais e as consequências da co-incineração comparadas com as dessas alternativas.

Por fim, a Concelhia de Coimbra insiste na necessidade de prosseguir com o abaixo-assinado/petição a entregar à Assembleia da República, com a acção judicial contra o Despacho da ministra do Ambiente e com a realização de uma grande manifestação que abarque «um leque muito grande de associações, sindicatos, colectividades, partidos, autarquias e outras instituições e mobilize todos os homens e mulheres de Coimbra, em demonstração da força da Cidade e do Concelho».

## CAMARADA FALECIDOS

### Alfredo Bernardino

Com 86 anos de idade, faleceu recentemente o camarada Alfredo Bernardino. Militava na organização concelhia de Mafra.

### Alice Leopoldino Fernandes Castanheira

Faleceu recentemente, com 74 anos de idade, a camarada Alice Leopoldino Fernandes Castanheira. Estava organizada na Freguesia de Alverca.

### Armando Daniel

Faleceu recentemente o camarada Armando Daniel, membro do Partido desde 1974. O camarada estava organizado na freguesia de Bobadela, concelho de Loures.

### Graciano Soeiro Rodrigues

Com 64 anos, faleceu, no passado dia 8 de Janeiro, o camarada Graciano Soeiro Rodrigues. Estava organizado em Sacavém.

### José Carrasco

Faleceu recentemente, com 87 anos de idade, o camarada José Carrasco. Estava organizado na freguesia do Campo Grande.

### Humberto Soeiro

Faleceu, no passado dia 6 de Janeiro, com 77 anos de idade, o camarada Humberto Soeiro, advogado, de Braga. Era membro do Partido desde 1949. A Direcção da Organização Regional de Braga, em nota à comunicação social, apelou a membros do Partido e demais democratas para se associarem à última homenagem,

que constituiu o seu funeral, a esta grande figura de democrata (ver pág. 7).

### Lino Lima

No passado dia 6 de Janeiro, faleceu no Porto, com 81 anos de idade, o camarada Lino Lima, advogado. Membro do Partido desde 1941, pertencia à Organização Regional do Porto. Ao longo de toda a sua vida foi um obreiro corajoso, lúcido e incansável da democracia portuguesa, como refere a Direcção da ORP no comunicado em que deu conhecimento público da sua morte (ver pág. 7).

### Lurdes Carvalho

Após prolongada doença, faleceu no passado dia 11 de Janeiro, a camarada Lurdes Carvalho, de 44 anos de idade. Trabalhadora da Câmara Municipal do Barreiro, chefiou durante vários anos a Divisão de Gestão Financeira, sendo actualmente responsável pela Divisão de Administração Geral. Membro do Partido desde 1976, assumiu ao longo destes mais de 22 anos de destacada militância partidária diversas tarefas na organização concelhia do Barreiro, designadamente as de responsável pelas células dos trabalhadores da autarquia e da CP. Tendo sido responsável pela Comissão Concelhia de Fundos, integrou também a Comissão Distrital de Fundos. Durante vários anos integrou tanto o Executivo como o Secretariado da Comissão Concelhia, de que actualmente era membro.

O Secretariado do Comité Central e a DORS enviaram ao camarada Carlos Humberto, seu marido, e família as mais sentidas condolências.

Aos familiares e amigos dos comunistas falecidos, o colectivo do «Avante!» manifesta sentidas condolências.

## LISBOA Casal Ventoso inicia realojamento

«O princípio da fixação das populações nas suas áreas de residência é um direito inquestionável da sua inserção na vida urbana da cidade e uma forma de manter viva e habitada a Cidade de Lisboa, preservando a sua identidade própria.» Este é um princípio que a Direcção da Organização da Cidade de Lisboa do PCP defende e pelo qual os eleitos do PCP nos vários órgãos autárquicos sempre se têm batido. Já se iniciou no Casal Ventoso esse processo de realojamento. Apesar de complexo, trata-se de um «primeiro passo decisivo para a condição de vida da população e para eliminar um dos mais conhecidos centros de tráfico de droga do País». Na opinião do PCP, é ainda positivo que o realojamento seja associado à construção de equipamentos para idosos, esquadra e outras estruturas de apoio à população e de integração do bairro na cidade, sendo, contudo, que o combate ao tráfico e consumo de droga no Casal Ventoso «tem que ser acompanhado de um plano de emergência, sob a responsabilidade do Estado».

## AÇORES SATA tem novo tarifário

A propósito da redução tarifária da SATA Air Açores, em vigor desde 1 de Janeiro, o deputado do PCP, Paulo Valadão, apresentou, na segunda-feira passada, na Assembleia Legislativa Regional, um requerimento, colocando algumas questões. O PCP quer saber designadamente quando foi tomada a decisão do novo tarifário ser só aplicável «a residentes e a algumas excepções», uma vez que quando da discussão do Plano e Orçamento para 99 e do anúncio da redução de preços pelo Secretário de Estado da Economia, nunca o conceito de «tarifa de residente» foi abordado. Como são calculadas as tarifas de estudante nos voos internos, qual a razão por que a nova tarifa (residente) não permite a utilização do «stop-over», porque não podem os residentes beneficiar das tarifas especiais de grupo, são outras das questões que Paulo Valadão coloca com carácter de «urgência».

## PARANHOS Bom trabalho da CDU

Na sua primeira reunião, após a 3.ª Assembleia de Organização, a Comissão de Freguesia de Paranhos do PCP analisou a situação política, a actividade autárquica e distribuição de tarefas. Designadamente em relação à actividade dos eleitos da CDU na Assembleia de Freguesia, os comunistas entendem que ela foi «extremamente positiva», valorizando este órgão e contribuindo para a resolução dos problemas de Paranhos. O arranjo de passeios, a instalação de iluminação adequada em algumas zonas e a resolução de alguns problemas dos moradores dos bairros camarários - em relação ao qual a CDU apresentou um dossier circunstanciado -, são algumas das questões para os autarcas da CDU muito contribuíram com as suas propostas e acção. O PCP de Paranhos aprovou, contudo, no seu plano de actividades para 1999, uma maior articulação dos seus autarcas à população e o reforço do contacto com as forças vivas da freguesia.

## PENACOVA Centro de Saúde novo com problemas velhos

Passado quase um ano sobre a sua inauguração, o Centro de Saúde de Penacova apresenta problemas que fazem parecer que «nada mudou» em relação ao Centro de Saúde velho - falta de aparelhos (RX), de pessoal de enfermagem e de médicos, designadamente nos Serviços de Urgência. Uma situação que roça o «caos», segundo denuncia a Comissão Concelhia de Penacova do PCP que, a título de exemplo, refere um caso recentemente ocorrido em que um pai desesperado, após cerca de duas horas de espera, teve de «fazer barulho» para conseguir que o filho, cheio de febre, fosse atendido. Diagnosticada a doença, aconteceu, porém, o «insólito»: a farmácia do centro não tinha o medicamento que a criança precisava de tomar de imediato. Os utentes chegam a esperar meses por uma consulta, uma vez que cada médico tem a seu cargo entre 1500 e 2000 doentes, lembra a Concelhia de Penacova que, face a este panorama, para além do reforço de médicos e pessoal de enfermagem defende a abertura de extensões de saúde, de forma a descentralizar o atendimento e acabar com as longas listas de espera.

## 4.ª Assembleia da ORL Alargar influência do PCP

O reforço do Partido é o objectivo central da 4.ª Assembleia que a Direcção da Organização Regional de Lisboa vai realizar, no próximo dia 30 de Janeiro, no Pavilhão Multiusos, com a participação de cerca de 900 delegados. A Assembleia, que contará com a presença do Secretário-geral, Carlos Carvalhas, vai definir as linhas por que a organização irá pautar a sua actuação nos próximos tempos.

A decisão de realizar a nova Assembleia, dois anos apenas decorridos sobre a última, foi tomada pela DORL há um ano, após as eleições autárquicas, face à ideia de que, apesar do contexto económico social e político que tem vindo a dificultar a intervenção do Partido, o reforço do papel dos trabalhadores e o amplo exercício da democracia, existem condições para travar esse processo e reforçar e alargar a influência social, política e eleitoral do PCP.

O anteprojecto de Resolução Política, neste momento em debate na organização e aberto à sua contribuição, tem por base as resoluções políticas aprovadas na 3.ª Assembleia da ORL, na Conferência Nacional do PCP «Renovar e reforçar a organização e a intervenção do Partido no seio dos trabalhadores», no XV Congresso do PCP e na reunião do Comité Central de 14 e 15 de Fevereiro/98, que os comunistas de Lisboa consideram manter a sua validade e actualidade.

Durante os trabalhos preparatórios da Assembleia e na própria Assembleia estará igualmente em discussão a proposta de medidas urgentes para a melhoria da qualidade e condições de vida de quem vive e trabalha no distrito de Lisboa, que «devem constituir um instrumento para a acção e a luta».

A DORL do PCP quer que todas as organizações e militantes do Partido no distrito participem activamente nestes trabalhos, designadamente associando-se às grandes batalhas sociais e políticas em curso - luta contra o pacote laboral; defesa e melhoria do sistema público da Segurança Social; luta contra o desemprego e pelo emprego com direitos, por melhores salários e pelos restantes direitos dos trabalhadores; luta contra a desresponsabilização do Estado das suas funções sociais; comemorações do 25 de Abril e do 1.º de Maio; eleições para o Parlamento Europeu e para a Assembleia da República -, e às medidas e ao trabalho concreto para o reforço da organização, intervenção e afirmação política do Partido.

### Luta - uma necessidade

Depois de salientar as lutas dos trabalhadores e das populações contra a política de inspiração neoliberal do PS, durante os seus três anos de governação, e de analisar as consequências desta política, o anteprojecto de Resolução Política alerta para o

facto de o PS e o PSD - que se encontram de acordo em questões fundamentais - procurarem induzir os portugueses a encontrar as suas diferenças «em aspectos meramente acessórios da acção política».

O objectivo destes dois partidos é estimular a ideia da bipolarização da vida política - de que pretendem afastar o PCP - e fazer crer que o combate político se trava entre eles e não entre a política de direita que ambos prosseguem e a política de esquerda protagonizada pelo PCP.

Por seu lado, o PP - «agora em aliança eleitoral com o PSD mas apoiando o PS sempre que necessário» -, guarda para si o papel de extrema-direita populista.

É, pois, num quadro que crescente liquidação de direitos e exploração dos trabalhadores, de crescente injustiça na distribuição da riqueza, de alargamento do fosso entre ricos e pobres e de alastramento de manchas de pobreza e de fenómenos de exclusão social que a intervenção do PCP e a luta dos trabalhadores aparecem como elementos essenciais para obrigar o Governo a recuar em muitas das suas decisões e ampliar a compreensão de que é possível e desejável uma alternativa de esquerda.

Assim, para alterar o contexto em que o PCP e os trabalhadores lutam, a DORL considera que é necessário que cada militante e cada organismo se questione nomeadamente sobre se conhece a realidade em que se move, se a relação que tem com os trabalhadores e as populações está em conformidade com os princípios e concepções do Partido, se encontrou as formas organizativas adequadas ao melhor aproveitamento do potencial humano e militante do Partido.

O documento aponta, pois, as linhas prioritárias para um novo impulso na organização, intervenção e afirmação política do Partido. Linhas que, designadamente, tenham em conta as mudanças e alterações no mundo do trabalho: o peso relativo dos sectores de actividade, o crescimento do sector terciário, o número crescente de intelectuais e quadros técnicos, a composição etária dos trabalhadores das empresas e diversificação dos seus problemas, a precarização dos vínculos laborais e as sofisticadas formas de exploração que agora se verificam.

O rejuvenescimento e renovação da organização; a valorização do papel dos militantes e dos organismos, a abertura mais decidida aos problemas concretos dos trabalhadores e das populações, o enriquecimento do debate político das organizações e a valorização do papel da imprensa do Partido são outras vertentes de trabalho que o documento equaciona como fundamentais para o necessário reforço do Partido.

## Póvoa Estação no bom caminho

Na continuidade da luta que tem desenvolvido ao lado da população da Póvoa de Santa Iria por uma estação ferroviária com condições, uma delegação do PCP reuniu, no passado dia 6 de Janeiro, com a administração da REFER e o responsável Operacional do Troço 1 da Linha do Norte.

Em comunicado à população, as Comissões de Freguesia do Forte da Casa, da Póvoa de Santa Iria e de Vialonga do PCP, para quem a reunião «decorreu com o melhor espírito de colaboração», dão conhecimento do compromisso que resultou desta reunião: a conclusão até finais de Março das obras da estação.

Afirmando que «vale a pena lutar!», o PCP informa, ainda, que, sem prejuízo do acordo assumido, foi visto no imediato a colocação de bancos, papeleiras e cinzeiros, a garantia do bom funcionamento dos elevadores e escadas rolantes, a repa-

ração dos danos estruturais dos edifícios e limpeza exterior dos mesmos, a retirada e racionalização de alguns painéis fixos actuais, de modo a permitir uma boa visão dos relógios, e, ainda, o equacionamento da instalação provisória de aviso sonoro no átrio junto às bilheteiras.

Até à conclusão das obras, serão também instalados quatro monitores de informação no átrio, máquinas automáticas para aquisição de bilhetes e, no cais de embarque, painéis informativos electrónicos que funcionarão em simultâneo com avisos sonoros. Para uma fase posterior, ficou acordada a instalação de bandas acústicas e o arranjo das zonas envolventes da estação.

Por fim, o PCP informa que irá oficiar a CP, com vista à resolução de questões específicas da sua competência e a si directamente relacionadas, designadamente as que têm a ver com a segurança dos utentes/estação.

## Lino Lima e Humberto Soeiro Democracia perde duas grandes figuras

A democracia portuguesa acaba de perder duas importantes figuras de portugueses e lutadores incansáveis pela causa da liberdade: Lino Lima e Humberto Soeiro. Nascido no Porto, Lino Lima foi desde muito jovem um destacado antifascista, tendo sido quatro vezes preso pela PIDE.

Participou em todas as comissões da Oposição Democrática do distrito de Braga até ao 25 de Abril, foi membro da Comissão Central do Movimento Nacional Democrático, das candidaturas à Presidência da República do Prof. Ruy Luís Gomes e do General Humberto Delgado, e tomou parte activa na organização dos Congressos da Oposição Democrática, realizados em Aveiro.

Já depois do 25 de Abril, foi nomeado pelo 1.º Governo Provisório para a Comissão que elaborou a lei eleitoral para a Assembleia Constituinte.

Foi deputado durante várias legislaturas pelo PCP - de que era membro desde 1941 - e pertenceu ao Conselho Superior de Magistratura por eleição da Assembleia da República. Sempre coerente com os seus ideais de liberdade e justiça social, viu o seu escritório destruí-

do, durante o «Verão Quente» de 1975, por um grupo terrorista.

Para além da colaboração em muitos jornais e revistas, publicou diversos livros, como «A crise da indústria têxtil», «Intervenção Política», «Discursos e debates na Assembleia da República», este editado, em 1996, pela Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão, e ainda o «Romanceiro do povo miúdo», que publicou sob o pseudónimo de José Ricardo, que constitui uma admirável crónica dos anos negros da ditadura.

A Assembleia Municipal do Porto aprovou um voto de pesar pelo seu desaparecimento. O advogado Humberto Soeiro, nascido em Portalegre, há 77 anos, desenvolveu grande parte da sua actividade profissional nesta cidade. Membro do PCP desde 1949, foi, ao lado da oposição ao regime fascista, um dos seus mais destacados elementos.

O seu escritório de advogado, desafiando o poder fascista, foi muitas vezes a sede da Oposição ao regime. Aveso a homenagens e a cargos, Humberto Soeiro soube como ninguém cultivar a amizade mesmo com aqueles que estavam no lado oposto do seu pensamento político.

## TRABALHADORES

## Mais 3,5 por cento nos clubes de futebol

Os trabalhadores administrativos, da manutenção e dos bingos dos clubes de futebol profissional vão ter a sua tabela salarial actualizada em 3,5 por cento, informou segunda-feira a Federação Portuguesa dos Sindicatos do Comércio, Escritórios e Serviços.

A Fepces/CGTP revelou que, «após uma negociação firme», chegou dia 5 a acordo com a Liga dos Clubes. A federação salienta, em nota distribuída à comunicação social, que o contrato colectivo de trabalho para 1999 «vai permitir regular e salvaguardar os interesses e direitos dos trabalhadores nos clubes e dos bingos».

A par da actualização da tabela, «pela primeira vez, conseguiu-se um aumento mínimo garantido de 1,5 por cento sobre os salários reais», realça a Fepces.

Foi ainda acordada uma redução do horário semanal de trabalho para todos os trabalhadores e a melhoria do trabalho nocturno nos bingos. A semana de trabalho passa assim a ser de 35 horas para os trabalhadores administrativos, de 39 horas para os da manutenção, e de 36 horas para o pessoal dos bingos.

O subsídio de refeição aumenta para 950 escudos.

«Os trabalhadores vão empenhar-se no cumprimento, por parte dos clubes e dos bingos, do contrato colectivo de trabalho que acaba de ser revisto», conclui a nota da federação.

## Salgueiros

Já foram registados, desde 14 de Novembro, mais de 150 casos de expulsão de trabalhadores do Bingo do SC Salgueiros que exigiram terminar a refeição antes de retomarem o trabalho, revelou na semana passada o Sindicato da Hotelaria do Norte.

«Por iniciativa do sindicato, realizou-se uma reunião com a administração do bingo, onde foram apresentadas propostas razoáveis, mas a administração manteve a sua posição inflexível», refere um comunicado de imprensa distribuído quinta-feira pelo SHN/CGTP.

Os responsáveis do bingo, denuncia o sindicato, não aproveitaram uma pausa feita pelos trabalhadores na sua luta pelo direito, reconhecido no CCT, a «um período necessário e suficiente para tomar uma refeição simples». Pelo contrário, a administração avançou com processos disciplinares, descontou nos salários de Dezembro o tempo que os funcionários foram impedidos de trabalhar e mandados para casa, e «agora, discrimina estes trabalhadores, não os deixando ir tomar a refeição no período previsto no CCT, obrigando-os a ir comer quase no final do período de trabalho diário».

O sindicato informou que pediu a intervenção das inspecções do Trabalho, dos Jogos e de Saúde. Requeceu também à Liga uma reunião da comissão paritária para interpretar a cláusula do CCT sobre esta matéria e prepara «uma acção especial para entrar de imediato no Tribunal de Trabalho do Porto».

A nota do Sindicato da Hotelaria do Norte refere que, «em geral, todos os trabalhadores do sector têm 15 minutos para tomarem a sua refeição, inclusive no bingo do Salgueiros, havendo apenas uma categoria (caixa auxiliar volante) que não tem esse tempo, sendo obrigados a comer a sãnde às prestações e a vender os cartões ao mesmo tempo, manuseando dinheiro, o que significa, para além do mais, uma falta de higiene inaceitável». O SHN afirma ainda que «as reuniões de negociações do CCT, que poderiam desbloquear esta situação, têm sido adiadas também pela Comissão dos Bingos da Liga».

## Sopete

A Sopete, concessionária de um bingo na Póvoa do Varzim, recusa-se a cumprir a nova tabela salarial acordada no contrato colectivo de trabalho da hotelaria, disse sexta-feira à Lusa uma fonte do Sindicato da Hotelaria do Norte.

Segundo a fonte, o CCT da hotelaria passou a partir deste ano a aplicar-se, também, aos trabalhadores das salas de jogos do bingo. O subsídio nocturno e o prémio de assiduidade nas férias são, segundo os sindicalistas, duas das cláusulas que a Sopete não cumpre.

A empresa viola também alguns direitos sindicais fundamentais, como o direito de reunião, e trata o sindicato e os seus dirigentes com «grande arrogância e falta de consideração, não respondendo aos ofícios».

# FNSFP exige na JAE reestruturação com direitos

A proposta já avançada de dividir a Junta Autónoma de Estradas em dois institutos significa apenas «uma desarticulação da empresa», dado que não define «que sectores ficam em que instituto e, sobretudo, qual o enquadramento laboral dos actuais funcionários da JAE».

A Federação Nacional dos Sindicatos da Função Pública Lisboa, que enviou na semana passada uma delegação à residência do primeiro-ministro, exige uma reestruturação da JAE que assegure os direitos dos trabalhadores. Em conferência de imprensa dada junto à casa oficial de António Guterres, um dirigente da FNSFP/CGTP declarou ver com apre-

ensão o futuro dos trabalhadores.

António Carvalho, citado pela Lusa, sublinhou que «é essencial avançar com a reestruturação da JAE», cujo processo tem sido continuamente interrompido pelos sucessivos escândalos que têm afectado este organismo.

«Um limbo que não respeita os direitos dos trabalhadores» é

como a federação classifica as hipóteses colocadas pelo Governo, que incluem a negociação de um contrato individual de trabalho ou a sujeição dos trabalhadores a um quadro especial transitório. Neste momento, cerca de 400 trabalhadores, principalmente cantoneiros e reparadores, podem ver as suas carreiras ameaçadas, de acordo com o dirigente sindical.

## Mudou o presidente...

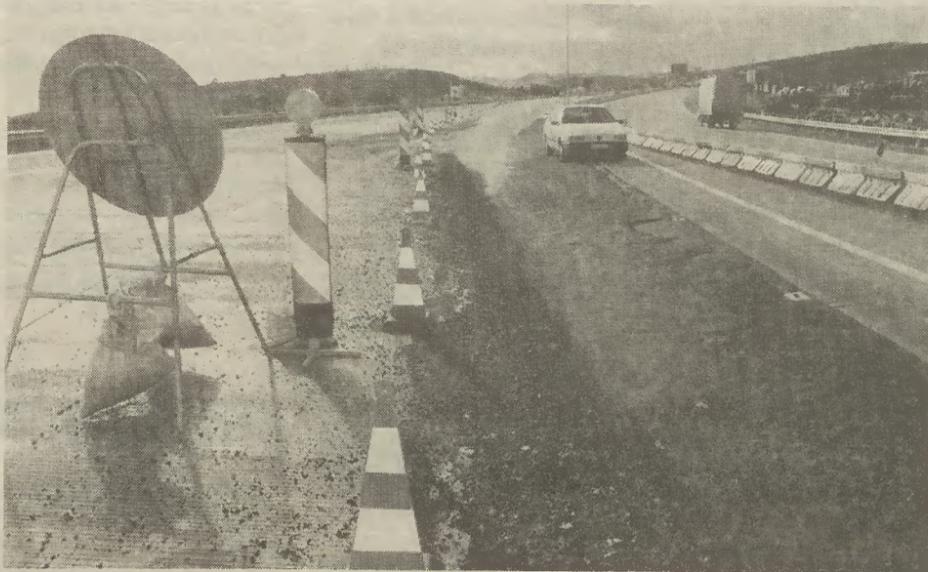
Criticando a postura do actual presidente da JAE, António Lamas, por não dar conhecimento aos trabalhadores da

reestruturação que planeia efectuar e prosseguir no «esquema de promiscuidade entre a JAE e empresas privadas», António Carvalho advertiu que, «caso a situação não mude, a federação pode avançar com um pedido de demissão do presidente da JAE».

A forma como decorre investigação dos casos de corrupção na JAE foi igualmente condenada pela FNSFP, que teme que «tantas comissões de inquérito dêem resultados nulos».

Em documento distribuído aos jornalistas, a federação afirma que «a situação na JAE é de tal modo caótica que, desde Julho de 1998, não são pagas facturas a empreiteiros, nem a empresas prestadoras de serviços». Também «as expropriações efectuadas não são liquidadas e a administração apenas tem autorização superior para a liquidação de encargos correntes».

Após a conferência de imprensa, os dirigentes sindicais foram recebidos por um assessor do primeiro-ministro, a quem entregaram três presentes «alusivos à postura do Governo»: uma agenda, um pacote com a inscrição «Projecto de reestruturação da JAE, onde estás?» e todos os pedidos de audiência, apresentados ao primeiro-ministro e ao ministro João Cravinho, «e que ficaram sempre sem resposta».



A reestruturação tem sido interrompida pelos sucessivos escândalos (foto de arquivo)

## Congresso da Construção Madeiras e Mármoreis

O reforço da organização sindical e melhores condições para quem trabalha nos sectores representados pela Federação Nacional dos Sindicatos da Construção, Madeiras, Mármoreis e Materiais de Construção estiveram no centro das atenções dos cerca de cem delegados que participaram, sábado passado, no plenário/congresso da estrutura sectorial da CGTP.

Entre os objectivos principais da reunião - que teve lugar no Porto e elegeu o Conselho Nacional da federação para os próximos três anos -, a resolução político-sindical aponta o reforço da organização nos locais de trabalho, o avanço da reestruturação sindical no sector, o aumento da capacidade reivindicativa dos trabalhadores e das suas organizações, as condições de higiene e segurança no trabalho, o combate ao emprego precário, a defesa da Segurança Social, o direito à saúde e à habitação.

A reestruturação sindical, que aponta para a criação de três sindicatos a nível nacional, deve estar concretizada até ao 9.º Congresso da CGTP. Na resolução do plenário/congresso é manifestado apoio às decisões da 3.ª Conferência de Organização Sindical, realizada no final de Novembro.

A federação da Construção, Madeiras e Mármoreis decidiu organizar encontros sectoriais nacionais «para a discussão dos problemas específicos dos respectivos trabalhadores e envolvê-los na acção, para obtenção de melhores salários e condições de trabalho». A resolução especifica que o primeiro destes encontros deverá ter lugar até final de Fevereiro, em Paços de Ferreira, com trabalhadores do sector das madeiras.

Vai realizar-se também um encontro nacional sobre trabalho precário e clandestino e condições de higiene e segurança - problemas que são apontados como «expoente máximo nos nossos sectores» da política de mão-de-obra barata e sem direitos.

## Contra o pacote

Na resolução é condenada a ofensiva do capital nacional e transnacional contra os trabalhadores. «Para dar cobertura a esta política desastrosa para os trabalhadores, o Governo e, em particular, o primeiro-ministro e o ministro do Trabalho, para satisfazerem as pretensões do patronato, insistem numa violenta ofensiva legislativa», denunciam os delegados ao plenário/congresso de dia 9.

Foi reafirmada a determinação de participar «numa grande jor-

nada de luta, a levar a efeito pela CGTP-IN, junto à AR, na semana em que o projecto sobre o trabalho a tempo parcial for discutido no Parlamento». Dos deputados é reclamado que respeitem

«a Lei 16/79, sobre a participação dos trabalhadores na legislação laboral, e os respectivos pareceres entregues pela organização dos trabalhadores na discussão pública das leis».



A federação quer reforçar a organização e a capacidade reivindicativa dos trabalhadores (foto de arquivo)

## TRABALHADORES

# Fevereiro abre com jornada de luta Plenário da CGTP aponta reivindicações em ano eleitoral

A Intersindical Nacional insiste na necessidade de dignificação do trabalho na sociedade, através da melhoria significativa dos salários, da redução dos horários e da garantia dos direitos dos trabalhadores.

A CGTP vai levar a cabo, na primeira semana de Fevereiro, uma jornada nacional de luta em torno da defesa das principais reivindicações da central sindical. Em Lisboa, decorrerá uma concentração-manifestação no dia 4, quinta-feira.

O anúncio foi feito pelo coordenador da central, no final dos trabalhos do plenário nacional de sindicatos, na passada sexta-feira. Carvalho da Silva, citado pela Agência Lusa, referiu que as iniciativas da semana de luta serão organizadas por distrito e permitirão aos trabalhadores «dar sinal do que não querem e do que querem».

## Alerta geral contra o tempo parcial

O plenário reafirmou o empenho da Inter em combater os diplomas do pacote laboral que vão contra direitos dos trabalhadores. Mantém-se a ameaça de realizar um dia de greve para quando for agendada a discussão na AR do diploma sobre genera-

lização do trabalho a tempo parcial. O respectivo pré-aviso foi já apresentado em várias em-

presas e sectores.

Entre as reivindicações da CGTP inclui-se ainda a luta para garantir o cumprimento da lei das 40 horas (a central e os sindicatos têm denunciado casos em que patrões ainda recusam respeitar as pausas e intervalos).

Mantém-se na ordem do dia a reclamação de uma significativa melhoria dos salários e dos rendimentos do trabalho. «O euro tem que significar convergência real para os trabalhadores», sublinhou Carvalho da Silva. Em relação à nova moeda, a central sindical tem previstos para Março debates mais aprofundados.

A CGTP promete ainda não abandonar a luta por melhores reformas, por um melhor Serviço Nacional de Saúde, contra a entrega do sistema de Segurança Social a interesses privados, por uma reforma fiscal efectiva e em defesa dos serviços públicos e do papel do Estado.

Colocando como objectivos aumentar a participação dos trabalhadores na vida dos sindicatos e

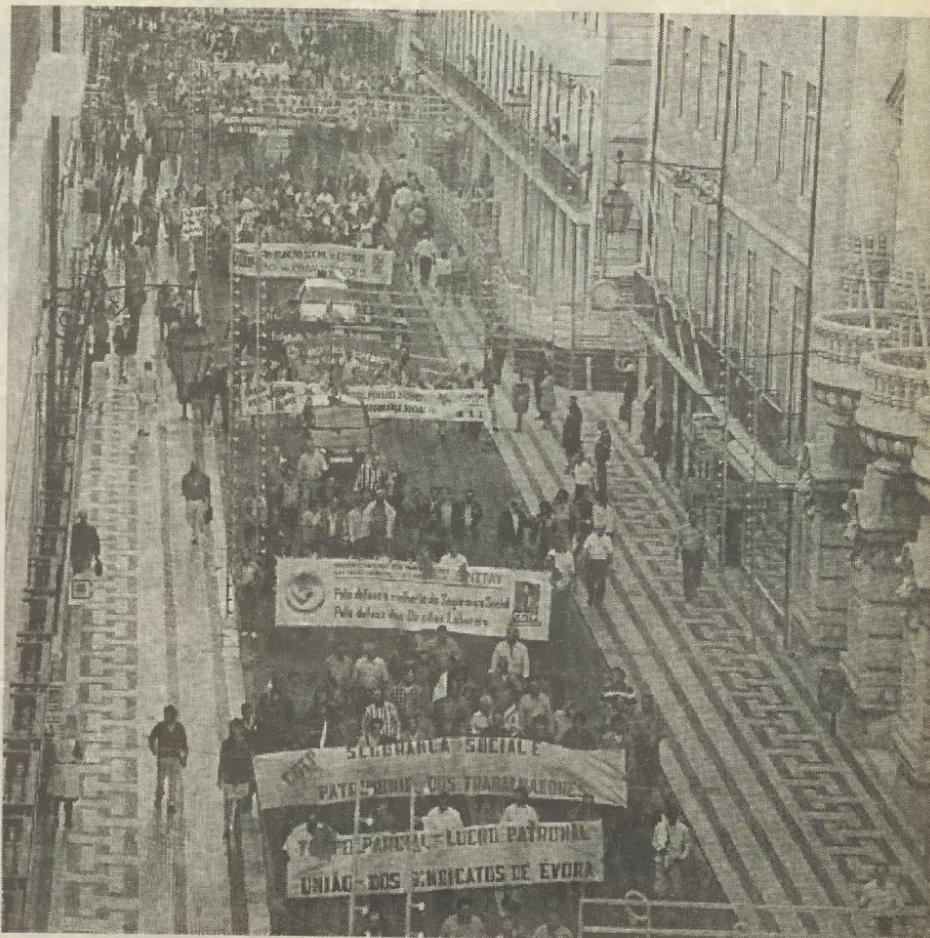
continuar o trabalho de reforço da organização sindical, Carvalho da Silva salientou a necessidade de insistir na dignificação do trabalho, estimulando nos trabalhadores a consciência de que têm direitos e é justo que lutem por eles.

Elogiando a central sindical e os trabalhadores pela acção desenvolvida em 1998, Carvalho da Silva defendeu que a melhor forma de valorizar tal resultado é continuar a luta, tanto mais no ano em que se comemora o 25.º aniversário da revolução de Abril e do 1.º de Maio de 1974.

## Congresso

O plenário nacional de sindicatos aprovou por unanimidade o plano geral de actividades e o orçamento da central para o ano corrente, e definiu a data e ordem de trabalhos do IX Congresso, que ficou marcado para 10 e 11 de Dezembro.

Na apresentação do plano de actividades, Carvalho da Silva considerou muito positivo o trabalho levado a cabo pelo movimento sindical unitário ao longo do ano passado. A actividade sindical de 1999 decorrerá num contexto político em que avultam as eleições para o Parlamento Europeu e para a AR.



A melhor forma de valorizar os resultados obtidos pela luta dos trabalhadores em 1998 é prosseguir o combate, salienta a Inter (foto de arquivo)

## Salário mínimo «injusto e insuficiente»

«Profundamente injusto e insuficiente» é como a CGTP classifica o aumento do salário mínimo nacional, decidido sexta-feira pelo Conselho de Ministros. O SMN passa a ser de 61 300 escudos para os trabalhadores por conta de outrem e de 56 900 escudos para o serviço doméstico.

O coordenador da Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses lembrou, em declarações à Agência Lusa, que a produtividade em 1999 deverá fixar-se nos três pontos percentuais e a inflação nos 2,4 por cento, e que «a soma desses dois factores apontaria logo para um salário mínimo nacional de 62 316 escudos». A CGTP, defendendo uma revalorização do ordenado mínimo, propôs um aumento para 62 500 escudos.

Carvalho da Silva argumentou, também, que «o salário mínimo tem crescido em Portugal menos que os restantes salários, cuja média se situa nos 120 contos», notando que o SMN representa, pelo seu valor, um factor de pobreza. «Em Portugal, os 20 por cento dos trabalhadores mais bem pagos recebem 7,1 vezes mais do que os 20 por cento mais mal remunerados. Na restante Europa comunitária essa relação é, em média, de 5,4 vezes», frisou.

Os aumentos decididos pelo Governo «vão acentuar ainda mais a diferença em causa», considerou Carvalho da Silva, reafirmando que «não é

com uma política de baixos salários que se aposta numa estratégia de desenvolvimento».

## Quem recebe

O salário mínimo nacional é auferido por 7,8 por cento dos trabalhadores portugueses, sem contar com os funcionários públicos e os trabalhadores da agricultura.

A maioria dos trabalhadores que ganham o SMN - refere um levantamento divulgado pela Lusa - trabalha na fabricação de mobiliário (23,3 por cento), restauração e hotelaria (17 por cento), indústria da madeira e cortiça (7 por cento) e indústria alimentar (6 por cento).

Nas empresas com menos de dez funcionários trabalham 19,7 por cento das pessoas que recebem o SMN, enquanto nas empresas com mais de 100 trabalhadores essa percentagem é de 1,5 por cento.

Além das mulheres (uma em cada cinco), os trabalhadores que mais auferem o SMN são os jovens com menos de 25 anos (um em cada três), os trabalhadores com menos de cinco anos na empresa (um em cada quatro), os não qualificados (um em cada dois) e os trabalhadores com menos de seis anos de escolaridade (um em cada seis).

O SMN português continua a ser o mais baixo da União Europeia.

## «Inaceitáveis» 2,7 por cento para a Administração Pública

Os valores para actualização salarial apresentados pelos representantes do Governo na reunião com a Frente Comum dos Sindicatos da Administração Pública são «inaceitáveis» e mostram como o discurso de justiça social do Governo «não tem concretização prática».

O comentário de Paulo Trindade foi feito no final da reunião com os secretários de Estado do Orçamento e da Administração Pública, que durou duas horas, no dia 5. O porta-voz da Frente Comum, citado pela Lusa,

adiantou que a estrutura mais representativa dos trabalhadores do Estado vai reunir a sua Coordenadora para decidir formas de luta a adoptar face a esta proposta. Manifestou ainda a esperança de que, na próxima reunião, marcada para dia 25, o Governo «apresente uma proposta substancialmente diferente».

O Governo propôs uma actualização salarial de 2,7 por cento, uma majoração de 0,5 por cento para as pensões degradadas (anteriores a Outubro de 1989) e um aumento de 3,25 para o subsídio de refeição. A proposta da semana passada incluiu ainda um esquema de pensões mínimas de aposentação, entre os 32 700 escudos, para os pensionistas que tenham

entre 5 e 12 anos de serviço, e 57 mil escudos, para os que tenham mais de 30 anos de serviço. A mesma proposta prevê um esquema de pensões mínimas de sobrevivência que podem variar entre os 16 350 e os 28 500 escudos, também consoante os anos de serviço. O Governo prevê que sejam abrangidos por este sistema 30 mil pensionistas, muitos dos quais auferem hoje pensões cujo valor chega a ser 11 por cento inferior aos apontados na proposta recusada pelos sindicatos.

## Têxteis do Centro contra desindustrialização

«cenário a todos os títulos catastrófico».

No documento, citado pela Lusa, o sindicato alerta para a inexistência de iniciativas empresariais que, «de alguma forma, tenham contribuído para atenuar o processo sistemático de desindustrialização de que Coimbra vem padecendo há vários anos», «pelo contrário, assiste-se à sistemática redução dos postos de trabalho que se vem operando nas empresas em laboração».

Recentemente, denuncia o sindicato, verificou-se mesmo um «agravamento da situação vivida em várias das empresas sediadas no concelho, nomeadamente a Mondorel, Rifer, Textilândia e Blazer, as quais, no seu conjunto, empregam cerca de mil trabalhadores».

No caso da Mondorel, cuja venda em hasta pública se encontra marcada para dia 20, os dirigentes sindicais alertam para o valor do seu património imobiliário e suspeitam de «preten-

sões de especulação imobiliária para fins que nada têm a ver com a empresa e a salvaguarda dos seus postos de trabalho».

O desemprego de milhares de trabalhadores, devido ao encerramento de cerca de duas dezenas de empresas do sector têxtil nos últimos anos em Coimbra, provocou o «agravamento da exclusão social neste concelho, na medida em que, a par de um grupo restrito de cidadãos auferindo rendimentos cada vez mais elevados, há

um crescente número de cidadãos que nem sequer ao mínimo acedem», refere ainda o documento.

Elaborado pela direcção do Sindicato dos Têxteis do Centro/CGTP, o memorando deverá ser apresentado ao primeiro-ministro pelo presidente da Câmara Municipal de Coimbra, durante a reunião sobre a decisão do Ministério do Ambiente de incinerar resíduos industriais perigosos na cimenteira de Souzelas.

## Quotas de eleição de mulheres



A Comissão Parlamentar para a Paridade, Igualdade de Oportunidades e Família aprovou na

semana transacta o programa de audições a assento parlamentar, cuja deslocação ao Parlamento está prevista para dia 26 de Janeiro

O diploma governamental foi entregue na Assembleia da República após a rejeição do documento de alteração da Lei Eleitoral para a Assembleia da República, em Abril passado, em que a questão das quotas de eleição de mulheres era precisamente um dos pontos preconizados.

Da reunião da comissão parlamentar ainda não resultou clara a posição dos partidos sobre esta matéria, que se afigura polémica, sendo difícil antever se o documento será ou não aprovado.

## Fiscalização do SIS



Tomaram posse na passada semana os três membros eleitos pela Assembleia da República

para o Conselho de Fiscalização dos Serviços de Informações da República Portuguesa (SIS e SIEDM). Após uma inaceitável quanto perigosa inactividade de quatro anos, originada por um bloqueio da exclusiva responsabilidade do PS e PSD, o órgão que tem por missão fiscalizar a «secretaria» pode assim finalmente retomar o exercício para que está mandatado por Lei. Recorde-se que foi o PCP quem no Parlamento mais ergueu a voz contra a situação de vazio fiscalizador criada pelo PS e PSD, situação que insistentemente denunciou, chegando mesmo a considerá-la um «escândalo de bradar aos céus» e um «perigo real para os direitos dos cidadãos e para a vida democrática».

A última diligência adoptada pelo Grupo comunista, face à gravidade da situação, foi a apresentação de um projecto de lei em Novembro passado no qual preconizavam medidas para a eleição urgente do Conselho de Fiscalização dos Serviços de Informações.

Na ocasião, os deputados comunistas apontavam a data de 15 de Janeiro como data-limite para a entrada em funcionamento daquele órgão.

Do Conselho de Fiscalização fazem parte Faria Costa, catedrático da Universidade de Coimbra, que preside, Paulo Sousa Mendes e Sofia Galvão, ambos assistentes da Faculdade de Direito de Lisboa.

# Transparência da vida política exige novas regras no financiamento dos partidos

A definição de novas regras para o financiamento dos partidos esteve em debate no Parlamento. Foi na passada semana com a discussão a ter em pano de fundo os diplomas subscritos pelo PCP, PSD e Governo. Para a bancada comunista a questão central continua a ser a proibição do financiamento por empresas e uma mais substancial redução dos limites das despesas eleitorais.

O Governo, na sequência do escândalo da Junta Autónoma das Estradas, embora admita rever posições, mantém a defesa dos donativos por empresas e revela não ter pressas nesta matéria, como mostrou o ministro António Costa ao apelar aos partidos que evitem uma «vertigem legisladora» em ano eleitoral. Quanto ao PSD e ao CDS/PP, que sempre defende-

ram o financiamento de partidos políticos e de campanhas eleitorais por empresas, posicionaram-se agora contra tal possibilidade, defendendo a proibição.

Igual a si próprio, em coerência com as posições que sempre assumiu nesta matéria, o Grupo Parlamentar do PCP foi assim o que se apresentou neste debate com a «autoridade moral e política» de quem sempre conside-

rou que o financiamento da vida política por empresas, como sublinhou Octávio Teixeira, «tem sido um grave erro para a credibilidade do regime democrático e para a promoção da confiança dos cidadãos nos partidos políticos».

Essa autoridade de que o PCP se reclama, foi ainda o líder parlamentar comunista a lembrá-lo, assenta não apenas no reconhecimento pelo Tribunal Constitucional de que é o partido que «tem apresentado contas consolidadas nacionais e globais e que mais cabal cumprimento tem dado às exigências da lei», como também resulta do facto de ser quem tem exigido que a «lei trate os partidos como pessoas de

bem»; na medida em que é «esta e só esta a experiência» vivida no PCP.

A questão, pois, na perspectiva da bancada comunista, coloca-se com extrema simplicidade: sendo o financiamento por empresas inaceitável, pelas razões aduzidas, trata-se de o proibir de forma inequívoca. É que, desde logo, como tratou de lembrar Octávio Teixeira, o «financiamento dos partidos políticos tem como razão última a opção político-partidária» e essa opção é inevitavelmente de «pessoas e não de empresas».

Por si referida foi ainda a circunstância de não se vislumbra-rem as «razões altruístas que possam levar empresas a financiarem um partido político». A

única razão perceptível - e esta nada tem de altruísta - é a «perspectiva de obtenção de uma contrapartida em matéria de legislação, de adjudicações, de benefícios fiscais ou subsídios compensadores».

Para que haja transparência na vida política - e esta foi a mensagem deixada por Octávio Teixeira no debate -, o financiamento dos partidos e da actividade político-partidária deve, pois, assentar «nas contribuições dos seus militantes e simpatizantes, dos eleitos em sua representação e nas subvenções estatais que assegurem um mínimo de igualdade de oportunidades e de tratamento dos diversos partidos políticos e candidaturas».

## Partido "Os Verdes" exige suspensão do processo de co-incineração

O Parlamento discute hoje a decisão do Governo de instalar co-incineradoras de lixo tóxico em Souselas (Coimbra) e Maceira (Leiria), num debate de urgência pedido pelo PSD. O mesmo tema voltará a debate na próxima semana, mais exactamente no dia 20, pela mão do Partido Ecologista "Os Verdes", que viu agendada a discussão e votação de um projecto de deliberação da sua autoria em que exige a suspensão da decisão da ministra do Ambiente sobre as co-incineradoras.

Com esta iniciativa legislativa, na sequência de anteriores diligências com o mesmo objectivo por si tomadas dentro e fora da Assembleia da República, "Os Verdes" querem garantir a suspensão imediata do processo de entrega às cimenteiras de resíduos tóxicos para co-incineração, na convicção de que se trata de uma decisão que «carece em absoluto de sustentabilidade técnica, rigor e credibilidade».

Depois de lembrar que estamos em presença de um «grave problema ambiental do País» e considerando que qualquer solução tem de ser sustentada em «dados fiáveis e estudos credíveis», o texto exige a «imediata suspensão» do processo de co-incineração e a elaboração «em prazo razoável de um inventário nacional de todos os resíduos produzidos».

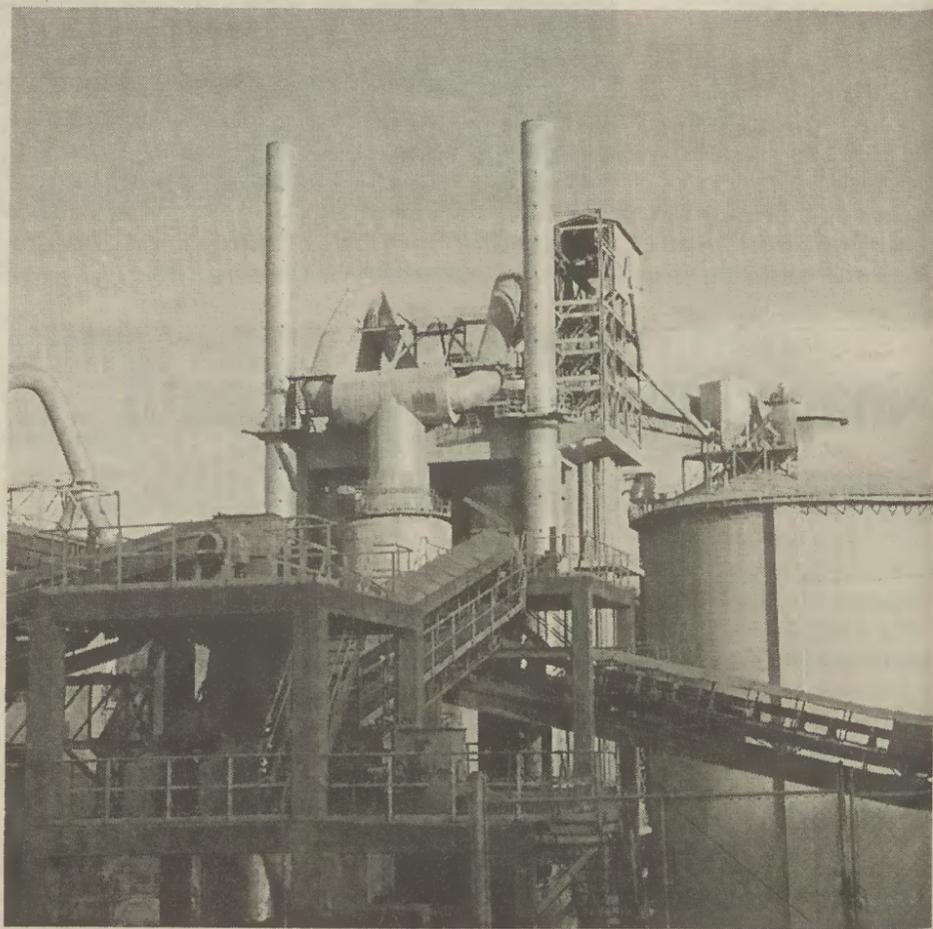
Lamentando o desprezo evidenciado pelo Governo quanto às opiniões e à vontade dos cidadãos e autarcas, o projecto de deliberação defende a definição e apresentação de uma estratégia nacional para os resíduos industriais, que contenha planos sectoriais de redução, reutilização e reciclagem, apelando, por últi-

mo, à promoção de um amplo debate público e no Parlamento sobre as decisões a tomar nesta matéria.

### Posição do PCP

Também o Grupo comunista se pronunciou já sobre a questão do planeamento do tratamento dos resíduos. Foi no período antes da ordem do dia de uma das sessões plenárias da semana transacta. Falando em nome da bancada do PCP, Joaquim Matias considerou a decisão do Governo «incorrecta por extemporânea, pouco fundamentada e mal esclarecida».

Criticado na ocasião foi ainda o «completo desprezo pelo diálogo e pela participação popular» evidenciado pelo Governo, tendo Joaquim Matias salientado que uma «solução consensual e credível» passa por uma «política correcta e coerente para o sector», isto é, por um «Plano Nacional de Resíduos Industriais, assente numa estratégia de prevenção e integrado no ordenamento do território».



A decisão do Governo sobre o processo de co-incineração foi pouco fundamentada e mal esclarecida, revelando simultaneamente um enorme desprezo pela opinião popular

## Cisão da ANA fere interesses nacionais PCP chama diploma à ratificação

O Grupo Parlamentar do PCP requereu a apreciação parlamentar (ratificação) do decreto-lei que produziu profundas alterações na Empresa Pública Aeroportos e Navegação Aérea, ANA, EP. Trata-se do diploma que criou por cisão desta empresa uma outra denominada Navegação Aérea de Portugal, ficando a empresa-mãe transformada em sociedade anónima com o nome de Aeroportos de Portugal.

Esta cisão da ANA, pensada com vista à sua posterior privatização, retirando-a do sector empresarial do Estado, coloca no entender da bancada comunista questões de particular relevância para o interesse

nacional, designadamente em matéria de gestão e segurança no domínio da navegação aérea e aeroportos.

Uma tal decisão, na perspectiva dos deputados comunistas, levanta ainda «legítimas dúvidas sobre os fundamentos da avaliação e afectação jurídica do valioso património da ANA, EP».

O facto de estarem igualmente em causa direitos e garantias dos trabalhadores, nomeadamente quanto à manutenção do emprego e salvaguarda dos fundos de pensões e dos seus regimes de benefícios, constitui outro motivo adicional que preocupa o Grupo comunista e que explica esta sua diligência de chamar o decreto-lei do Governo à ratificação do Parlamento.

# Carreiras da Administração Pública Governo viola a Lei e desrespeita o Parlamento

Uma flagrante violação da lei e uma afronta à Assembleia da República, por desrespeito das suas competências e atribuições, assim classifica o Grupo Parlamentar do PCP o decreto-lei governamental (D.L. 404-A/98) que estabelece regras sobre o regime geral de estruturação de carreiras da Administração Pública.

Em causa está o facto de o Governo ter feito letra morta de três alterações introduzidas na autorização legislativa (proposta de lei n.º 190/VII) que sobre a matéria o Governo em Outubro p.p. submeteu à Assembleia da República.

Essa autorização legislativa veio a consubstanciar-se na Lei 77/97, lei esta que o Governo decidiu, entretanto, não respei-

tar, pelo menos com o sentido e alcance materializado pela decisão da Assembleia da República.

Com efeito, no mencionado decreto-lei que fez publicar no uso da referida autorização legislativa, o Governo ignorou as alterações que o Parlamento decidiu introduzir, no uso das competências que lhe são cometidas.

Firme opositor desta atitude do Governo, o Grupo comunista requereu na passada semana a ratificação do diploma, lembrando no seu pedido o artigo 112.º da Constituição da República no qual se determina que «as leis e os decretos-leis têm igual valor, sem prejuízo da subordinação às correspondentes leis dos decretos-leis publicados no uso de autorização legislativa».

Para os deputados comunistas resulta assim claro que o DL 404-A/98 consubstancia uma clara violação da Lei n.º 77/87 aprovada pela Assembleia da República, num gesto de frontal desrespeito por este órgão de soberania, designadamente

pelos suas competências e atribuições.

«E mesmo que o Governo invoque o argumento de que a autorização legislativa pode ser utilizada apenas parcialmente - sublinha a bancada comunista no pedido de apreciação parlamentar - isso não consegue justificar o facto do referido Decreto-Lei assumir soluções absolutamente contrárias a alguns dos comandos da Lei n.º 77/87, como é o caso da não garantia de acesso ao topo das carreiras verticais, designadamente através da consagração de dotações globais.»

Esta foi, aliás, uma das matérias que foi objecto de alteração aprovada pelos partidos da oposição aquando da discussão em plenário da referida autorização legislativa. Ficou então decidido consagrar dotações globais nas carreiras verticais, permitindo assim a possibilidade não apenas de o trabalhador chegar ao topo da carreira, como também a obrigatoriedade de promoção à categoria seguinte depois de três anos no último escalão.

Aprovada pelos deputados da oposição contra a vontade do PS foi ainda, recorde-se, a alteração que prevê para as carreiras horizontais a promoção de escalão ao fim de três anos (e não quatro como actualmente), havendo igualmente a registar a alteração que determina que as carreiras dos regimes específicos sejam retroactivas a Janeiro de 1998.

## Tratado de Amesterdão PCP defende novo rumo

A Assembleia da República ratificou oficialmente, na passada semana, o Tratado de Amesterdão. Votaram favoravelmente o PS, o PSD e seis dos 15 deputados do CDS/PP. Contra votaram o PCP e o Partido Ecologista "Os Verdes" e os restantes nove deputados populares.

No decorrer do debate, as críticas mais duras ao caminho seguido pela União Europeia vieram da bancada comunista. Carlos Carvalhas, de cujo discurso publicámos largos extractos na última edição, sublinhou concretamente que não será nem o Euro nem a Europa que protegerão Portugal "se continuar o efeito bola de neve da crise financeira" mundial.

O Secretário-Geral do PCP, recorde-se, exigiu um "novo rumo para a integração europeia" que permita evitar a "fragilidade e vulnerabilidade" face à liberalização do comércio e alargamento da União Europeia ao Leste.

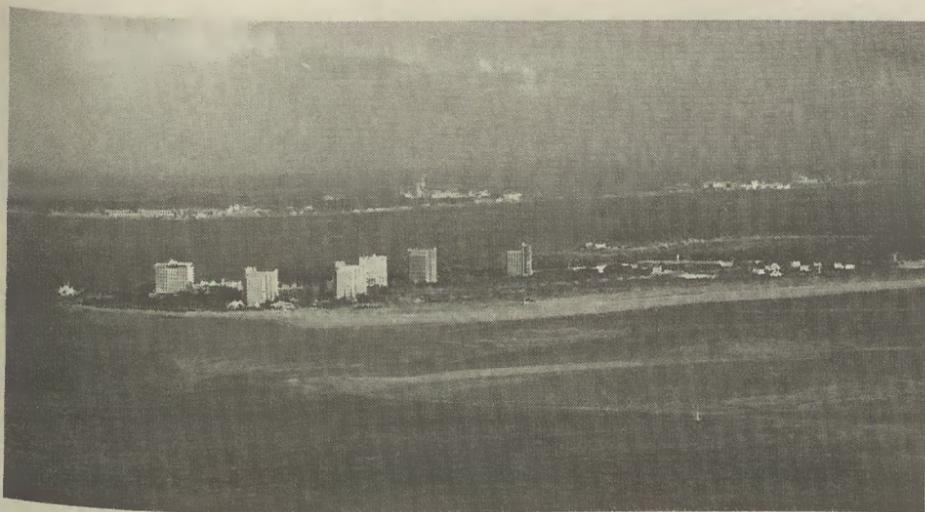
Criticando o recentemente criado euro, a moeda única europeia, Carvalhas considerou que este passo torna Portugal "muito mais vulnerável para reagir a efeitos externos de perda de competitividade".

Por si criticado foi igualmente o que chamou de "adesão prematura" dos portugueses a este grupo de 11 países do euro. O reflexo imediato, alertou, foi uma revalorização da moeda portuguesa "com o consequente reflexo no emprego e no tecido produtivo".

Apelou por isso para uma urgente "reforma do sistema monetário internacional", que deverá preconizar a renegociação e alteração da lógica do pacto de estabilidade, transformando-o num pacto de emprego e convergência real das economias.

Essa reforma, ainda na opinião do líder comunista, deverá incluir o "nivelamento por cima" das conquistas sociais nos países europeus, a taxação das transações financeiras e movimentos de capitais e a manutenção dos fundos estruturais para os países mais pobres.

Carlos Carvalhas deixou ainda um apelo no sentido do reforço da "luta por mais democracia" nas instituições europeias, nomeadamente o aumento dos poderes do Parlamento Europeu e a preservação da possibilidade do recurso do direito de veto no Conselho.



Há muitas críticas e reservas ao processo de concessão da zona de jogo de Tróia

## Estado prejudicado no caso Torralta

O Governo «prejudicou objectivamente os interesses do Estado» ao alienar por apenas um milhão de contos os créditos da Direcção-Geral do Tesouro e da Segurança Social sobre a Torralta, avaliados em 29,5 milhões de contos.

Esta é uma das conclusões do relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito ao relacionamento do actual Governo com alguns agentes económicos, da autoria do deputado comunista António Filipe.

No documento, debatido terça-feira em comissão parlamentar, são abordadas as medidas adoptadas pelo Executivo para a viabilização e recuperação da Torralta, sendo criticada a atribuição da concessão da Zona de Jogo de Tróia à empresa Imoarea, de Grupo Sonae.

Essa atribuição configura, segundo António Filipe, «um benefício para a empresa concessionária da Zona de Jogo de Tróia que não tem paralelo com qualquer concessão já existente».

«Fazer reverter a contrapartida a pagar pela concessionária em benefício da própria concessionária representa uma situação de favorecimento a que mais nenhuma empresa teve acesso até à data», lê-se nas conclusões do relatório.

O relatório critica a alienação dos créditos detidos pela Direcção-Geral do Tesouro e pelo Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, «no montante reconhecido de 29,5 milhões de contos», pelo valor de um milhão de contos, «pagos no acto da assinatura do contrato».

«A fixação, por parte do Governo, de um valor tão baixo como base de licitação foi um acto de gestão de recursos públicos que prejudi-

cou objectivamente os interesses do Estado», sublinha o deputado do PCP.

O relatório aborda depois a questão da concessão da Zona de Jogo de Tróia. Embora admita que a concessão, «pelo prazo de 20 anos, a uma sociedade cuja totalidade de capital seja detida pela Imoarea, foi assumida na cláusula 20 do contrato como necessária ao equilíbrio e desenvolvimento do Projecto definitivo de Investimento», António Filipe não deixa de considerar, porém, que o cumprimento daquela cláusula, nos termos da Lei do Jogo em vigor, «implicará a aprovação e publicação de um decreto-lei que justifique a não realização de concurso público para a atribuição e estabeleça as obrigações da concessionária», além de ter de constar numa Resolução do Conselho de Ministros.

«Até à data, nenhum destes eventos se tem por verificado», concluiu.

O relatório de António Filipe acentua também que, em matéria de direitos de opção, a Sociedade Imoreia, do grupo Sonae, «obteve uma margem de discricionariedade excessiva quanto à possibilidade de se afastar unilateralmente do processo de viabilização da Torralta».

«Ao aceitar que esta empresa tenha reservado para si o direito de opção de venda da totalidade das suas acções ao Fundo de Turismo caso não veja satisfeitos, em condições que considere convenientes, todos os objectivos contratuais que se propôs atingir, o Governo colocou-se a si - e à viabilização da Torralta - na dependência da concretização da totalidade dos objectivos visados por essa empresa», conclui o relatório.

## Deficiências no controlo higio-sanitário e veterinário

Em Portugal continuam a faltar meios humanos, financeiros e orgânicos que garantam um efectivo controlo da saúde animal e dos produtos alimentares de origem animal. A esta conclusão chegou o deputado comunista Lino de Carvalho, depois de analisada a situação da inspecção higio-sanitária e veterinária. Estava-se na sessão de perguntas ao Governo que habitualmente preenche a agenda plenária das sextas-feiras e a questão foi suscitada pela bancada do PCP a propósito da recente greve dos médicos veterinários e das graves deficiências nos processos de controlo da qualidade e salubridade dos alimentos de origem animal.

O debate, a que compareceu o secretário de Estado da Qualidade Alimentar, Luís Vieira, permitiu confirmar, nomeadamente, não existir qualquer justificação razoável para o

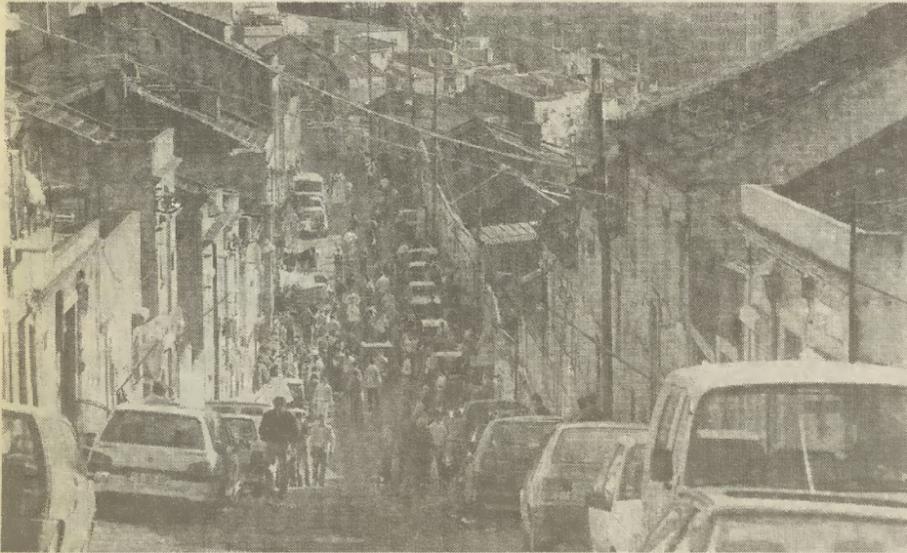
atraso na constituição em concreto do Corpo Nacional de Inspeção Sanitária. Por outras palavras, como assinou Lino de Carvalho, apesar da Lei orgânica do Ministério da Agricultura que prevê a criação daquele órgão ter sido publicada em Março de 1997, a verdade é que passados quase dois anos sobre essa data, esse «corpo ainda não foi criado de facto, não foi regulamentado e essa foi a principal razão que esteve na base da greve dos médicos veterinários».

Lino de Carvalho acusou o Governo, por outro lado, de contratar no período da paralisação médicos veterinários que substituíram colegas em greve, numa clara violação da Lei, e de estar, simultaneamente, a contratar médicos a recibo verde, em regime precário, em vez de instituir o referido Corpo Nacional de Inspeção

Sanitária e de reforçar o quadro dos médicos veterinários e auxiliares em número suficiente capaz de cumprir as funções veterinárias e sanitárias que a defesa da Saúde Pública impõe.

O secretário de Estado não refutou esta acusação, do mesmo modo que não desmentiu que na maior parte dos centros de abate e na maior parte das salas de desmancha e de desossa não existiu inspecção sanitária permanente, contrariando inclusivamente legislação recentemente publicada pelo Governo no sentido de um maior controlo nessas unidades devido à BSE.

«A prosseguir esta situação, os produtores portugueses correm o risco de, ao contrário das promessas do Governo, ver prosseguido durante muito tempo o embargo à carne portuguesa», advertiu Lino de Carvalho.



Casal Ventoso, um bairro em mudança

## Casal Ventoso Os primeiros realojamentos

Duzentas e quarenta e oito famílias do Casal Ventoso foram ao longo desta semana realojadas nos novos edifícios da Quinta do Cabrinha. O culminar da primeira fase de realojamento, num processo polémico que envolve um bairro marcado pelos estigmas da pobreza e, em particular, da comercialização e consumo de droga.

Nesta primeira fase o realojamento abrange 23 por cento do bairro, estando prevista a conclusão do projecto até ao fim do ano 2000, com a construção de cerca de mil fogos.

As rendas serão definidas pelo regulamento camarário em função do rendimento do agregado familiar mas, dado que os moradores terão de fazer face a novos tipos de despesas, como gás canalizado, água e electricidade, irão pagar metade da renda estipulada no primeiro ano, acrescentando 10 por cento ao ano até pagarem a renda completa ao fim de cinco anos.

O Gabinete Local vai ter responsabilidades na requalificação social e inserção na cidade, no sentido de evitar novos *ghetos*.

A zona será dotada de equipamentos desportivos, centro de dia para idosos, mediateca, esta-

belecimentos comerciais, gabinete da Junta de Freguesia de Alcântara, posto de saúde. Os idosos vão passar a participar em excursões em conjunto com toda a freguesia e os torneios desportivos vão passar a integrar-se em iniciativas da freguesia e da cidade.

O Gabinete de Reconversão do Casal Ventoso já tomou entretanto posse administrativa de toda a área a demolir e foram enviadas propostas a todos os proprietários. Dia 18 começarão as demolições, de Sul para Norte, uma vez que a Câmara de Lisboa já tem posse administrativa da zona.

A segunda fase do projecto passa pela construção de mais 400 fogos, nos terraplenos já efectuados na Avenida de Ceuta.

Após três décadas de promessas, a reconversão do Casal Ventoso - que envolve o realojamen-

to de 1500 famílias - surge marcada por dificuldades várias e pela polémica. Desde as formas de abordagem do delicado problema da toxicod dependência à zona escolhida para construção dos novos edifícios ou à adjudicação da empreitada.

Em Janeiro de 97, estalou a polémica em torno da adjudicação directa da empreitada da nova urbanização, sem recurso ao concurso público, ao consórcio Promoceuta. Uma situação contra a qual se ergueu o protesto do PCP.

O protocolo então assinado não viria de facto a ser cumprido pela empresa em causa. O preço inicialmente fixado acabou por ser agravado e o prazo de 28 meses para entrega de 500 fogos foi há muito ultrapassado. Segunda-feira foram apenas entregues 248 casas, menos de metade do previsto.

Um outro ponto polémico é a própria localização da nova urbanização, em pleno leito de cheia, o que aliás levou à alteração do projecto inicial e fez retirar habitação dos pisos inferiores e elevar a cota dos terrenos onde estão construídos os novos edifícios.

tuguesas, defendeu a necessidade urgente do estabelecimento de listas dos presos políticos do território precisando a sua situação judiciária, sob supervisão da ONU.

Este trabalho de recolha e informação justifica-se - sublinha esta organização - pela falsa política de amnistias seguida pelas autoridades de Jacarta, que terão beneficiado, na sua maioria (cerca de 2/3), presos que cumpriam penas superiores às que lhes foram impostas pelos tribunais.

Os dados do organismo revelam que dos 52 presos libertados desde Junho de 1997, apenas 10 foram realmente amnistiados, já que os restantes ou já se encontravam em liberdade ou estavam em situação de prisão ilegal perante as próprias leis indonésias, por a sua pena já ter ultrapassado a que lhes tinha sido imposta pelos tribunais.

## Repressão em Timor-Leste

Notícias provenientes de Timor indicam um agravamento da tensão e repressão na ilha.

Refugiados das localidades timorenses de Alas, Same, Ainaro, Suaí, Viqueque, Fohorem e Laclubar, que têm chegado nos últimos dias a Díli, testemunham das perseguições e do clima de terror instalado por grupos pró-integracionistas.

Há notícias de assassinatos de pessoas em Alas e de destruição de casas, numa região que continua praticamente isolada e sob forte domínio militar. O PST, Partido Socialista de Timor, afirma dispor de provas da morte confirmada de quatro timorenses e de mais cinco feridos, nas localidades de Manutassi, Mau Ulo e Soro, no concelho de Ainaro.

Entretanto, em Portugal, o Observatório Timor-Leste, constituído por duas ONG por-

# Crianças de Lisboa participam em projectos

Uma centena de alunos e professores de escolas da capital - Eugénio dos Santos, Filipa de Lencastre e Colégio D. Maria Pia - participaram ontem num percurso pedestre entre o Areeiro e Entrecampos, no âmbito do projecto «Ao encontro de Lisboa».

O projecto, promovido pelo pelouro do Ambiente e Espaços Verdes da Câmara de Lisboa, visa o conhecimento mais aprofundado destas zonas, pela população em geral e pelos alunos das escolas em particular.

Os responsáveis do projecto pretende que os visitantes desenvolvam um olhar mais atento aos aspectos de natureza histórica, de património e ambientais da freguesia visitada e ao mesmo tempo fomentar o contacto com a natureza.

«Vamos todos ao mercado» é outro projecto promovido pela Câmara de Lisboa, destinado às crianças das escolas oficiais do primeiro ciclo do Ensino Básico.

O projecto, que teve início terça-feira com uma visita ao Mercado Municipal de Benfica, incluiu a realização do «Jogo do mercado», em que umas crianças fazem de comerciantes e outras de compradores, com simulações de pagamentos e trocos e, finalmente, a confecção de uma refeição nas escolas, com a participação dos alunos.

Os visitantes, guiados por dietistas, percorreram todos os sectores do mercado, sendo alertados, nomeadamente, para aspectos de higiene, exposição dos produtos, as relações entre a alimentação e a saúde.

Em causa está um processo de defesa dos mercados tradicionais, com a participação das crianças, numa zona em que a oferta de outras zonas de comércio, nomeadamente de super e hipermercados, é muito grande.

O projecto - concebido e coordenado pela Direcção Municipal de Abastecimento e Consumo, em colaboração com o Departamento de Educação e Juventude - propõe-se também sensibilizar as crianças e famílias, bem como as cantinas escolares, para a importância de uma alimentação saudável.

«Vamos todos ao mercado» assume-se, ainda, como um projecto com objectivos pedagógicos e de estreitamento da relação entre a comunidade e a escola.



A Câmara de Lisboa tem promovido múltiplas iniciativas dirigidas às crianças da capital

## Novo espaço jovem no Barreiro

«El Matador», antigo matadouro do Barreiro, frente à escola secundária Alfredo da Silva, é o novo fórum juvenil, a inaugurar hoje, e que tem como objectivo permitir aos jovens trocar experiências entre si.

Dividido em três pólos - o das artes plásticas, informática, *multimedia* e música -, o fórum é, nas palavras de uma das responsáveis, Maria João Lopes, «a casa onde os jovens, sozinhos ou associados, podem mostrar as suas aptidões». Um projecto «flexível, descentralizado, porque são os jovens que vão ditar as suas normas e organizar o espaço à sua maneira».

Com um atraso de nove meses - a sua abertura estava prevista para Abril de 1998 - o fórum foi financiado pelo município. Por concluir estão ainda os arranjos exteriores, que incluem a instalação de uma rampa para desportos radicais e a colocação de uma tabela para a prática de basquetebol.

Uma equipa de quatro elementos, um dos quais psicólogo, apoiará as diversas actividades dos jovens.

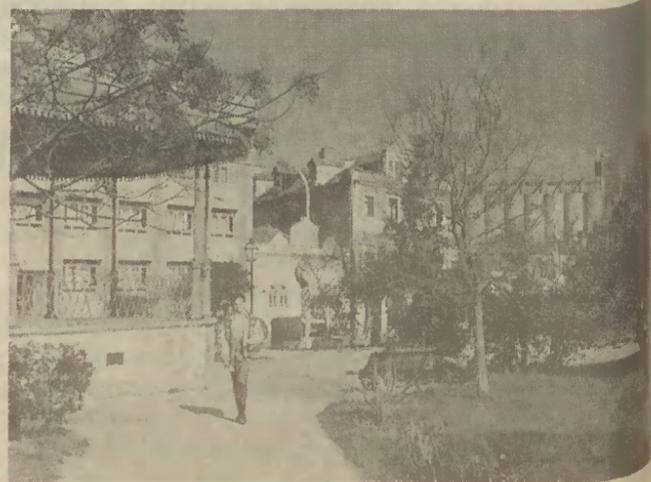
Este novo espaço juvenil pretende quebrar a rotina das tardes e noites de terça e quinta-feira. Para assinalar a sua inauguração irão actuar ao longo de três dias (de 15 a 17 de Janeiro) artistas circenses, grupos de música étnica *funky*, a par de exposições de pintura, fotografia e *graffitis* e *work-shops* de vídeo e música.

Está confirmado um concerto de Jorge Palma na noite de dia 16.

### Escola de jazz

A partir de dia 18, o Barreiro vai ter a primeira escola de jazz. Trata-se de dar assim continuidade ao projecto de música iniciado em 1987, com a constituição da banda filarmónica municipal e da escola de música.

O projecto é financiado pelo município e conta com o apoio da Junta de Freguesia do Barreiro e da Cooperativa Cultural Operária Barreirense.



Barreiro, um município operário que aposta na diferenciação de actividades

## Homenagem a Abel Salazar

O 52.º aniversário da morte de Abel Salazar - escritor, cientista, artista plástico - foi assinalado a 29 de Dezembro pela Associação Divulgadora da Casa-Museu Abel Salazar que, a exemplo de anos anteriores, se deslocou ao seu túmulo no Cemitério do Prado do Repouso, no Porto, e a S. Mamede de Infesta onde, na base do monumento ali erigido em sua memória, depositou um ramo de flores.

## Garrett 200 anos

Uma colecção de 14 volumes das obras seleccionadas de Almeida Garrett começa este ano a ser editada por um grupo de especialistas das universidades de Coimbra, Lisboa e Minho, no âmbito do segundo centenário do nascimento do escritor.

A publicar pela Editorial Caminho, trata-se de uma colecção de textos em edição criteriosa, acompanhada de notas e crítica, com um carácter intermédio entre edição didáctica e crítica.

Do conjunto de obras seleccionadas figuram simultaneamente as mais conhecidas e as menos divulgadas, sendo o objectivo organizar uma colecção que desperte o interesse de um público vasto, apresentando obras integrais ou textos seleccionados.

Esta edição integra-se nas comemorações do segundo centenário do nascimento do fundador do romantismo português, que se realiza ao longo deste ano e terá os seus principais pólos de evocação nas cidades do Porto (onde nasceu), Coimbra (onde estudou e se conserva o mais importante espólio) e em Lisboa (onde desenvolveu a actividade parlamentar).

## Meia-maratona no Seixal

Dionísio Castro, António Salvador, Luís Novo, Henrique Crisóstomo e Delfim Conceição foram alguns dos nomes do atletismo nacional que participaram na quarta meia-maratona do Seixal, realizada domingo passado.

A iniciativa contou com o apoio da Câmara Municipal, juntas de freguesia, escolas e colectividades locais.

A todos os atletas classificados foram distribuídos prémios, recebendo as dez primeiras equipas um vale no valor de 20 a 200 contos para compra de material desportivo.

## Invasão de alimentos geneticamente modificados

A Associação de Consumidores de Portugal (ACOP) alertou para a «invasão de alimentos geneticamente modificados» sem informação nas embalagens.

Em nota divulgada em Coimbra, a ACOP anuncia o seu apoio a uma campanha do Gabinete Europeu das Associações de Consumidores (BEUC) que defende o direito à escolha, por parte dos consumidores. O BEUC denuncia a forma como «a indústria está em vias de inundar o mercado de produtos geneticamente modificados» muitas vezes sem o conhecimento dos consumidores.

«Os principais fornecedores de grãos de soja, que se encontram nos EUA, adquiriram efectivamente o lamentável hábito de misturar ingredientes geneticamente modificados e ingredientes tradicionais, sem o indicarem de forma clara na etiqueta», denuncia o BEUC.

Biscoitos, bombons, bebidas leves, massas, pizzas, chocolates, cereais, congelados, alimentos para bebés, pratos preparados, margarinas, gelados e cervejas são alguns dos produtos que contêm derivados de grãos de soja. Segundo uma estimativa do BEUC, cerca de 60 por cento dos alimentos embalados contêm estes derivados.

## Ambientalistas exigem controlo de pesticidas

A associação de defesa do ambiente Gê-Questa defendeu a criação nos Açores de um serviço regional de controlo dos níveis residuais de pesticidas em frutas e legumes, como forma de evitar a ingestão de alimentos cancerígenos.

A associação considera que os produtores de frutícolas e hortícolas utilizam adubos e pesticidas em excesso para fazer crescer os produtos, mas em muitos casos não deixam passar os prazos recomendados para que sejam inofensivos na alimentação humana.

Assim, os consumidores podem estar a ingerir alimentos altamente perigosos, alguns deles eventualmente responsáveis por situações cancerígenas e malformações, assistindo-se à contaminação dos solos e da água.

A Gê-Questa lembra que no continente e na Madeira já existe um «serviço de controlo dos níveis residuais de pesticidas em frutas e legumes» e defende que «o investimento a realizar na criação de um serviço de controlo constitui uma necessidade cuja satisfação proporcionará, indirectamente, menos gastos com a saúde e o meio ambiente».

## Os números da Sida

Em 1998 registaram-se mais 887 novos casos de Sida em Portugal, o que representa uma subida de 18,87 por cento em relação aos valores anunciados no final de 1997.

Os dados do Centro de Vigilância Epidemiológica das Doenças Transmissíveis indicam que o total acumulado de casos ascende a 5588, dos quais 3288 já faleceram.

De acordo com os mesmos dados, Évora foi o distrito que registou a maior subida de casos (65,57 por cento), destacando-se ainda os casos da Madeira (mais 44,12 por cento), Viseu (mais 36,96 por cento) e Santarém (mais 35,62 por cento).

Lisboa (2731 casos), Porto (873) e Setúbal (716), que continuam a ser os distritos que lideram em termos de total acumulado de casos, registaram em 1998 uma subida de 17,21 por cento, 9,92 por cento e 21,15 por cento, respectivamente.

# Co-incineração Uma nova etapa nos protestos

**A luta das populações, pela revogação imediata do despacho do Ministério do Ambiente sobre co-incineração de resíduos tóxicos, prossegue. As tentativas do governo para fazer parar os protestos, nomeadamente com a criação de uma comissão científica, é denunciada como mera operação de fachada. No Barreiro, Maceira e Souselas, o movimento de contestação desenvolve novas iniciativas.**

Nesta próxima sexta-feira, os estudantes do Barreiro vão plantar uma árvore no local escolhido para a instalação da estação de pré-tratamento de lixos tóxicos, depois de uma concentração frente aos Paços do Concelho.

Esta a primeira de uma série de acções de protesto decidida, dia 9, durante uma reunião entre os órgãos autárquicos, associações de estudantes, colectividades e agentes económicos. Uma iniciativa simbólica que tem como objectivo «promover o saneamento psicológico daqueles que decidem no país».

Nessa mesma noite, na colectividade barreirense «Os Penicheiros», música rap, dança break e graffiti, juntaram-se para contestar a estação de pré-tratamento. Hip-Hop versus resíduos industriais foi a designação do espectáculo, apoiado pela Câmara Municipal, que juntou canções de protesto, vídeos e a pintura de um painel alusivos aos efeitos dos resíduos industriais perigosos.

Dia 12, os representantes autárquicos do Barreiro tiveram um encontro com o presidente do Conselho Nacional do Ambiente (CNA), Mário Ruivo, a única de entre personalidade a quem os órgãos autárquicos pediram audiência - Presidente da República, primeiro-ministro, ministros do Equipamento, da Economia e do Ambiente - que acedeu ao pedido.

Em Maceira (Leiria), na noite de dia 9, uma reunião pública voltou a exigir a revogação imediata do despacho que determina a escolha das cimenteiras de Maceira e Souselas para a co-incineração de resíduos tóxicos.

Em Coimbra, cerca de um milhão de pessoas participaram, durante cerca de três horas, num encontro com ambientalistas, professores universitários e representantes dos movimentos populares.

Os participantes aprovaram uma moção exigindo, de par da revogação da decisão do governo, que sejam tomadas «medidas drásticas contra as empresas que produzem resíduos tóxicos».

Uma outra reivindicação é a «imediata suspensão da queima de pneus» na cimenteira de Maceira enquanto não forem instalados filtros de mangas nas chaminés daquela unidade fabril da Secil.

No encontro de Coimbra, o sociólogo Boaventura Santos, dirigente da Pró Urbe, acusou o governo de, com a criação de uma comissão científica, estar a «pôr a ciência ao serviço da política» e denunciou a hipocri-

ameaça para a saúde pública devido à libertação de produtos nocivos.

De acordo com os actuais conhecimentos científicos, «a emissão de dioxinas, furanos, metais pesados, partículas e outros compostos tóxicos, mesmo em quantidades mínimas, constituem factores de

populações e da defesa do meio ambiente».

## Sindicatos tomam posição

A União dos Sindicatos de Coimbra (USC/CGTP-IN) reclamou do governo a anula-



Secil, uma das empresas que lucra com uma decisão governamental inequivocamente recusada pelas populações

sia de «falar de co-incineração como forma de requalificação ambiental».

## Negócio e dúvidas

A co-incineração de resíduos tóxicos nas cimenteiras é «um negócio» para estas empresas e um processo «politicamente inaceitável e pouco sério», denunciou a deputada Isabel Castro, do Partido Ecologista «Os Verdes», que se deslocou esta semana a Maceira e Souselas.

Isabel Castro criticou o papel da ministra do Ambiente em todo este processo, acusando-a de «de forma quase chocante, parecer assumir-se como porta-voz das cimenteiras» e lamentou que «em toda esta questão as autarquias tenham sido colocadas à margem».

«Sem a tipificação dos resíduos não se podem definir as medidas a tomar», considerou a deputada ecologista, que defende a realização de um «plano nacional para os resíduos, prevendo a redução, reutilização e reciclagem dos mesmos».

«Os Verdes» apresentaram entretanto um projecto de deliberação, a ser debatido dia 20 na Assembleia da República, que aponta para a «imediata suspensão do processo de co-incineração de resíduos em cimenteiras» e para a «elaboração, em prazo razoável, de um inventário nacional de todos os resíduos produzidos, que inclua a sua tipificação; a apresentação de uma estratégia nacional para os resíduos industriais que contenha planos sectoriais de redução, reutilização e reciclagem».

Em Coimbra, o Conselho Científico da Faculdade de Medicina repudiou a decisão de incineração de resíduos tóxicos, considerando-a uma

risco muito importantes», afirma o Conselho Científico.

Esta perigosidade deve-se à «elevada toxicidade, à tendência bio-acumulativa e à dificuldade e/ou impossibilidade de biodegradação natural» dos produtos libertados. As doenças susceptíveis de surgir devido à libertação dos produtos nocivos vão «desde o cancro às perturbações comportamentais, passando pela infertilidade e agravamento de situações patológicas já existentes na comunidade».

Um quadro tanto mais negro quanto se está a lidar com entidades com bem poucas preocupações ambientais. Segundo o relatório da Comissão de Avaliação de Impacte Ambiental, citado no encontro de sábado passado no Barreiro, a Secil e a Cimpor «não têm sido empresas idóneas e respeitadoras das

ção da decisão de incinerar resíduos industriais perigosos nas cimenteiras de Souselas e de Maceira.

O plenário de sindicatos da USC critica o governo por ter tomado a decisão de «forma leviana, antidemocrática e com o objectivo de servir interesses que não são os dos trabalhadores e das populações» e sublinha, em particular, a ausência de diálogo «com o poder local, com as populações e com as estruturas representativas dos trabalhadores, sobre os prejuízos ambientais e perigos para a saúde pública de uma região densamente povoada».

A US de Coimbra defende a adopção de alternativas «que não passem pelas cimenteiras, envolvendo os órgãos do poder local, das associações sindicais, cívicas e ambientais, bem como das populações locais».

## Moita aprova Plano de Actividades

A Moita vai ter um fórum cultural, uma piscina, um centro comunitário, um novo mercado e ver concluído o Plano Director Municipal (PDM), ao abrigo do Plano de Actividades e Orçamento para 1999, divulgado segunda-feira passada pela autarquia.

Lado a lado com a expansão da rede pré-escolar, o Cine-Parque da Baixa da Banheira será recuperado e adaptado a Fórum Municipal, com uma biblioteca, um auditório e uma galeria de exposições.

As áreas do ensino e cultura foram particularmente reforçadas. Ao nível do ensino, de par da aposta no pré-escolar, destaca-se a recuperação e adaptação de salas de aula, espaços exteriores, cantinas e equipamentos das escolas do primeiro ciclo do Ensino Básico às actuais metodologias e necessidades educativas.

Nos domínios da saúde e acção social, o Centro Comunitário da Amoreira surge como a obra de maior vulto. A piscina municipal do Campo da Forca completa os projectos a realizar neste campo.

A terceira fase do Programa Especial de Reajuntamento, com a construção de mais 42 fogos, será concluído, bem como o PDM e a revitalização do vale da Amoreira.

O Sistema de Informação Georeferenciada, um Gabinete Técnico Local - que vai elaborar estudos para a recuperação dos bairros antigos de Alhos Vedros e Moita - e a Automatização e Telegestão do Sistema de Águas, são outros projectos previstos pelo Plano de Actividades.

## Novos juízes para caso Pinochet

O processo de reavaliação do caso Pinochet inicia-se na próxima segunda-feira. A Câmara dos Lordes britânica designou, no dia 11, sete dos seus membros para apreciarem a apelação sobre a imunidade do ditador chileno, na sequência da invalidação, em Dezembro último, da decisão tomada pelos Lordes que recusava a imunidade a Pinochet. Do novo Tribunal de Apelação fazem parte quatro dos Lordes que invalidaram a decisão anterior; como se esperava, nenhum dos cinco Lordes-juízes que recusaram a imunidade ao ex-Chefe de Estado chileno foram seleccionados para integrar o novo Tribunal.

## Greve na Hungria

O tráfego ferroviário internacional com destino e proveniente da Hungria esteve bloqueado durante vários dias devido à greve nos caminhos-de-ferro nacionais, tendo mesmo obrigado a cancelar o conhecido «Expresso do Oriente». Os grevistas exigem aumentos salariais de 21 por cento e a direcção dos caminhos-de-ferro apenas se dispõe a ir até aos 16 por cento, valor aceite por dois sindicatos do sector. As ligações entre Budapeste e Viena foram asseguradas por autocarros. Em situação normal, 11 comboios circulam diariamente entre a Áustria e a Hungria, oito comboios asseguram a ligação com a Roménia, seis com a República Checa, 15 com a Eslováquia, quatro com a Jugoslávia, dois com a Eslovénia, três com a Croácia e dois com a Ucrânia.

## Trabalhistas britânicos perdem popularidade

Duas sondagens divulgadas pela imprensa britânica mostram que o Partido Trabalhista perdeu popularidade devido às recentes demissões ministeriais e outros escândalos envolvendo o Governo. Segundo o jornal «The Daily Express», os Trabalhistas desceram 7 pontos nas preferências dos britânicos - passando para 48 por cento -, o que acontece pela primeira vez desde que chegaram ao poder nas

# Alemanha insiste no fim dos Fundos Estruturais

Especialistas alemães apresentaram ao Governo de Bona um relatório recomendando a supressão dos Fundos de Coesão e defendendo que os argumentos que apelam à solidariedade entre os Quinze não devem prevalecer sobre os interesses nacionais, isto é, os interesses da Alemanha em reduzir a sua contribuição para o orçamento comunitário.

O estudo, realizado por um conselho de 33 peritos ligados ao Ministério das Finanças da Alemanha, assenta na tese de que «a integração política da comunidade» se deve avaliar em função da sua aceitação pelos cidadãos, e que essa aceitação corre o risco de se esboroar se os cidadãos «tiverem a impressão de que a Comunidade Europeia é uma

companhia de redistribuição onde, a pretexto de se encarregar de tarefas políticas de distribuição, o que faz, sobretudo, é desviar recursos dos contribuintes fiscais de um país para grupos de interesses de outros países».

A Alemanha, recorda-se, pretende aproveitar os seis meses da sua presidência da União Europeia para reduzir a sua cota

de contribuição líquida, considerando que já cumpriu o seu papel para o desenvolvimento comunitário.

Nesse sentido, e segundo dados divulgados pelo «El País», os peritos aconselham o Governo alemão a introduzir uma contribuição combinada, baseada em cerca de 80 por cento no Produto Interno Bruto dos Estados-membros, resultando os restantes 20 por cento dos votos de cada um deles no Conselho Europeu. O modelo proposto pouparia à Alemanha um total de 5161 milhões de euros (mais de mil milhões de escudos), e beneficiaria também a França, que pouparia 1587 milhões de euros (mais de 300 milhões de escudos).

Alguns países ricos, como a Holanda, Áustria e Suécia ficariam igualmente beneficiados, mas o mesmo não se pode dizer do Reino Unido, que veria a sua contribuição agravada em cerca de 2500 milhões de euros (500 milhões de escudos), ou em relação à Espanha, Itália, Grécia e Portugal, que perderiam importâncias significativas agora canalizadas através dos Fundos Estruturais.

Em vez de ajudas comunitárias aos países menos desenvolvidos da UE, os especialistas alemães preconizam um maior financiamento nacional dos programas que actualmente beneficiam dos Fundos Estruturais, uma renacionalização parcial da política agrícola e uma maior concentração em objectivos de interesse comum europeu.

Segundo o ministro da Economia alemão, Werner Müller, o relatório da comissão de peritos, apresentada como independente, «reforça» a posição alemã.

## Israel Governo continua política de colonatos

O Governo israelita vai vender este ano lotes de terreno para a construção de 3.729 novos fogos na Cisjordânia. A notícia foi divulgada há dias pelo diário israelita «Haaretz».

Segundo a Lusa, o jornal baseia-se num documento ministerial confidencial, segundo o qual 1.320 lotes serão postos à venda no controlo colonato de Har Homa, em Jerusalém oriental, para além dos 1.000 lotes já à venda naquele local.

Os colonatos na Cisjordânia compreendem 500 habitações suplementares em Ariel, comunidade judaica no norte do território ocupado, e 400 outras no enclave da comunidade ultra-ortodoxa de Emmanuel. A maior parte das outras habitações será posta à venda nos colonatos situados em redor de Jerusalém oriental e perto de Belém, segundo o «Haaretz».

A confirmar-se a notícia, é de prever uma nova escalada na tensão entre israelitas e palestinos. Recorda-se que o lançamento do colonato de Har Homa, em Março de 1997, levou ao congelamento do processo de paz durante 20 meses.

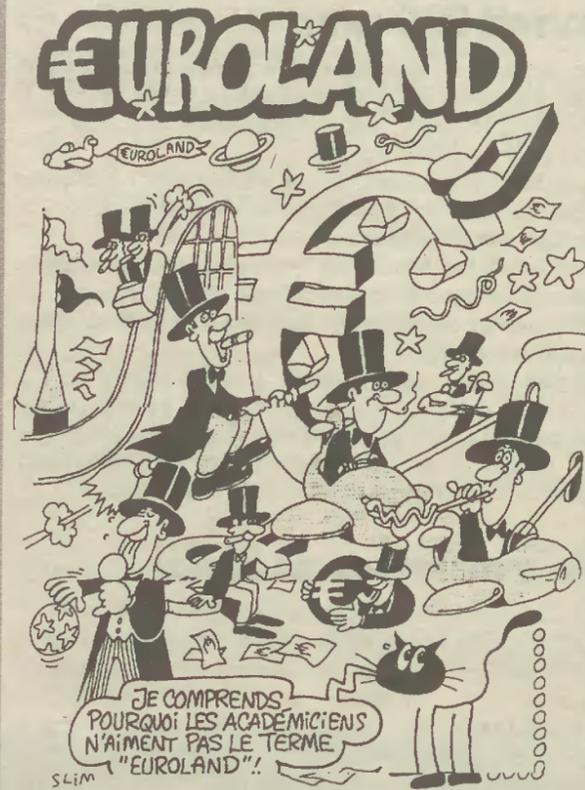
O governo de direita de Benjamin Netanyahu tem rejeitado sistematicamente os apelos da comunidade internacional para congelar a colonização dos territórios árabes ocupados antes das negociações sobre o estatuto final destes territórios.

Para a Autoridade Palestiniana, ao prosseguir com a colonização Israel procura criar uma situação de facto consumado em grandes superfícies da Cisjordânia e Jerusalém oriental, onde os palestinos desejam estabelecer a capital do seu futuro Estado independente. Existem actualmente 144 colonatos judaicos na Cisjordânia, reagrupando um total de 155.000 residentes. A construção de 3.700 fogos suplementares correspondem a cerca de mais 15.000 residentes. Importa salientar que os números do «Haaretz» respeitam apenas às construções financiadas pelo governo, já que milhares de outros fogos foram construídos ou está prevista a sua construção com fundos privados.



O governo de direita de Benjamin Netanyahu tem rejeitado todos os apelos para congelar a colonização dos territórios árabes

## La mine de Slim



«Estou a perceber por que os académicos não gostam do termo «eurolândia».

A Academia Francesa propôs que para designar o novo espaço monetário europeu se use a expressão «zona euro», em vez do termo «eurolândia».

A Academia «não aconselha o uso de 'eurolândia', porque não se trata de nomear um Estado soberano, nem mesmo uma confederação, mas apenas a área de aplicação de um tratado», e fundamenta o seu parecer com o facto de não se falar de 'dolarlândia' ou 'esterlinalândia', mas sim de 'zona franca', 'zona esterlina' ou a 'zona dólar'».

Para o linguísta Alain Rey, responsável pelo dicionário etimológico da língua francesa, «eurolândia» é uma expressão «enganadora», porque «parece designar todos os países da zona europeia» e não apenas os Estados que aderiram à moeda única.

## Encontro entre PCP e Bloco Nacionalista Galego

No passado dia 8, teve lugar em Santiago de Compostela um encontro de delegações do Partido Comunista Português e do Bloco Nacionalista Galego (BNG) para trocar informações e experiências, aprofundar o conhecimento recíproco e considerar iniciativas em torno de problema de interesse comum dos povos de Portugal (e em primeiro lugar do Norte de Portugal) e da Galiza.

Neste sentido procedeu-se a uma ampla troca de informações sobre a situação em Portugal e na Galiza e foram abordadas numerosas questões, nomeadamente as que se prendem com a adesão à União Europeia e às suas consequências negativas para o tecido produtivo do Norte de Portugal e da Galiza. Foram também encareadas iniciativas de intercâmbio e cooperação, designadamente no plano cultural, autárquico, socioeconómico e da problemática feminina.

A delegação do PCP foi constituída por Emídio Ribeiro e António Lopes, membros da Comissão Política do CC, Teresa Lopes e João Sarabando, membros do Comité Central e da DORP, e Honório Novo, membro da DORP e deputado do PCP no Parlamento Europeu.

Por sua vez, a delegação do BNG foi composta por Francisco Garcia Suarez, responsável de Organização da Comissão Permanente do Conselho Nacional, Encarna Otero Cepeda, responsável de Relações Exteriores da C.P. do C.N. e porta-voz do BNG na Câmara Municipal de Santiago de Compostela, Maria Pilar Garcia Negro, responsável de problemática das mulheres e deputada do BNG no Parlamento Galego, Luis Obelleiro Pinon, responsável de política municipal, Anxo Quintana González, membro da C.P. da C.N. e alcalde do Conselho de Allariz, e Basilio López Pérez, deputado do BNG no Parlamento Galego.

O PCP, que no âmbito do Estado espanhol mantém relações tradicionais de amizade e cooperação com o PCE e a Esquerda Unida, tem também desenvolvido relações com outras forças de esquerda no plano de diferentes nacionalidades, nomeadamente na Galiza com o BNG. É assim que nos últimos anos delegações do PCP tem assistido na Galiza a iniciativas do BNG, nomeadamente às celebrações do Dia da Pátria Galega, e delegações do BNG têm participado em sucessivas edições da Festa do Avante!.

## Colômbia Mais perto da paz

As Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC) e o governo de Andrés Pastrana iniciaram as conversações de preparação para a assinatura de acordos de paz definitivos. Espera-se um processo difícil, mas ambas as partes consideram-no irreversível.

«A hora da paz soou e nada poderá parar as negociações», afirmou Andrés Pastrana, na quinta-feira, em San Vicente del Caguán. O líder das FARC, Manuel Marulanda «Tirofijo», que não esteve presente devido a falta de segurança, declarou estar «optimista em relação ao processo» então iniciado.

«Viemos cumprir um encontro com a história. Chego à mesa de diálogo com uma agenda aberta e sem qualquer intenção de vetar ou impor temas. Estamos dispostos a discutir e a discordar, a propor e a avaliar, mas sobretudo a construir», afirmou o presidente colombiano, citado pela Lusa.

Num comunicado conjunto, as duas partes sublinham a vontade incontornável de implementar a paz no país «com igualdade e justiça social». No entanto, como assinalou Pastrana, o processo «será difícil» e «haverá sobressaltos», pois um conflito de décadas «não vai acabar em poucos meses». O discurso foi concluído com um toque de optimismo: «Conseguiremos a reconciliação».

As principais reivindicações das FARC prendem-se com a neutralização dos grupos paramilitares de extrema-direita e a libertação dos seus 500 membros detidos pelas autoridades em troca pelos 300 soldados e polícias capturados no ano passado pelos guerrilheiros. Outra exigência consiste em que os paramilitares e os altos comandos militares respondam pelos seus crimes contra a população civil.

O passo seguinte foi dado no sábado na aldeia de Machaca, na Amazônia, num encontro entre delegações do Governo e da guer-

riilha com fim a estabelecer um programa para as conversações que incluía datas e lugares para futuras reuniões.

### Paramilitares assassinam 100 civis

Em apenas quatro dias, os grupos paramilitares assassinaram 100 civis sob a acusação de colaborarem com a guerrilha. A operação começou na quinta-feira passada - depois de concluído um período de cessar-fogo natalício - com a morte de 47 pessoas nos departamentos de Antioquia e César. Em Bolívar, 14 civis foram fuzilados na rua.

O crime mais violento foi cometido no fim-de-semana, no município de El Piñón, quando 70 paramilitares fortemente armados interromperam um baptizado, leram uma lista de suspeitos de colaborarem com grupos guerrilheiros e fuzilaram 27 pessoas à frente dos vizinhos.

No dia seguinte, oito camponeses foram massacrados na província de Sucre e outros seis civis foram assassinados em Antioquia.

Os crimes são atribuídos aos paramilitares das Autodefesas Unidas da Colômbia, coordenados por Carlos Castaño. Para as Forças Armadas, estas acções surgem como vingança a um recente ataque das FARC contra um dos seus principais acampamentos, mas também como forma de pressionar o Governo a reconhecer-lhes um carácter político e aceitá-los à mesa de negociações.

Esta hipótese sempre foi rejeitada pelas FARC. «Os para-

militares e as forças de segurança são a mesma coisa», argumentam os guerrilheiros.

Entretanto, vinte organizações de defesa dos direitos humanos denunciaram o bombardeamento da Força Aérea colombiana sobre a população da localidade de Betoyes, no passado 22 de Dezembro.

O ataque, feito com dois helicópteros e três aviões de guerra, «seguiu-se ao massacre de 13 de Dezembro, durante o qual se estima terem sido assassinados 20 civis, entre os quais cinco crianças, e em que ficaram gravemente feridas mais de 20 pessoas». Como explicam as organizações num comunicado de imprensa, a acção provocou cerca de 200 refugiados.

As organizações de direitos humanos apelam à intervenção humanitária para que os bombardeamentos cessem e deixem de pôr «em perigo a vida e a integridade dos populares» e exigem que as autoridades investiguem os acontecimentos, dêem respostas reais sobre o sucedido e façam com que o exército cesse os ataques.



Nos últimos 10 anos, segundo os dados da Amnistia Internacional, dois milhões de crianças morreram em conflitos armados e pelo menos 10 milhões testemunharam atrocidades

## Crianças na linha de fogo

300 000 crianças de ambos os sexos combatem actualmente em guerras, 14 milhões são refugiados e um terço das perdas humanas totais em conflitos armados são menores. A denúncia foi feita esta semana em Londres pela Amnistia Internacional (AI).

Argélia, Colômbia, Serra Leoa, República Democrática do Congo, Sri Lanka, Ruanda, Sul do Sudão, Afeganistão e a província sérvia do Kosovo são as principais zonas de alto risco para crianças apontadas pela AI. Segundo Rob Beasley, coordenador de uma campanha lançada pela AI em defesa dos menores, «milhões de crianças viram o que nenhum ser humano jamais deveria ter visto».

A campanha visa dois objectivos: por um lado, estabelecer os 18 anos como idade mínima para o recrutamento militar (no Reino Unido o limite está fixado nos 16 anos); por outro lado, conseguir que o Reino Unido deixe de exportar armas ligeiras para os países onde as crianças são utilizadas na guerra (dois terços dos países africanos e asiáticos compram armamento britânico).

O relatório da AI dá ainda conta de casos concretos para demonstrar que milhares de crianças são massacradas, mutiladas, violadas ou

## Amanhã, em Paris Forum dos progressistas europeus

A necessidade de conjugar esforços para a construção de uma Europa social e ecológica, uma Europa democrática, solidária e de paz, está na base da iniciativa pública que amanhã, dia 15, se realiza em Paris. Trata-se de um «Forum para participar na reorientação da construção europeia», promovido pelo Partido Comunista Francês (PCF), em que participam numerosos partidos e personalidades progressistas da Europa.

O PCP faz-se representar por uma delegação dirigida pelo seu Secretário-geral, Carlos Carvalhas, e integrada por Domingos Abrantes, membro da Comissão Política; Manuela Bernardino, do Comité Central e da Secção Internacional; Joaquim Miranda, membro do CC e deputado ao Parlamento Europeu.

Até ao encerramento da nossa edição, tinham confirmado a sua presença neste evento Robert Hue, Secretário nacional do PCF; Julio Anguita, Esquerda Unida, Espanha; Walter Baier, PC da Áustria; Pierre Beauvois, PC da Bélgica; Fausto Bertinotti, Partido da Refundação Comunista, Itália; Yannis Dragassakis, Coligação de Esquerda e Progresso, Grécia; Andros Kyprianov, AKEL, Chipre; Tiny Kox, Partido Socialista, Holanda; Johan Lönroth, Partido de Esquerda da Suécia; Christiane Macquet-Berger, Partido Suíço do Trabalho; Gert Petersen, Partido Socialista Popular, Dinamarca; Rafaél Ribo, Iniciativa pela Catalunha; Partido do Socialismo Democrático, Alemanha; Aliança de Esquerda da Finlândia; Partido Comunista da Grécia; Partido da Esquerda Socialista, Noruega; Alonso Puerta, presidente da Esquerda Unitária Europeia, Esquerda Verde Nórdica do Parlamento Europeu.

No âmbito da iniciativa, as diversas forças políticas disporão de stands com exposições onde darão conta de alguns aspectos relacionados com a actividade e a luta que desenvolvem nos seus países.

No final do encontro será divulgado um «Apelo Comum», que o «Avante!» divulgará no próximo número.

últimas eleições gerais. Nas contas do «The Daily Telegraph», a descida terá sido de apenas 3 por cento - situando-se nos 52 por cento - segundo uma sondagem da Gallup. A perda de popularidade dos trabalhistas não beneficia os conservadores que mantêm os 29 por cento, percentagem igual à obtida em Dezembro de 1998. Os liberais democratas conseguem mais dois pontos, situando-se nos 13 por cento. A popularidade do primeiro-ministro, Tony Blair, baixou 1,7 por cento.

### Suíça, país de asilo

Cerca de 41.300 pessoas pediram asilo na Suíça em 1998, um aumento de 72 por cento em relação a 1997. Cerca de metade dos cidadãos que pediram asilo é oriunda da Jugoslávia, sobretudo da província de Kosovo, onde a violência originou uma onda de refugiados. Existe uma importante comunidade de etnia albanesa na Suíça o que leva muitos refugiados albaneses de Kosovo a procurar abrigo naquele país.

Dos refugiados que pediram asilo em 1998, um décimo era oriundo da vizinha Albânia, 5 por cento do Iraque e outros 5 por cento do Sri Lanka.

Em 1998, cerca de 23.700 pessoas viram rejeitados os seus pedidos de asilo, 43 por cento mais do que no ano anterior, tendo sido obrigadas a sair da Suíça ou repatriadas para os seus países de origem.

### Noenazis na Alemanha

Em 1998, houve 301 incidentes provocados por neofascistas nas forças armadas alemãs, contra 222 casos idênticos ocorridos no ano anterior, anunciaram as autoridades.

A maioria dos incidentes com neonazis nas forças armadas alemãs referem-se à ostentação de símbolos e tatuagens nacional-socialistas ou a inscrições neofascistas nas paredes dos quartéis, e ocorreram com delinquentes que estavam a prestar serviço militar obrigatório. No ano passado, depois de ter aparecido um vídeo em que alguns soldados simulavam a execução de judeus e entoavam cânticos e palavras de ordem nazis, foi nomeada uma comissão de inquérito parlamentar às actividades da extrema-direita dentro do exército.

## Brasil PT toma posse em Rio Grande do Sul

O PCP esteve presente na tomada de posse do novo governador do Estado do Rio Grande do Sul, Olívio Dutra, do Partido dos Trabalhadores (PT), respondendo ao convite que lhe foi dirigido pelo PT através da sua organização do Estado do Rio Grande do Sul. A representar os comunistas portugueses esteve Alexandre Pereira, membro da direcção da organização do PCP em S. Paulo.

Uma multidão de cerca de 20 mil pessoas, reunida na praça em frente à Assembleia Legislativa Estadual e em frente ao Palácio Piratini (a sede do governo), acompanhou com grande entusiasmo a tomada de posse e transferência do poder pelo anterior vice-governador, já que o governador António Brito não quis ser ele a entregar o governo.

O colorido das bandeiras vermelhas da frente ampla de esquerda que apoiou Olívio Dutra - PT, PDT, PC do B, PCB e PSB - tornaram a cerimónia na mais animada tomada de posse já realizada nos diferentes estados do Brasil, inclusivé a de Fernando Henrique Cardoso que retomou a Presidência da República.

A vitória da coligação de esquerda em Rio Grande do Sul expressa bem o desejo de uma política alternativa por parte da população deste importante Estado brasileiro, bem como o reconhecimento do trabalho realizado em Porto Alegre, município dirigido pelo PT.

Houve oportunidade de troca de impressões com Olívio Dutra que agradeceu e valorizou a presença do PCP.

Texto  
Domingos Mealha  
Fotos  
Jorge Caria

# Hesitações e compromissos travam reforma na Saúde

## Entrevista com Paulo Fidalgo

Ultimamente, a propósito da «greve self-service» de médicos desencadeada pelo SIM, têm sido referidos publicamente, com mais insistência, problemas como as grandes demoras nas urgências dos hospitais, na marcação de consultas, operações, análises... Não será, por certo, o momento ideal para uma discussão ampla e profunda, serena e produtiva, sobre os graves males da saúde e os caminhos para a sua resolução. Não deixa de ser oportuno, a propósito, recordar que, em ocasiões de menor polémica, opiniões e propostas apresentadas pelos comunistas ficaram submersas num sufocante silêncio. Vale também a pena lembrar que reivindicações mais sérias de sindicatos com muito maior representatividade que a estrutura promotora do self-service tiveram que ser sublinhadas por formas de luta, incluindo greves, com elevadas adesões de enfermeiros, médicos e demais trabalhadores da Saúde, para que o Governo lhes desse satisfação. Com este pano de fundo se desenrolou a entrevista com Paulo Fidalgo, médico comunista que há já alguns anos trabalha activamente na Comissão Nacional do PCP para as Questões da Saúde.

«Avante!»: Justificam-se maiores preocupações neste momento, relativamente às listas de espera e às demoras na resposta do serviço público de Saúde às necessidades dos portugueses?

Paulo Fidalgo: O problema sempre foi muito sentido. Mas esta acção do SIM acaba por ter impactos significativos, pelo facto de ser muito selectiva e mesmo contando com escassos apoios entre os médicos. A prestação de cuidados de saúde é multidisciplinar, e o facto de faltar uma pessoa numa equipa, em certas circunstâncias, acarreta a interrupção de um programa de produção. Os impactos são muito maiores do que a percentagem de adesões à greve. Por estes motivos, as listas de espera estão a aumentar e há alguma razão para pensar que a situação estará pior agora.

No quadro de problemas que se vive na Saúde, as demoras são o mais grave?

As demoras são o principal instrumento que podíamos ter disponível, caso ele estivesse estudado, para medir a oferta de cuidados de saúde e o acesso que a população a eles tem. A noção das demoras é um parâmetro importante na avaliação do sistema.

É claro que estamos muito aquém das necessidades da população. O nosso sistema de saúde tem tais carências, que as pessoas só têm acesso fácil se estiverem muito gravemente doentes.

É realmente diferente a situação, quando se trata de instituições privadas?

Globalmente, a qualidade é melhor no sistema público de Saúde, mas há áreas de negócio que, pontualmente, a lógica capitalista desenvolveu mais rapidamente.



A nossa indústria privada de cuidados de saúde é hoje muito incipiente. Quer pelos recursos humanos disponíveis, quer pelo equipamento instalado, não tem qualquer capacidade de competir em qualidade com o sistema público.

O que o sistema privado permite é, pela sua natureza capitalista, acessos rápidos, porque estão dependentes do poder de compra dos clientes, e isto também é qualidade. Em determinadas áreas altamente rentáveis, o sistema privado tem-se apetrechado em equipamentos mais rapidamente que o público. No capítulo da Hotelaria, um aspecto não desprezível, também o sistema capitalista de prestação de cuidados tende a oferecer algum serviço mais sofisticado.

Não é pelo maior desenvolvimento do sector privado da Saúde que se vai obter uma maior rapidez no atendimento dos doentes?

Como comunista, acredito firmemente que somos capazes de construir um sistema não capitalista de prestação de cuidados de saúde à população, baseado numa indústria de propriedade pública e em que os trabalhadores estejam fortemente associados à responsabilidade do sucesso dessa indústria.

As sociedades acabam por ter de construir sistemas de protecção colectiva da saúde. A forma de administrar melhor os recursos para tal objectivo é dispor de um sistema que permita o máximo aproveitamento desses recursos colectivos.

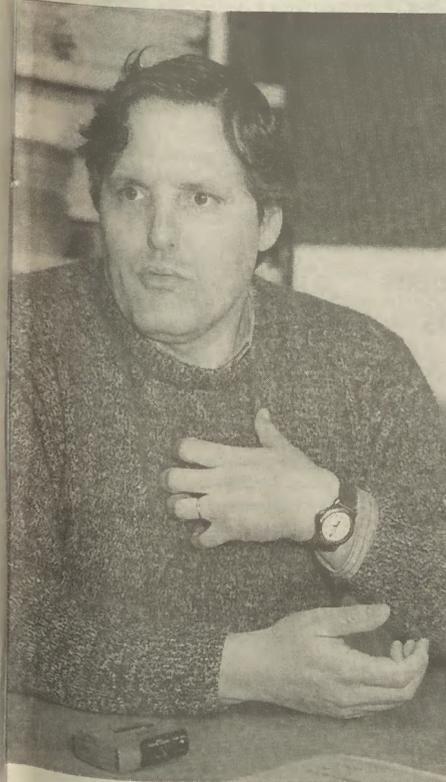
O Serviço Nacional de Saúde é uma premonição de uma organização não capitalista da sociedade. Pode ser reorganizado e pode ser aprofundada a sua experiência, pode ser muitíssimo melhor articulado com os interesses da população - e o Partido tem apontado críticas e propostas nesse sentido.

A saída pela via capitalista não vai conduzir a nada, como se viu, de forma geral, noutros países - com a única e especial excepção dos EUA, onde o sistema é abertamente capitalista. No Canadá e na Europa Ocidental todos os países, de uma forma geral, evoluíram para sistemas de protecção pública.

Houve uma alteração, mais visível a nível das ideias, com a mudança de Governo, depois de 15 anos de PSD à frente da Saúde. Por que é essa alteração menos visível na situação do sector?

No Partido temos avaliado como positivas determinadas teorias, determinados pontos de vista, alguns anúncios de linhas de acção por parte do Ministério da Saúde. Mas notamos uma enorme hesitação na sua aplicação prática, notamos uma grande inclinação para compromissos com lobbies poderosos no sistema e achamos que há uma grande incapacidade de iniciar um processo efectivo de reforma democrática do Serviço Nacional de Saúde. Cada vez que querem mexer numa ponta, erguem-se logo dezenas de interesses e de vozes poderosas que pretendem que o SNS se mantenha como está e procuram abrir caminho para que seja retomada uma linha pró-liberal que vigorou durante a época do PSD.

Com este Ministério essa linha não tem dado novos passos, e foram anunciados propósitos, importantes e interessantes, de começar a reorganizar o SNS e dar-lhe um novo dinamismo. Só



## Medicamentos, salários e outras despesas

«Avante!»: Como é que o actual sistema de comparticipações no preço dos medicamentos favorece os mais caros, com maiores custos para o Estado?

Paulo Fidalgo: O Serviço Nacional de Saúde presta cuidados à população num ambiente que não tem mercado. O doente não tem que comprar nada, não tem que administrar fundos pessoalmente por causa das opções que toma dentro do sistema de Saúde. Isto dá ao sistema uma enorme capacidade de atribuir e planejar os recursos e de gerir a realidade nacional com muito mais coerência. Contudo, nunca foi adoptada uma política semelhante quanto ao sector dos medicamentos, relativamente ao qual o sistema de saúde público aceita completamente as regras do mercado. Esta é uma questão de fundo, uma contradição que um dia teremos que resolver.

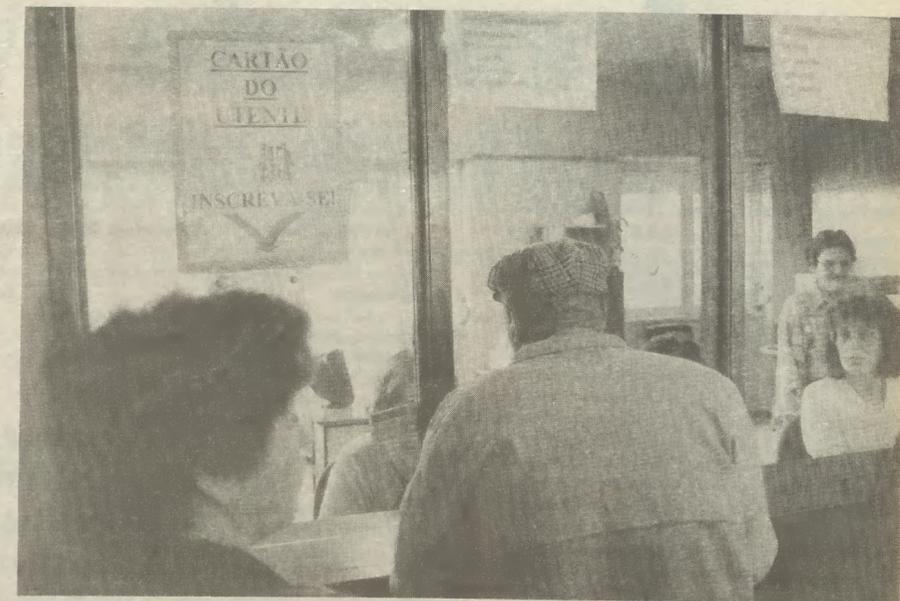
O sistema público de comparticipação foi construído de maneira a não interferir nas chamadas regras do mercado do medicamento, onde os preços das diferentes marcas são definidos segundo os critérios dos fabricantes. Como o sistema público financiador está obrigado às regras mercantis e não pode ser mais a favor deste ou daquele medicamento, para não ser condicionador - nesta argumentação de tipo liberal - foi decidido, ainda antes do 25 de Abril, que o Estado fizesse a comparticipação em percentagem, independentemente do preço, cabendo ao médico e ao doente escolher a marca do remédio.

Assim, havendo uma substância química única que está presente no mercado com nove marcas de preços diferentes, o valor da comparticipação do Estado é mais elevado na marca mais cara. Pela mesma substância química, a marca vendida ao preço mais baixo recebe menos dinheiro de comparticipação. Na verdade, o Estado está desta forma a financiar parcialmente o sistema de mercado.

Para alterar isto, o sistema público teria de começar a abandonar o sistema mercantil. A alternativa foi parcialmente equacionada pelo Ministério da Saúde, ao avançar com os chamados preços de referência, cuja aplicação está agora a começar e já provoca uma agitação que nunca vi antes por parte da indústria farmacéutica. Pela primeira vez, está a ser dado um pequeno passo: o Governo diz que comparticipa um determinado valor médio do preço da molécula, independentemente da marca, e vai deixar de comparticipar nos preços que ultrapassam esse valor médio.

Há uma grande incongruência no actual sistema. As grandes empresas capitalistas de saúde dos Estados Unidos tomaram medidas drásticas de condicionamento do mercado dos medicamentos, enquanto o nosso sistema público mantém uma abertura total ao mercado, que acarreta elevados encargos desnecessários para o Estado mas que tem, provavelmente, muito mais interesse para as empresas fabricantes. O único elemento que foge ao mercado é o medicamento prescrito aos doentes internados nos hospitais, cuja compra é ajustada pela farmácia de cada hospital num concurso com as várias marcas.

O PCP propôs em Outubro que fossem fornecidos gratuitamente nos hospitais e centros de saúde alguns medicamentos, o que custaria menos ao Estado do que a comparticipação. Como é isto possível?



que tem sido visível uma enorme hesitação e uma teia enorme de compromissos que impedem o início de uma dinâmica efectiva de reforma.

Outra postura de quem ocupasse a pasta, mesmo que fosse um comunista, iria certamente debruçar-se com idênticas resistências...

Sim e, eventualmente, a energia política e a linha para abrir um caminho de reforma seria mais nítida se os comunistas estivessem no Governo, uma vez que, para que esta presença se verificasse, seria necessária uma definição de política geral que tivesse o acordo do PCP.

Aqui está o motivo por que este Ministério é extremamente hesitante. O Governo tem uma linha geral pró-capitalista numa série de áreas estratégicas - as privatizações da grande indústria e da banca, a política europeia e a moeda única... É óbvio que, nestas circuns-

tâncias, o Governo é muito limitado em qualquer iniciativa não capitalista na área da saúde. Pode até dizer que, de coração, está com os interesses da população... Mas, quando se defronta, por exemplo, com a indústria de produção de medicamentos, não consegue mais do que regatear.

Estas contradições provavelmente não existiriam num Governo em que o PCP tivesse responsabilidades na Saúde. Haveria unidade política e sentido estratégico mais claro a favor do SNS e de um desenvolvimento não capitalista. Embora defrontando esse tipo de lobbies, teríamos uma mobilização muito mais clara dos interesses populares e dos interesses dos profissionais a favor desse tipo de consigna.

Estou convencido de que a saída para os problemas do Serviço Nacional de Saúde está no reforço da posição do PCP e na sua capacidade de se assumir como força dirigente do SNS.

paga hoje pela comparticipação: em vez de quinhentos escudos, gastaria cinquenta.

O impacto desta medida não é maioritário na despesa da saúde. Mas mostra que não há razões que justifiquem que não haja uma intervenção com medidas de racionalização do mercado de medicamentos. Para o desenvolvimento do Serviço Nacional de Saúde é inevitável restringir o mercado e controlar os gastos. O PCP não está sozinho nesta posição, há muitas outras pessoas que nos acompanham nestas propostas.

A poupança assim obtida permitiria, por exemplo, melhorar as remunerações dos médicos?

Em termos de macroeconomia, o sistema de Saúde tem quatro grandes áreas de despesa: os profissionais, os medicamentos, as farmácias e as instalações e equipamentos. Há necessidade de alterar o status quo da actual distribuição de recursos por estas áreas. Os profissionais são aqueles que mais precisam de revalorização e os outros sectores talvez tenham que encarar uma redução.

Mas esta greve desse sindicato é um fenómeno mais complexo. Uma revalorização salarial, sobretudo da magnitude da que está a ser reclamada, só pode ocorrer mediante uma associação dos profissionais a novas formas de trabalho, não se pode discuti-la sem equacionar a reforma da maneira como trabalhamos nos hospitais e centros de saúde, para aumentar a resposta ao público.

A proposta do SIM é totalmente irrealista, porque não tem nada em conta a necessidade de que passemos a trabalhar de maneira completamente diferente, premiando quem trabalha melhor, distinguindo aqueles que trabalham no sistema público de saúde com mais dedicação e que procuram torná-lo mais eficiente, daqueles que têm uma ligação mais ténue com o sistema, onde vão apenas fazer umas horas.

Apesar de muito radicais nas reclamações remuneratórias, os promotores desta greve parecem não querer que se discuta a sério o regime de trabalho, gostariam de evitar que houvesse mexida no essencial da maneira de trabalhar. Este tipo de acção grevista põe problemas muito sérios ao Serviço Nacional de Saúde.

Queremos que seja melhorada a situação material dos profissionais, mas sobretudo queremos que o Serviço Nacional de Saúde tenha sucesso e aumente a sua capacidade de resposta à população. É irrealista estar a pedir a Lua em remunerações, sem ao mesmo tempo estarmos a discutir a fundo uma reformulação global do SNS.

# A cassete

■ JOSÉ SOEIRO  
Membro da Comissão  
Política

**ENTRAMOS no último ano do século e do milénio. O Euro aí está a dizer-nos que somos todos europeus, que dentro de dois anos não precisamos mais de fazer câmbios, que há uma só moeda. Português ou francês, espanhol ou alemão, é tudo igual, é tudo Euro. Nada de escudos, pesetas, francos ou marcos. Tudo isso é passado e deixou de fazer sentido.**

Orgulhem-nos da nossa nova moeda, da moeda desta Europa a que pertencemos. Veneremo-la, a ela moeda, e naturalmente aos ilustres governantes que temos, ou que tivemos, ou que tivemos e temos, é difícil saber quem tem mais méritos nesta matéria se o Eng.º Guterres se o Dr. Cavaco, ou se o Dr. Cavaco se o Eng.º Guterres, a ordem é indiferente pois não há dúvidas que são cara e coroa da mesma moeda, do Euro, claro, já que é deste que estamos a falar e não da política neoliberal que ambos perfilham, e que tão sábia e obediamente aplicaram para nos conduzir ao pelotão da frente.

Não se sabe bem como enquadrar, aqui, é a parilha Dr. Marcelo-Dr. Paulo Portas que, não tendo sido nem sendo governantes, não se cansam de gritar, alto e bom som, o seu papel de obreiros fundamentais da política que nos permite, a nós, portugueses saltar de alegria por fazer parte deste novo grande clube que é o clube do Euro.

Este problema é tanto mais delicado quanto é sabido que, como parte da mesma moeda que são, se não do Euro pelo menos da política praticada por Cavaco e Guterres para lá chegar, não podem tão altos dignitários da dita cuja moeda, ou dito, se do Euro quisermos falar, ser cara ou coroa, desta ou deste, já que tal espaço está ocupado, por mérito próprio, pela dupla Cavaco-Guterres antes referida.

## Cara e coroa

Tanto empenho em apoiar a política do governo do Eng.º Guterres para garantir a estabilidade, e, desta forma, podermos chegar, no pelotão da frente, ao nosso querido e almejado Euro, não pode, entretanto, deixar de ser reconhecido e de alguma forma premiado.

Ora não tendo os portugueses dado a tão nobres paladinos da nossa moeda futura a possibilidade de partilhar a governação, como deram a Cavaco e Guterres, nem estando certamente disponíveis para o fazer através da desconjuntada AD, para poderem provar as suas capacidades em levar por diante a mesma política, com o mesmo empenho, dedicação e subordinação aos ditames de Bruxelas, ou Bona ou Paris tanto faz, ainda que com as naturais diferenças de linguagem e de estilo que se lhes reconhece, é justo que se encontre diferente solução.

Nesse sentido poderão sempre reivindicar ser cara e coroa, não do Euro, pelas razões conhecidas e já referidas, mas do respectivo cêntimo, moeda que, estamos certos, irá ter presença bem mais regular na bolsa dos portugueses e ser destes bem mais conhecida, já que todos sabemos quão precioso é cada escudo que temos para fazer a travessia dos intermináveis 30 dias, quando não 31, tantos são os que constam em 7 dos 12 meses do ano, que persistem em constituir cada mês, salvo o de Fevereiro que, contando com 28 ou 29, consoante se trate ou não de ano bissexto, constitui a excepção a confirmar a regra, e que temos que vencer para receber o salário ou reforma que a cada um cabe, conforme se trate do trabalho que presta ou que ao longo de uma longa vida prestou. Destes se excluem naturalmente aqueles que, não trabalhando ou não tendo trabalhado durante toda a vida, mas que à custa dos que o fazem ou fizeram vão vivendo, não necessitam de preocupar-se com essa coisa comezinha do fim do mês e muito menos em saber se um escudo representa a diferença entre as unidades e a centena ou entre as centenas e o milhar.

Mas, como da relação do cidadão comum com o Euro se trata, atente-se na atenção que cada um, vendedor ou comprador, presta aos preços afixados em qualquer mercadoria exposta em qualquer mercado ou supermercado deste País. O primeiro, o vendedor, retirando o malfadado escudo no valor das centenas ou dos milhares, o segundo, o comprador conjecturando sempre que bem diferente é pagar 399, valor que sempre se fica pelas três

centenas, que pagar 400 onde a simples unidade adquire o peso de um cento. A mesma antevisão será feita, pelo vendedor ou comprador, apesar do antagonismo dos objectivos e interesses, se dos 999 se tratar pois é um facto que por este caminho se não chega aos 1000 sendo que neste caso a unidade faz a diferença entre a centena e o milhar. Estamos a falar de escudos, claro, já que se de cêntimos se tratasse muito haveria para esclarecer.

Mas isso a seu tempo virá. Para já, não nos preocupemos com bagatelas. Que importância pode ter que um Euro represente 200,482 escudos e que um escudo represente 49,879% de um cêntimo? Ou, dito de outra forma, que um cêntimo vale 2,00482 escudos e que não vai haver uma subdivisão do Euro equivalente ao actual escudo? Haverá acertos a fazer, claro, mas isso nem se coloca no plano imediato. O importante para já é percebermos que em vez de pagarmos 200,482 escudos por uma determinada mercadoria iremos pagar apenas 1 Euro o que constitui um ganho imediato pois só um cego não vê a diferença que vai entre 200 e 1. Esta observação é tanto mais justa quanto, como atrás se viu, não há ninguém, vendedor ou comprador, que fique indiferente a diferença entre 399 e 400 ou 999 e 1000.

## E a cassete?

Voltemos ao Euro do nosso contentamento que nos permite agora inchar o peito e proclamar aos quatro ventos e em todas as línguas faladas e escritas deste planeta e de todos os outros que estão espalhados pelo universo que temos uma moeda que vale mais que o próprio dólar americano. Nada que se compare com o estafado e desvalorizado escudo que claramente nos diminuía aos olhos dos outros Europeus e do mundo.



Deixemo-nos de pelintras. Sejamos modernos. Tenhamos confiança em nós próprios. Com o Euro estamos todos a ganhar. Não nos deixemos confundir com esses atrasados países, como a Inglaterra, a Dinamarca e a Suécia que ficaram fora do clube...

Mas... e a cassete? Onde entra a cassete que justifique o título que encabeça toda esta conversa?

Precisamente aqui. Porque ao arripio de toda esta euforia Euro(peísta) lá vêm os comunistas com a cassete de que tudo isto representa mais um passo na perda da nossa soberania, que vamos ter um Banco Central Europeu a comandar importantes aspectos

da vida do nosso país, que não é esta Europa que interessa aos trabalhadores e aos povos deste nosso velho mundo, que tudo isto tem sido construído sem uma consulta ao povo português, que por mais optimistas que sejam os discursos estes não alteram a dura realidade de Portugal continuar na cauda da Europa, dos trabalhadores portugueses continuarem a ser os mais mal pagos, de as reformas e prestações sociais serem as mais baixas, do nosso sistema produtivo estar a ser desmantelado enquanto o nosso mercado é invadido pela produção estrangeira, etc., etc.

Com a cassete de que esta construção europeia, de cariz neoliberal, está ao serviço do grande capital financeiro não correspondendo às aspirações dos trabalhadores e dos povos europeus nem às exigências de cooperação e solidariedade internacional.

Com a cassete sobre a necessidade de renegociar e alterar a lógica do "pacto de estabilidade" transformando-o num pacto de emprego e convergência real das economias.

Com a cassete da coesão económica e social que assegure o nivelamento por cima, de forma progressiva, das conquistas sociais alcançadas nos diversos países da Europa por forma a permitir aos trabalhadores, aos reformados e aos portugueses em geral elevar o seu nível de vida, que combata o desemprego e o trabalho precário, que reduza os horários de trabalho sem perdas de direitos e de salário.

Com a cassete da necessidade de não diminuir os fundos estruturais para os países com economias mais débeis com o nosso.

Com a cassete da luta por mais democracia, reforçando o papel dos parlamentos nacionais, aproximando

os cidadãos das decisões, aumentando os poderes do Parlamento Europeu à custa da diminuição dos poderes da Comissão, preservando o direito de veto no Conselho.

Com a cassete sobre a necessidade de medidas que respeitem e valorizem as culturas nacionais, que defendam os equilíbrios

ecológicos, que conduzam à construção de uma Europa de solidariedade, de cooperação e de paz.

Com a cassete que traduz a diferença entre um partido da classe operária e de todos os trabalhadores, de um partido patriótico que defende os interesses do povo e do País, de um partido coerente e com princípios, de um partido de esquerda como o é o PCP e a cassete monocórdica, que alguns escribas procuram fazer passar por disquete ou CD-ROM, dos partidos apologistas da política neoliberal, PS, PSD e PP, ao serviço dos grandes senhores do capital e dos poderosos de Portugal e da Europa.

# Um programa contra ghettos



■ João Amaral

**N**um artigo datado de 23 de Dezembro passado, e significativamente intitulado "Começar de novo", Fernando Rosas defende que, para a esquerda, é urgente "um recomeço à altura dos grandes desafios do mundo actual". Mais concretamente, Rosas propunha "um reencontro e uma redefinição da esquerda (...) reunida na sua diversidade para uma acção comum". Para que não subsistam dúvidas, termina apelando a um "gesto simultaneamente simples e complexo, mas decisivo: fazer das esquerdas uma esquerda e começar de novo".

mento do PCP à esquerda sob a suspeita de produzir a descaracterização do seu programa.

Respondendo a partir de um determinado ângulo a estas teses, pode ir buscar-se o que se passou no debate do Orçamento do Estado para 1999, como o fez Lino de Carvalho no artigo publicado no "Avante!" de 30 de Dezembro passado, intitulado "O Expresso e o PSD". Aí se louva a posição do PCP, de apresentar propostas "mesmo no quadro do sistema e das suas fronteiras", que acabaram por ser votadas pelo PS e figuram hoje no Orçamento de Estado, com o que "o PCP demonstrou de novo que é um partido de poder, de alternativa, indispensável a um Governo de esquerda".

O artigo referido analisa a linha de propaganda do PSD, de tentar arrumar o PCP na cola do PS, tudo traduzido na fórmula "PCP muleta do PS".

Com esta fórmula, o PSD quer levar o PCP para o isolamento, para uma espécie

Nas fórmulas do PSD que põem o PCP a reboque do PS está um processo de chantagem política, que estará certamente ausente do texto de Fernando Rosas. Mas, o PCP não pode guiar-se nem por chantagens nem por condicionamentos.

No contexto do ano que vivemos e dos desafios políticos que ele contém, o guião eficaz não está na discussão abstracta de uma política de alianças, mas na discussão dos conteúdos políticos concretos que darão substância à proposta de poder em que o PCP pode participar. Essa proposta, do lado do PCP, parte da sua posição própria, mas não pode nem deve ter estigmas quanto aos destinatários.

Pelo contrário, o que dará credibilidade e poderá tornar atractiva a posição do PCP é precisamente a confiança, que o PCP pode dar, de ser simultaneamente capaz de defender com eficácia superior uma proposta de poder, e ter ao mesmo tempo a abertura necessária para encarar sem bloqueio as soluções políticas que possam permitir melhores aproximações à concretização dessa proposta.

Para dar força a essa proposta de poder, é necessário que ela seja assumida por movimentos de opinião e de acção política e social. Para isso, essa proposta só ganhará em ter contornos bem definidos. Desde logo, ela deve ser e aparecer como uma proposta afirmativamente de esquerda.

Nessa proposta, há questões obrigatórias. Em primeiro lugar, a proposta deve reflectir sobre a matéria das garantias da democracia política, designadamente através da subordinação do poder económico ao poder político, com a travagem das privatizações e o combate firme à corrupção.

Segundo, a proposta deve privilegiar as políticas de desenvolvimento, bem-estar e emprego, num quadro que, sendo de estabilidade, não pode servir para anular progressos significativos nessas áreas.

Terceiro, deve reforçar a democracia social, com particular ênfase para a democracia dentro da empresa, não só com o abandono de propósitos legislativos que enfraquecem a posição contractual dos trabalhadores, como pela adopção de metas de progresso, como a redução do horário de trabalho.

Quarto, deve fazer do objectivo da universalidade das prestações sociais de qualidade um objectivo prioritário, dando ao Estado um papel determinante na concretização desse objectivo em áreas tão fundamentais como a segurança social, a saúde, a justiça, a educação e outros.



Quinto, deve assumir a construção europeia com a defesa activa de um novo rumo, para uma Europa social, solidária, aberta e com um papel relevante na defesa da paz e cooperação internacionais.

Sexto, deve assumir, no plano externo, a denúncia desta globalização e a defesa de um novo modelo das relações económicas internacionais, bem como o combate aos hegemonismos de natureza militar, política e económica.

Sétimo, deve assumir uma posição de intervenção activa nos novos problemas, com abertura às orientações progressistas em questões como o ambiente, sociedade da informação, droga, paridade, direito à diferença, avanços científicos e suas consequências sociais e enquadramento ético.

Questões como as contidas nestes sete pontos são afinal desafios às outras forças e personalidades de esquerda, ou que se reclamam de ser, esquerda. É sobre questões como estas que será possível construir um programa de poder.

O papel que Rosas reserva para o PCP neste processo fica claro num outro artigo, escrito em 15 de Abril passado e intitulado "Dois caminhos". Esses dois caminhos são os que na sua opinião se abrem ao PCP. Um, é o da "aproximação/dissolução no PS", caminho que qualifica como o da "tentação de chegar ao poder de Estado pela mão dos socialistas". O outro, é o de "participar na tarefa de redefinir e refundar, juntamente com outras forças, correntes de opinião e grupos de cidadãos, o campo da esquerda, à esquerda do PS, incluindo o da esquerda desta partido".

Segundo estas teses, o PCP estaria assim condenado à diluição, ou no PS ou na "esquerda". Na prática, para Rosas, estaria condenado à diluição na "esquerda", já que a diluição no PS significaria uma capitulação perante a "pastosidade central", imposta pelo PS e pelo PSD.

Estas teses conduzem a dois efeitos: por um lado, ao bloqueamento de qualquer relacionamento do PCP com o PS oficial; por outro lado, à colocação do relaciona-

de quarentena política, que o impedisse de apresentar soluções, que, pela sua justiça e apoio público, pudessem ser aprovadas pelo PS, como sucedeu no Orçamento.

Como se vê, de vários lados se procura empurrar o PCP para uma falsa situação dilemática, entre a diluição ou o *ghetto*. É assim quando se condiciona a possibilidade de entendimento à esquerda, à abdicação pelo PCP de pontos de vista próprios. É assim quando se nega ao PCP a legitimidade para um relacionamento autónomo com o PS e o Governo, designadamente com a formulação de propostas próprias que possam encontrar aí eco. É assim quando (numa postura que constitui o extremo oposto das anteriores, mas que está subjacente numa das citações acima feitas) se defende que, no quadro do exercício do poder político dentro do sistema, o PCP está condenado à defesa de posições próprias e à rejeição de tudo o que venha de fora. Não é só a política de prostíbulo que é doentia. Também o pode ser a política do "bacteriologicamente puro".

**Aleka Pappariga, do Partido Comunista da Grécia**

# Euro provocará agravamento da situação económica

Texto  
Isabel Araújo Branco  
Fotos  
Jorge Caria

**A**leka Pappariga, secretária-geral do Partido Comunista da Grécia, visitou Portugal na semana passada a convite do PCP. Em entrevista ao Avante!, falou do aumento da repressão sobre a luta dos trabalhadores, do crescimento do poder das multinacionais, dos perigos do euro e do movimento dos estudantes do Ensino Secundário que hoje marca a vida política grega. Às manifestações e ocupações de escolas pelos estudantes, exigindo a revogação da lei de acesso às universidades, juntam-se os protestos de todos os gregos. «É um movimento que parte da escola, mas outros sectores expressam a sua solidariedade», afirma Aleka Pappariga.

Avante! - Como caracteriza a situação interna na Grécia?

**Aleka Pappariga** - Nos últimos anos, nota-se uma queda acentuada dos rendimentos dos trabalhadores, no nosso país. Quer dizer que assistimos a um aumento do desemprego e a um processo de aceleração das privatizações. Claro que as consequências desta situação também são muito graves para os reformados.

Neste período, quase todas as empresas de importância estratégica foram vendidas ao capital estrangeiro e, ao mesmo tempo, os portos, as instalações marítimas, os aeroportos e os grandes terrenos também foram privatizados. Foram sobretudo áreas turísticas que foram vendidas ao grande capital estrangeiro.

Ao mesmo tempo devemos assinalar o aumento das medidas autoritárias e um reforço das forças policiais com a criação de novas unidades que tem por objectivo atemorizar as acções dos trabalhadores, jovens e reformados. Isto porque assistimos a uma onda de movimentos e de manifestações de resistência contra esta política.

A justiça também ela foi chamada a intervir nesta nova situação. Por exemplo, houve cerca de 10 000 camponeses que foram levados a tribunal porque tinham participado nas manifestações e na mobilização de agricultores um ou dois anos antes. Tais medidas acontecem em todas as áreas da vida. Todas as greves são decretadas ilegais pelos tribunais.

Este ano há um grande movimento dos alunos e professores nas escolas do país. Quase 2500 escolas estão fechadas há mês e meio, ocupadas pelos alunos e professores e soubemos ontem que os tribunais estão a tentar contrariar este movimento. O Governo tenta combater as acções de massa com medidas que considera justas.

- A minha segunda pergunta é exactamente sobre o movimento dos estudantes do Ensino Secundário. O que pretende, que adesão tem, que impacto está a ter na sociedade grega, o que representa politicamente?

- A reivindicação principal do movimento dos alunos, dos pais e dos professores é a revogação de uma lei relativa ao ensino público que foi votada no Verão passado. No fundamental, esta lei cria novos obstáculos intransponíveis para os filhos dos assalariados, das camadas mais pobres. Torna-se mais difícil, por um lado, acabar a escolaridade e, por outro lado, entrar na universidade.

Trata-se de uma lei antidemocrática que filtra com critérios de selecção de classe mais óbvios que anteriormente. Este problema já existia, mas agora é agravado. Face a isto, este movimento desenvolveu-se em todas as cidades do país assumindo diversas formas.

E é dirigido pelas associações de estudantes nas escolas. Houve encerramento de escolas, ocupações, manifestações nas grandes cidades e concentrações em ruas centrais. Outros sectores da população também fizeram greve. Por exemplo, nas zonas agrícolas, os agricultores solidarizam-se, noutras as pequenas e médias empresas fecham e ainda há algumas fábricas em greve.

“O movimento dos estudantes do secundário mostra que a juventude tem ideais pelos quais quer lutar. Há um processo de politização dos jovens, porque estão a enfrentar a política do Governo”



De qualquer forma, é um movimento que parte da escola mas há outros sectores que expressam a sua solidariedade.

Mais uma vez o Governo tentou difamar e bloquear o movimento, dizendo que não existem problemas e que tudo foi criado pelo Partido Comunista da Grécia que só quer fazer oposição ao Governo. Claro que agradecemos ao Governo a propaganda que ele nos faz sem que o tenhamos pedido, mas não é verdade. Este movimento resulta dos problemas que existem não só no ensino mas na sociedade grega em geral. É claro

que os comunistas e sobretudo a juventude comunista desempenham um papel muito activo para organizar, mobilizar e ajudar este movimento. Não o negamos, mas este caracteriza-se pela sua base social muito alargada.

Outro aspecto deste movimento é mostrar que a juventude tem ideais pelos quais quer lutar. Há um processo de politização dos jovens porque, mesmo que participem por razões diferentes, estão a enfrentar a política do Governo. Ajuda a politizar milhares de jovens.

Existem no entanto dificuldades porque, claro, o Governo tenta utilizar tudo para difamar e parar o movimento. Há perigos para o futuro das reivindicações e as coisas são muito complicadas.

- Quais são as principais posições do Partido Comunista da Grécia em relação à política interna grega?

- Caracterizamos a política do Governo como a pior que temos na Grécia desde a queda da ditadura, isto é, em 1974. Naturalmente esta política está intimamente ligada à reestruturação capitalista que acontece no mundo inteiro e também à política europeia que está totalmente enquadrada e é até a promotora desta reestruturação a favor do grande capital e contra os movimentos operários. Esta é a questão fundamental para nós na Grécia.

No que diz respeito ao desenvolvimento interno, penso que acontece algo de semelhante no nosso país e noutros países europeus. Mas, a esse desenvolvimento negativo devemos acrescentar uma deterioração da política externa. Isto é uma especificidade da Grécia. Neste momento, por um lado, as grandes potências imperialistas põem em causa as fronteiras do país, e, por outro, o Governo ajuda estas mesmas potências a pôr em



Aleka Pappariga, secretária-geral do Partido Comunista da Grécia, foi recebida na quinta-feira por uma delegação do PCP composta pelo secretário-geral Carlos Carvalhas, Agostinho Lopes, membro da Comissão Política, Albano Nunes, do Secretariado, e Manuela Bernardino, da Secção Internacional



## Relações de solidariedade e cooperação

Um dos momentos altos do programa cumprido por Aleka Papariga na sua estadia no nosso país a convite do PCP foi sem dúvida o encontro com militantes comunistas no concelho do Seixal. Perante uma plateia composta por mais de duas centenas de camaradas, que encheu o salão da Colectividade Timbre Seixalense, a dirigente comunista grega traçou um quadro geral da situação política, social e económica no seu país e respondeu às numerosas perguntas que lhe foram colocadas pelos presentes.

Para todos eles, foi seguramente uma noite diferente. Numa atmosfera de forte solidariedade, própria das estreitas relações de amizade e cooperação entre os dois partidos, ouviu-se de viva-voz Aleka Papariga falar das lutas populares e movimentos sociais em curso na Grécia, dos avanços eleitorais do PCG, do esforço para criar uma frente nacional de massas contra a influência das multinacionais, do posicionamento do PCG face à integração na União Europeia, da sua oposição à nova estratégia da NATO, das suas preocupações pelo recrudescimento do

conflito no Kosovo e pelos perigos de generalização da crise na região.

A delegação do PCG, da qual fazia igualmente parte o camarada Babis Angourakis, membro do Comité Central, teve conversações com uma delegação do PCP, dirigida por Carlos Carvalhas, Secretário-Geral, tendo ainda oportunidade de se deslocar ao concelho de Almada, acompanhada por Jorge Pires, da Comissão Política, onde visitou vários equipamentos culturais e desportivos municipais e onde foi recebida por Maria Emília Sousa, presidente da Câmara Municipal.

causa as fronteiras dos Balcãs. Isto provoca uma situação perigosa e explosiva na região.

### - Há uma unidade entre as forças de esquerda?

- No que diz respeito à coligação das forças de esquerda, esta ainda não existe. Não é possível construí-la ao nível político - ao nível social, o assunto é outro -, porque a grande maioria dos partidos do nosso país apoiam a estratégia de reestruturação capitalista e sobretudo a política da União Europeia, com o argumento de que a Grécia deve ser aceite pela UE.

Existe apenas uma excepção, um pequeno partido que se separou do Partido Socialista e que se chama Diki. Sem pôr em causa a estratégia da UE, tenta agir e fazer face aos grandes problemas que a Grécia enfrenta, tendo em conta o facto de que, pela primeira vez, a maioria dos gregos se expressa contra a UE.

Ao nível social é totalmente diferente, porque onde existem lutas criam-se condições para coligações sociais alargadas. Há muitas pessoas que pertencem a outros partidos e que participam nas reivindicações. Isto ajuda a mudar a correlação de forças.

Uma expressão do facto de que as coisas podem mudar na Grécia são os resultados das eleições locais. Embora não sejam eleições políticas, foi a primeira vez que conseguimos fazer listas alargadas em volta do partido com pessoas de boa vontade, apesar de pertencerem a outros partidos.

### - Com a introdução do euro, o que vai mudar ou o que não vai mudar na Grécia?

- Em primeiro lugar, pensamos que a introdução do euro provocará um agravamento dos problemas que acabo de descrever. É por isso que estivemos e continuamos a estar contra a política da UE e da União Económica e Monetária, porque a sua razão de ser - é muito claro no Tratado de Maastricht - é modificar a situação prejudicando os trabalhadores.

Estamos à espera de um agravamento dos problemas sociais na Grécia. Parece-me que esta crise será ainda mais grave no quadro dos países do euro e que os problemas serão ainda maiores para países como a Grécia, que vão sofrer as consequências da crise previsível dos países desenvolvidos e na zona do euro.

- Como é que decorre o trabalho no Parlamento Europeu entre os partidos que compõem o Grupo Esquerda Unitária / Esquerda Europeia / Esquerda Verde Nórdica?

- É um grupo onde cooperam partidos diferentes, sobretudo

depois do seu alargamento. Mas há sem dúvida aspectos positivos no trabalho do grupo, como é evidente. Quanto a nós, desenvolvemos o nosso trabalho em prol da existência e do desenvolvimento do grupo e continuaremos depois das eleições europeias de Junho próximo.

### - Na próxima semana terá lugar um encontro em Paris entre os vários partidos do grupo. O que se pretende com esta iniciativa?

- Uma delegação do nosso partido vai participar no encontro de Paris. Será certamente uma boa ocasião para cada país expressar a sua opinião sobre vários temas, nomeadamente o desemprego e o trabalho. Claro que não posso prever quais serão os resultados do encontro.

Como sabe, já houve vários encontros deste género e participamos sempre nestas iniciativas tentando contribuir para o seu sucesso, expondo a experiência que temos no nosso país. Penso que a mensagem que deve sair deste tipo de encontro deve ser dirigida aos movimentos, aos povos e àqueles que lutam para os encorajar na sua resistência e na sua batalha ao nível social. Devemos contribuir para o desenvolvimento, a coordenação e a amplifica-

**“A crise será ainda mais grave no quadro dos países do euro e os problemas serão ainda maiores para países como a Grécia, que vão sofrer as consequências da crise previsível dos países desenvolvidos”**

ção das reivindicações. É por isso que os nossos partidos se reúnem de vez em quando nestes encontros.



**“No nosso partido houve uma quota da participação das mulheres, mas as próprias camaradas acharam que se tratava de uma discriminação e exigiram medidas mais vastas que pudessem permitir-lhes participar nas obrigações das organizações do partido”**

- Não é comum um partido ser liderado por uma mulher. Isso acontece no PCG. Qual é a sua opinião sobre as quotas de participação das mulheres nas eleições, nomeadamente nas próximas eleições para o Parlamento Europeu?

- Em geral, podemos dizer que ultimamente há um certo aumento da participação das mulheres na vida política no nosso país. Mas isto não demonstra a real situação da mulher na Grécia. Podemos ironizar, porque está na moda dizer «votem nas mulheres». Nas últimas eleições, os partidos burgueses tinham este *slogan* pré-eleitoral. Era um dos *slogans* mais importantes.

Por outro lado, também notamos uma certa actividade das mulheres que tentam envolver-se em diferentes acções sociais, mas, por acaso, são sempre mulheres ricas. Porque é obvio que para uma grande maioria de mulheres com grandes dificuldades económicas e sociais - com a família e a educação a seu cargo - não há tempo para essas coisas.

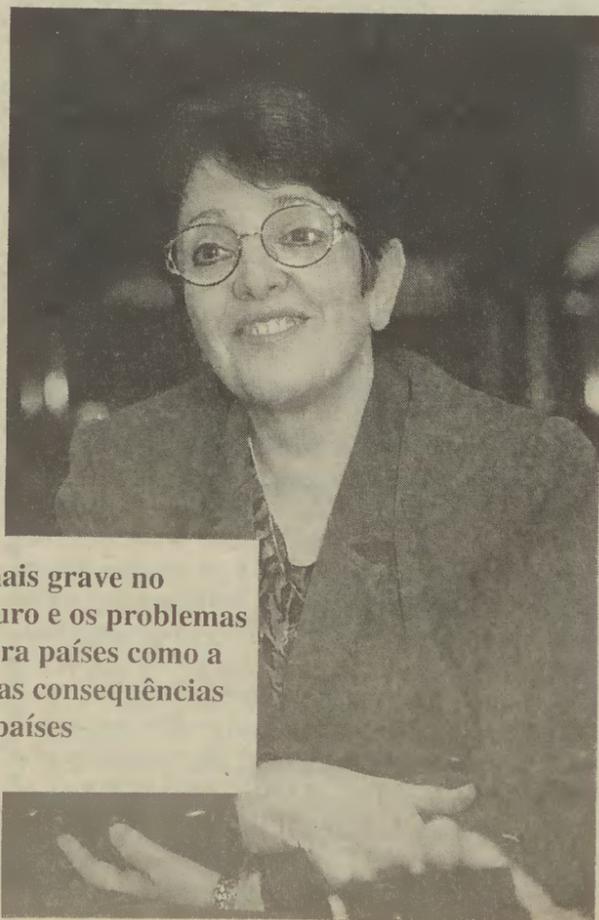
No que diz respeito às quotas, até no nosso partido houve em tempos uma quota da participação das mulheres, mas reparámos numa coisa simples: se não há um trabalho contínuo para ajudar as camaradas na sua actividade para dar conta das responsabilidades, podemos determinar todas as quotas que quisermos que o problema não será resolvido.

E não é só isso, as próprias camaradas acharam que se tratava de uma discriminação e exigiram medidas mais vastas que pudessem permitir-lhes participar nas obrigações das organizações do partido.

### - Pode caracterizar as relações do PCG com o PCP?

- Devo dizer que contamos com o desenvolvimento das muito boas relações que existem entre os nossos dois partidos. Existe uma simpatia com raízes históricas entre o PCG e o PCP. Claro que esta tradição continua e desenvolve-se ainda hoje.

Talvez uma explicação tenha a ver com o facto de os nossos partidos terem uma história paralela. Há experiências comuns no caminho histórico dos dois partidos como a ditadura e a clandestinidade. Ao mesmo tempo existem novos problemas que nos aproximam ainda mais devido à participação de Portugal e da Grécia na UE. Desta forma, temos muita coisa em comum.



# A grande aventura do EURO



**A** festa do Euro foi, possivelmente, a derradeira grande festa do século.

Foi aquela onde mergulhou todo o Portugal que não ama o país onde nasceu, todo o Portugal que vive na condição de vassalo das ideias, das práticas, das falas estrangeiras, o Portugal da "troupe" da Siquinha, onde odeia Saramago e chora, em segredo, por ter a infelicidade de ser português.

O que é o Euro, afinal? No tumulto e na miragem da nova situação, é preciso explicar, porque "eles" o não fizeram, que o Euro, além de construir uma abertura larga e franca para mais desemprego, pobreza, exclusão e aumentos generalizados de preços em todos os países aderentes, é algo mais — algo que os arautos da RTP e da Siquinha, como os ministros das Finanças e da Economia e o governador do Banco de Portugal, preferiram ignorar. Assim...

1. O Euro vai constituir uma terrível ameaça económico-financeira para a actual posição dos Estados Unidos no mundo;

2. Pela primeira vez na história dos últimos 50 anos, a Europa e os Estados Unidos encontrar-se-ão numa arena de confronto onde não será possível encontrar dois vencedores;

3. O destino da economia mundial deixará de ser comandado, automaticamente, pelo Federal Reserve Board através da mera utilização dos seus poderes para estabelecer taxas de juros com aplicação e validade a nível global;

4. O Banco Central Europeu decidirá a sua própria política neste campo e orientará para fora da órbita do FED uma economia quase tão vasta e importante como a dos próprios Estados Unidos;

5. O Euro tornar-se-á concorrente do dólar, como moeda de reserva internacional e como base para muito do comércio global futuro;

6. As economias dos Estados europeus, vivem de razoável saúde enquanto os Estados Unidos perdem 200.000 milhões de dólares, anualmente, nas suas transacções comerciais com o resto do mundo; os Estados Unidos são a nação mais endividada;

7. Todas as indústrias americanas voltadas para o mercado internacional, incluindo as da aviação comercial, do petróleo, etc., perderão a situação dominante de que têm tirado amplo partido nos últimos 50 anos. Os pro-

dutores de todas essas indústrias deixarão de ser facturados em dólares;

8. Os americanos, fiéis aos princípios ortodoxos do neoliberalismo que anda a governar o mundo desde há 20 anos, continuam agarrados, desesperadamente, à ideia de que só os mercados acabarão por decidir do valor das três principais moedas internacionais: euro, dólar, "yen". Têm conhecido um longo período de estabilidade monetária. Mas as três zonas referidas entrarão em competição entre si e, igualmente, contra as moedas dos países que, por enquanto, se encontram fora de qualquer delas — o dólar canadiano, a libra esterlina, o franco suíço, etc. Será a guerra?;

9. Quando três sistemas monetários procuram co-existir entre si, o resultado só pode ser um — o caos;

10. A situação de domínio internacional de que os Estados Unidos gozam, actualmente, aça-se ligada, integralmente, à posição do dólar no mundo. O Euro representa uma terrível ameaça a essa situação;

11. Para os vassallos do capitalismo que pontificam nas televisões em Portugal, o Euro resume-se a isto: livros de cheques, cartões de crédito, notas e moedas iguazinhas às dos restantes países europeus. Mas quando a nova moeda entrar em circulação, o povo português sentirá, só ele, uma terrível diferença — a que virá a reflectir-se nos preços e dos serviços essenciais. Entretanto, já será tarde...

## Principais companhias europeias cujo valor de mercado em euros começou a subir

Nome	Sector	Market Cap (€ m)
Royal Dutch	Petróleo	90,980
DaimlerChrysler	Autos	83,265
Allianz	Seguros	77,733
Aegon	Seguros de vida	61,657
ING	Seguros	49,991
Unilever	Alimentação	46,455
ENI	Petróleo	44,978
Axa	Seguros de vida	41,495
L'oréal	Saúde	40,693
Mannesmann	Construção	38,608
Telecom Italia	Telecoms	38,556
Generali	Seguros	36,393

## Cotação em Euros das 11 primeiras moedas aderentes

1.95583	Marcos
6.55957	Franco franceses
1936.27	Liras
166.386	Pesetas
2.20371	Florins
40.3399	Franco belgas
13.7603	Xelins austríacos
200.482	Escudos
5.94573	Marcos finlandeses
0.787564	Libras irlandesas
40.3399	Franco luxemburgueses

# "O risco de poderia ter sido

**A** «fé» dos meios bolsistas de Lisboa (a Bolsa de Lisboa é das mais insignificantes do mundo) não deixou de chamar a atenção de muitos comentadores internacionais, incluindo o sempre prestável Peter Wise, do Financial Times. Teria a crise financeira global sido, finalmente, vencida? Teria o mundo entrado as portas douradas da prosperidade geral? É o próprio grande jornal dos meios de negócios britânicos, no seu número de 8 de Janeiro, quem nos chama à realidade. Assim, «O dilema da Europa» e a continuação da crise brasileira, apesar das promessas de entradas de dinheiro que, pelos vistos, não se confirmam, põem um clima sombrio e céptico na análise do mundo que o grande jornal faz. E reteve o nosso interesse uma afirmação do presidente da República Argentina, Carlos Menem, jurando que jamais o seu país desvalorizaria a moeda nacional. Onde foi que ouvimos isto, anteriormente?

Na confusão gerada por contraditórias sugestões oriundas dos mais diversos sectores, o silêncio tradicional da Banca portuguesa inspirou-nos. Decidimos, por isso, numa entrevista exclusiva para o «Avante!» ouvir as opiniões de uma das mais determinantes figuras do sistema bancário português, o Eng. Jardim Gonçalves, presidente do Conselho de Administração do Banco Comercial Português.

Como esperávamos, o Eng. Jardim Gonçalves defendeu, disciplinadamente e sem a mínima hesitação aqueles que são os pilares do capitalismo da nossa época, o Fundo Monetário Internacional e o Federal Reserve Board. E reconhece, tal como nós próprios o havíamos feito, o papel do presidente do FED, Alan Greenspan, na defesa das fortalezas do capitalismo onde ela teve de ser feita em fatais momentos dos passados meses de Setembro e Outubro, quando tudo parecia prestes a mergulhar no abismo. Algumas das afirmações do conhecido e sempre activo e atento banqueiro português, merecem, de facto, ficar retidas. Elas exprimem a realidade do pensamento económico-financeiro prevalecente no mundo português em que vivemos, tão pequeno mas tão importante para todos nós.

**A nossa primeira pergunta focou (não podia deixar de focar) a célebre questão da crise japonesa no centro da crise mundial. Eis a estudada e sempre técnica resposta do Eng. Jardim Gonçalves:**

Embora se possam apontar géneses às duas crises — à dos «Tigres Asiáticos», por um lado, e por outro, à do Japão —, os desenvolvimentos recentes, incluindo o aprofundamento dos seus problemas, resultaram em muito das ligações comerciais e financeiras que obviamente se foram construindo entre estes países. O despoletar da crise económica no Japão é muito anterior aos eventos que se sucederam a partir do Verão de 1997 e que resultaram na desvalorização expressiva das moedas dos mercados emergentes asiáticos. A crise nipónica desencadeou-se a partir do colapso dos mercados de activos no início dos anos 90, inevitável após o crescimento frenético dos preços nos mer-

cados imobiliário e accionista e dada a ausência de um sistema de supervisão bancária que travasse o financiamento de operações de natureza especulativa nestes mercados.

Enquanto que num primeiro momento os efeitos negativos da redução do preço dos activos foram contrariados pela implementação de medidas expansionistas, com o aparecimento dos primeiros sinais de recuperação económica em 1995, as autoridades impuseram um rígido programa de contracção orçamental na tentativa de equilibrar as contas públicas. Dada a implementação destas medidas restriti-

vas numa altura em que a retoma ainda era muito incipiente, a procura interna retrocedeu, sendo a recessão acentuada pelo enfraquecimento gradual da procura externa com origem nos mercados asiáticos e pela dificuldade de penetração em mercados terceiros em virtude da apreciação do iene. Paralelamente, os problemas de saneamento do sistema financeiro no Japão foram agravados pelos níveis de incumprimento das carteiras de crédito. Todos estes factores contribuíram para a deterioração dos problemas internos do Japão, incapacitando-o de assumir o seu papel convencional de motor económico da região.

**Depois, respeitando uma linha de pensamento consequente e lógica, o presidente do Conselho de Administração do BCP delineou as principais linhas de defesa do Federal Reserve Board e do seu presidente, Alan Greenspan, o homem a quem o capitalismo tanto deve... aquele que está de posse de todos os segredos...**

O Federal Reserve Board tem como obrigações estatutárias quer a manutenção da estabilidade dos preços quer a promoção de condições propícias ao crescimento da actividade e à criação de emprego. O período de crescimento sustentado que tem caracterizado a economia norte-americana nos últimos anos, e que se tem consubstanciado pela manutenção da taxa de inflação em valores mínimos, pela redução da taxa de desemprego para níveis historicamente reduzidos e por ganhos sucessivos do rendimento dos particulares, tem sido estimulado pela prossecução de uma política monetária cautelosa e preventiva.

O presidente do Federal Reserve Board tem sido frequentemente apontado como principal responsável pela manutenção dessa política e pelos notáveis resultados obtidos, apesar de em certas ocasiões as suas decisões não serem compreendidas por alguns analistas. Alan Greenspan conseguiu criar um consenso generalizado em redor das suas decisões, cujo sentido de oportunidade se tem revelado crucial para refrear os ânimos e alertar para situações bem reais e que fugiam à análise de muitos observadores. Essa capacidade de condu-

# falência do LTCM\* evitado”

■ Manoel de Lencastre

Uma entrevista exclusiva  
com o presidente do  
Conselho de Administração  
do Banco Comercial  
Português,  
Eng. Jardim Gonçalves,  
sobre alguns aspectos  
da crise financeira internacional



ção da política monetária, reconhecida pela comunidade financeira internacional foi sendo adquirida ao longo dos anos em que presidiu ao FED – desde 1987, um mês antes de rebentar a crise bolsista desse mesmo ano –, que lhe tem permitido acumular experiências diversas, que contam desde períodos de conturbações económicas a épocas de maior estabilidade.

A atenção com que as suas palavras são sempre acompanhadas pelos mercados financeiros e pelos agentes económicos em todo o mundo contribui para reforçar a sua credibilidade e capacidade de influência, exemplificando notavelmente a importância da «persuasão» das expectativas como instrumento da política monetária. Sendo difícil balancear o carácter incisivo com que, necessariamente, se revestem as declarações de um responsável pela política monetária de um país com o peso e importância dos Estados Unidos e a sua atitude ponderada e respeitável, dada a influência que exerce nos mercados financeiros internacionais, creio que o «mistério» de Greenspan não é mais do que a tentativa de levar a bom porto a economia do seu país.

Evidentemente, o empréstimo ao Brasil cujos valores parecem não ter ainda entrado na Tesouraria do governo daquele país, não podia deixar de ser referido. Antes dele, já o Fundo Monetário Internacional havia perdido 102 mil milhões de dólares na «salvação» da Indonésia, da Tailândia, da Coreia do Sul, da Rússia. A pretendida «salvação» do Brasil parece-nos impossível nas condições económico-financeiras e políticas do momento. A situação está a agravar-se e, segundo notícias recentes, certos Estados brasileiros suspenderam pagamentos para com o Governo federal. Mesmo assim, no seu estilo irrepreensível, o Eng. Jardim Gonçalves não vacilou:

A evolução dos mercados e a crescente liberalização e globalização das economias ampliou significativamente as probabilidades e as repercussões do contágio de crises financeiras, como recentemente se pode observar. É natural que se oiçam críticas ao financiamento do FMI e dos programas por si preconizados; esta contestação não significa o fim anunciado desta organização internacional, mas pelo contrário apela a uma reforma que, é bom lembrar, é suportada amplamente pelos seus mais altos representantes e já entrou em discussão pública.

Subscrovo a opinião de Michel Camdessus, que subsistem perigos e focos de instabilidade para o sistema monetário internacional que requerem a existência de organismos supranacionais com capacidade de

supervisão e intervenção. Entre estes perigos é frequente referir a extrema sensibilidade dos países emergentes a movimentos de capitais de curto prazo, ampliada pela liberalização e globalização dos mercados financeiros num contexto marcado por sistemas bancários nacionais pouco transparentes e com uma supervisão deficiente e inadequada ao desenvolvimento dos mercados. O apoio quer do G-7, grupo dos países mais industrializados, e quer do G-22, grupo de países industriais e emergentes cujo objectivo principal consiste na formulação de propostas para a reforma monetária internacional, é determinante para acreditar que essas reformas irão ser implementadas, implicando não só uma reformulação do papel e da política do FMI como também de todas as organizações internacionais com responsabilidades supranacionais tais como o Banco Mundial, o BIS, a OCDE e bancos regionais.

Quanto ao pacote de medidas preconizadas pelo FMI para ser implementado nos países do Sudeste Asiático, é minha opinião que o Fundo agiu correctamente no que diz respeito a correcção dos desequilíbrios externos desses países. A imposição de taxas de juro elevadas para estabilizar a moeda e sustentar a saída de capital conseguiu restabelecer a estabilidade cambial nos países sob ataques especulativos. A relutância na aplicação dessas medidas e os entraves políticos movidos pelos Governos desses países poderão ter posto em causa a eficácia dos programas do FMI e a adequação do seu *timing*. A responsabilidade quer pelo atraso e implementação hesitante das medidas, quer pelos efeitos sobre o agravamento da crise da situação nos países vizinhos, nomeadamente no Japão, não pode ser imputada ao FMI, apesar deste poder ter desempenhado um papel mais activo na correcta avaliação e previsão dos efeitos da recessão da crise nipónica na recuperação dos mercados emergentes asiáticos e na rapidez na propagação da crise à Rússia e à América Latina.

E prosseguiu:

Seria injusto não referir, em primeiro lugar, que os esforços empreendidos pelo Brasil nos últimos anos para reestruturar e fortalecer a sua economia têm tido resultados notáveis. A implementação bem sucedida do Plano Real, desde 1994, resultou na redução da taxa de inflação e na promoção efectiva do crescimento do produto, suportada pelo empenho das autoridades na prossecução de um programa de privatizações, liberalização e modernização do sector financeiro. No entanto, a introdução destas medidas teve alguns efeitos negativos, nomeadamente nas contas públicas e no saldo das relações financeiras com o exte-

A crise que atravessa o mundo é política e social e é também económica e financeira, como se vem tornando óbvio, até para o capital e para os homens do capital. Seria, sem dúvida, interessante conhecer-lhes as opiniões. Para isso, o «Avante!», através do nosso colaborador Manoel de Lencastre, envidou diligências para saber, junto de financeiros e banqueiros portugueses, que pensam eles sobre o que vai pelo mundo. Até hoje, só Jardim Gonçalves se arriscou a falar para o nosso jornal...

rior. O agravamento da crise na Rússia alertou o mercado para os desequilíbrios internos e colocou o Brasil numa situação delicada, apenas contrariada pela rápida e eficaz intervenção do Governo consubstanciada no aumento das taxas de juro, na protecção do real e na concepção e execução de um programa de correcção dos desequilíbrios estruturais.

Não podemos ignorar que a implementação de medidas drásticas de contracção da despesa pública poderá induzir efeitos sociais graves, sobretudo tendo em consideração a importância do Brasil no conjunto da América Latina. A estabilização económica e financeira do Brasil será necessária para conter a propagação da crise financeira asiática a esta região do globo, justificando-se a intervenção do Fundo Monetário Internacional e o apoio da comunidade internacional. Os esforços efectuados até hoje pelo Brasil e o apoio da comunidade financeira internacional permitem acreditar no sucesso das reformas e na restauração da confiança no país, essencial para a recuperação do crescimento sustentado da economia após o ano 2000.

Mas, no que diz respeito à escandalosa falência do LTCM (Long Term Capital Management), que ia deitando tudo, mas tudo, a perder, aquele que é um dos mais imaginativos, inovadores e modernizados membros da «família» dos banqueiros portugueses reconheceu a natureza especulativa, inaceitável, das actividades de grande número dos Fundos de Investimentos, apesar da sua discordância entre essa natureza e as causas das falências verificadas nos últimos tempos.

A nossa pergunta foi directa:

O desastre dos Fundos de investimento especulativos é um facto. E a falência anunciada do LTCM (Long Term Capital Management) ia arrastando consigo quase toda a Banca Internacional. Parece-lhe que a banca portuguesa esteja envol-

vida nas perdas desse Fundo, pelo menos de maneira indirecta?

Mas a resposta, apesar de architectada com dificuldades, também o foi:

Permitam-me discordar desta observação sobre os fundos de investimento especulativos. Apesar da crise que abalou o sistema financeiro no último ano e meio ter tido efeitos muito negativos ao nível da *performance* dos fundos de investimento especulativos, as causas que originaram a falência desses fundos não estão directamente relacionadas com a sua existência, mas sim com problemas relacionados com a falta de supervisão adequada à crescente globalização dos mercados.

Nos últimos anos, tem-se assistido ao desenvolvimento de novos e sofisticados instrumentos financeiros e à especialização de instituições financeiras; é neste contexto que deve ser interpretado o aparecimento de fundos de investimento especulativos. A procura por investimentos com elevadas taxas de retorno, acoplada à liberalização de países em desenvolvimento, induziu o rápido crescimento dos fluxos de capital de curto prazo para os mercados emergentes. A deficiente percepção do risco envolvido determinou a exigência de prémios inferiores aos níveis correctos. Consequentemente, não foi possível sustentar a posição assumida pelo Long Term Capital Management quando a situação nos mercados financeiros se deteriorou. Caso tivesse havido uma maior cautela por parte dos credores e dos gestores destes fundos, ou caso houvesse um organismo de supervisão capaz de identificar e alertar para os perigos da exposição tomada pelos fundos, o risco de falência poderia ter sido evitado. Quanto ao envolvimento da banca portuguesa, penso que foi devidamente anunciado na imprensa que nenhum grupo financeiro português investiu directamente em qualquer desses fundos especulativos.

(\*) Long Term Capital Management

# Mão dura em Cuba contra a delinquência e a marginalidade

**D**ois acontecimentos, ambos no mesmo dia, 5 de Janeiro, marcaram a vida cubana. O primeiro foi o discurso em que Fidel Castro tornou pública uma autêntica declaração de guerra à delinquência e a todas as formas de marginalidade social. O segundo foram as medidas anunciadas em Washington pela Casa Branca que, simulando atenuar os rigores do bloqueio, vieram reforçar a política de agressão norte-americana contra a Ilha. Ambos, embora produzindo reacções antagónicas tiveram enorme impacte. O primeiro foi festejado; o segundo provocou sentimentos de indignação.

Fidel aproveitou o 40.º aniversário da criação da Polícia Nacional Revolucionária para se dirigir no Teatro Karl Marx a milhares de membros daquela organização. O tema central foi uma resposta abrangente ao aumento da delinquência sob múltiplas formas. Por se tratar de um problema que nos últimos anos tem constituído uma das preocupações fundamentais da população, marcando a vida das famílias cubanas, a intervenção de Fidel, pelo tom e pelo conteúdo, sensibilizou profundamente o país.

O discurso – retransmitido pela TV integralmente dias depois – durou cinco horas, mas teve uma das maiores audiências dos últimos tempos.

Fidel ocupou-se praticamente de todas as modalidades de delito.

Principiou pela droga. Através de informações divulgadas pelas agências noticiosas e pelas autoridades colombianas, soube-se em Cuba, no início de Janeiro, que o território nacional estava a ser utilizado como ponto de escala de apreciáveis quantidades de cocaína destinada à Europa. Uma firma de plásticos, dirigida por dois empresários espanhóis (actualmente foragidos), utilizava contentores com fundos falsos para introduzir a droga em trânsito.

Simultaneamente, quantidades crescentes de cocaína e marijuana têm entrado no país trazidas por turistas. Pela primeira vez em muitos anos, a droga fez o seu aparecimento em discotecas, centros de juventude e lugares de diversão, em Havana Velha e no Malecón, a grande avenida marginal. Em comparação com a Europa, o fenómeno apresenta proporções insignificantes. Mas em Cuba dói muito.

## Turismo, prostituição e violência

As causas são conhecidas. O turismo e a tolerância da Revolução permitiram nos últimos anos um recrudescimento perigoso das actividades delitivas. Os proxenetas, por exemplo, deram um novo rosto à prostituição. Em muitos bairros de Havana vinham actuando de maneira ostensiva, controlando o negócio. Quase impunemente, facilitavam também ao turista o aluguer de quartos para encontros com as *gineteras*. Quando presos em flagrante, saíam quase logo da cadeia.

Obviamente a prostituição em Cuba não é comparável às sociedades de consumo. Fidel, para explicar ao povo o que se passa nas grandes metrópoles capitalistas, aludiu aos anúncios hoje rotineiros no Ocidente em que as prostitutas fazem a apologia das suas especialidades e aos requintes publicitários em que algumas mulheres se apresentam como viúvas ou grávidas para estimular os apreciadores de fantasias eróticas. Em Cuba essas coisas parecem de outro mundo.

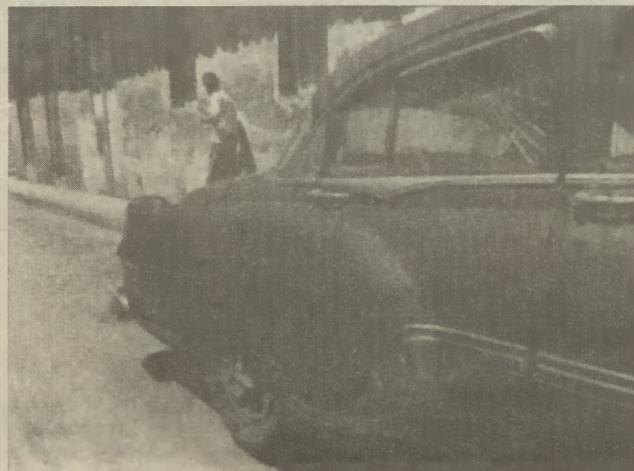
Aqui não há *sex shops* e falta à prostituição o exibicionismo comercial que a caracteriza na Europa e nos EUA. O seu reaparecimento em força depois de quase ter desaparecido é, entretanto, uma chaga aberta na consciência ética de uma sociedade socialista. Daí a campanha ora desencadeada para a combater sem contemplações assim como a todas as formas de violência e de corrupção.

A Ilha orgulha-se de ser o país com menor incidência de Sida no mundo. Fidel informou que o total de seropositivos não deve exceder 1200 casos. Mas a vaga turística constitui uma fonte de contaminação praticamente incontrolável; a Sida tende também a aumentar.

O tema do aluguer ilícito de casas foi largamente tratado, assim como o da violência, nomeadamente os roubos, desde os pequenos delitos – o esticão nas ruas – ao assédio aos turistas no aeroporto, ao furto de carros, ao assalto a residências familiares.

Havana continua a ser – como o Washington Post reconheceu numa reportagem recente – a capital com mais baixo índice de violência da América. Mas a insegurança cresce. «O delito – como sublinhou o jornal Juventud Rebelde em artigo elogiado por Fidel – é a melhor quinta coluna para aqueles que apostam no fracasso dos modelos político e económico de Cuba.»

Daí a necessidade urgente de o combater eficazmente em todas as frentes. Por um lado, impõe-se uma revisão do Código Penal, marcado por um paternalismo ingénio. Por outro lado, a Polícia tem de recorrer a novos métodos na luta contra a criminalidade. Os cubanos estão mal preparados para conviver com o delito e combatê-lo.



## Rever o Código Penal

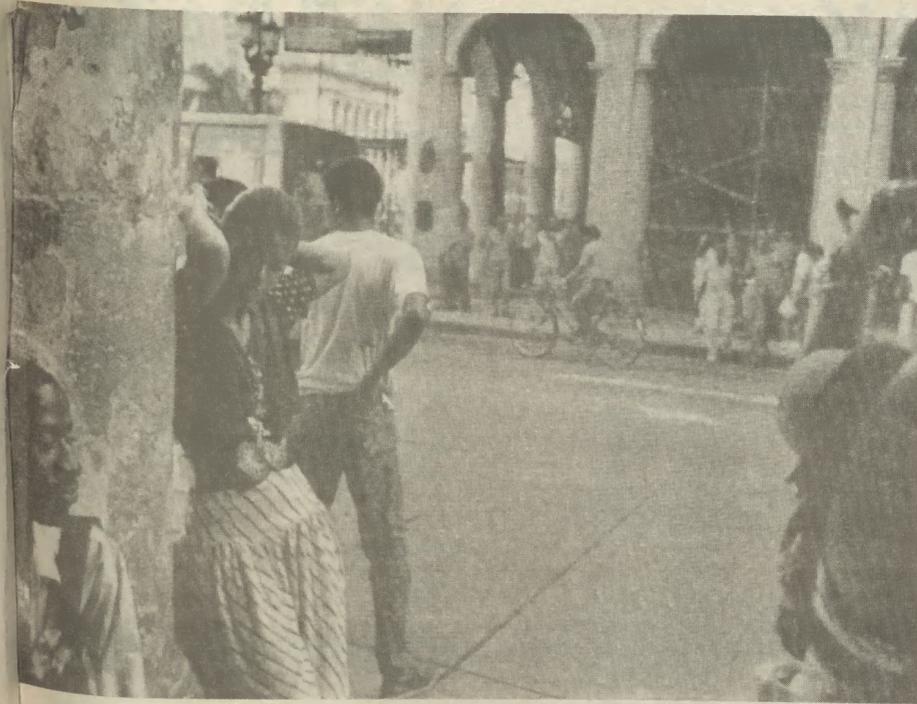
«A Revolução não tem de renunciar ao seu carácter humanitário para ser firme e rigorosa», afirmou Fidel. Com esse objectivo o governo vai propor ao Conselho de Estado e à Assembleia Nacional do Poder Popular um agravamento das penas, até agora suavíssimas, que atingiam o submundo da delinquência.

Fidel sugeriu aos legisladores não pesada contra os criminosos internacionais que utilizam o território cubano para o tráfico de droga (30 anos ou prisão perpétua e em certos casos a pena capital). Na sua opinião, os assaltantes de casas habitadas que praticam ali actos de violência merecem sentenças não inferiores a 20 anos. Uma pena idêntica poderá atingir os proxenetas.

A prostituição não é considerada crime pelas leis cubanas. Não se prevê alteração. Fidel acredita que a recuperação das *gineteras* não é tarefa impossível desde que se modifique o quadro actual, com a eliminação da rede de proxenetas. A última parte do discurso foi dedicada à reforma da instituição policial, de modo a que ela possa cumprir a sua função social de maneira adequada.

Noutro país um encontro como este entre o Presidente da República e a Polícia seria inimaginável. Em Cuba não foi apenas natural. O povo cubano não somente o aprovou como aderiu ao projecto esboçado por Fidel. O que pode ser comum, rotineiro, em grandes cidades do mundo capitalista é considerado inadmissível em Havana, coração e símbolo de uma Revolução Socialista que faz do respeito pela ética um valor supremo.

Uma Brigada Especial para o combate ao crime já foi criada; centenas de carros novos, com moderno equipamento electrónico, apareceram nas ruas. O balanço inicial é positivo. Desde que a Brigada começou a operar na Havana Velha – o principal foco de marginalidade da cidade – os delitos diminuíram ali 75%. Fidel Castro



O turismo levou a droga a Cuba, facilitou a difusão da Sida, promoveu a desigualdade social, estimulou o reaparecimento da prostituição, criou condições para o alastramento da marginalidade, da violência, de múltiplas formas de delinquência. Mas sem o Turismo a Revolução não teria podido sobreviver, cercada, após o afundamento do socialismo na Europa



■ Miguel Urbano Rodrigues

tes – seria uma porta escancarada para a introdução de muitos dos males do capitalismo. Isso aconteceu. O turismo trouxe a droga, facilitou a difusão da Sida, promoveu a desigualdade social, estimulou o reaparecimento da prostituição, criou condições para o alastramento da marginalidade, da violência, de múltiplas formas de delinquência. Mas sem o Turismo a Revolução não teria podido sobreviver, cercada, após o afundamento do socialismo na Europa.

Como lembrou Fidel, não serão necessários nem cavalos, nem carros blindados, nem mangueiras de água para combater a violência. Ela não vem do povo, que é a sua primeira vítima. A Revolução não teria resistido durante 40 anos à guerra que lhe move o imperialismo norte-americano sem o apoio da imensa maioria do povo.

«A Revolução não se manteve pela força das armas; manteve-se e mantém-se pela força das ideias, pela justiça da sua causa.»

E foi, mais uma vez, para a defender que Fidel dirigiu à Polícia e ao país este discurso corajoso, de tons quase dramáticos – um discurso que o povo cubano esperava e desejava ouvir.

## As novas medidas de Clinton

O ano que findou será recordado no Continente Americano como um tempo de grandes êxitos para a diplomacia cubana. Principiou com a visita do Papa e a condenação em Havana por João Paulo II do bloqueio e do neoliberalismo.

Ao longo dos meses sucederam-se as visitas oficiais à capital cubana de altas personalidades internacionais, desde o primeiro-ministro do Canadá a governantes da Europa, da África e da Ásia.

Cuba foi admitida como membro de importantes organizações internacionais. Mantém hoje relações diplomáticas a nível de embaixada com a quase totalidade dos países da América Latina e do Caribe, rompendo a excomunhão de Washington. Havana passou a ser uma das capitais do Terceiro Mundo onde se realizam mais congressos e reuniões internacionais.

Os EUA sofreram quase simultaneamente em 98 duas derrotas humilhantes: a condenação do bloqueio (apenas Israel acompanhou Washington) pela Assembleia Geral das Nações Unidas e a rejeição pela Comissão dos Direitos Humanos, em Genebra, do texto norte-americano que visava colocar Cuba no banco dos réus.

Fidel Castro obteve um inegável êxito pessoal na Cimeira do Porto e, em Outubro próximo, Havana será a sede da reunião ibero-latino-americana de chefes de Estado e de Governo.

Perante a falência transparente da agressiva estratégia anticubana da Administração e do Congresso, multiplicam-se nos EUA os apelos no sentido de uma revisão dessa política. Entre aqueles que se somaram ao pedido de formação de uma comissão bipartidária que estude os resultados da política do bloqueio e proponha a sua revisão incluem-se quatro ex-secretários de Estado (entre os quais o próprio Kissinger) e

mais de duas dezenas de senadores, a maioria republicanos.

O Presidente dos EUA não podia permanecer mudo e quieto sobretudo num momento em que a sua imagem é ensombrecida pelos escândalos da sua vida privada. Era preciso fazer alguma coisa. E Clinton fez. No dia 5 de Janeiro p.p. a Casa Branca tornou público, com grande estardalhaço noticioso, um conjunto de medidas que, segundo as cadeias de televisão e os grandes jornais, apontariam no sentido de uma suavização do bloqueio.

Os factos desmentem, porém, essa conclusão. Na realidade, as novas medidas que regulamentam, alteram ou repetem as de Março do ano passado não somente não atenuaram a política do cerco a Cuba como em alguns casos agravam os seus aspectos mais negativos.

Ricardo Alarcón, o presidente da Assembleia Nacional do Poder Popular, ao comparecer na TV Cubana pôs os pontos nos ii. Deixou em primeiro lugar bem claro que a mais recente iniciativa de Clinton está orientada para um endurecimento da política até agora seguida, nomeadamente no que diz respeito ao incentivo a actividades contra-revolucionárias no interior de Cuba.

Alarcón esclareceu que os compromissos assumidos em 1998 não foram honrados. Houve um atraso enorme no estabelecimento dos voos *charters* então autorizados. Outro exemplo: a Casa Branca comprometera-se a facilitar a ajuda alimentar e a venda de medicamentos. Na realidade, todos os pedidos de licença de laboratórios norte-americanos para qualquer transação comercial com Cuba foram indeferidos. O ano findou sem que um simples tubo de aspirina pudesse ser exportado para a Ilha. A irracionalidade atingiu tais extremos que empresários da indústria farmacêutica

que pretendiam assistir a uma feira-exposição do sector em Havana não obtiveram autorização para viajar.

Mais absurdo ainda: cidadãos norte-americanos foram presos nos EUA por fumarem em público charutos cubanos...

Um porta-voz da Casa Branca informou em Conferência de Imprensa que o apelo para a criação da tão falada comissão bipartidária não foi atendido. Quanto à também tão falada ajuda material ao povo cubano, trata-se de uma grosseira mistificação. As verbas aprovadas somente poderiam ser utilizadas por fundações e ONGs norte-americanas com fins ostensivamente contra-revolucionários.

Estamos, portanto, perante uma farsa, porque o Governo Cubano em hipótese alguma permitiria transferências, pela via legal, destinadas ao financiamento de actividades desse tipo. Não haverá também alteração no tecto da quota de divisas autorizada para familiares de emigrantes residentes nos EUA, nem tampouco estabelecimento de voos regulares para a Ilha. A montanha de promessas, afinal, pariu um rato morto.

O apoio manifestado às «novas medidas» pelos dirigentes da Máfia de Miami e pelos senadores Jesse Helms e Torricelli, da ultradireita do Partido Republicano, é, por si só, elucidativo do tipo de flexibilização que a Casa Branca desejaria imprimir às relações com Cuba. Toda essa gente recebeu com satisfação a iniciativa da Administração, definindo-a como positiva.

Como era natural, o povo cubano reagiu com indignação à manobra mistificadora. Não se deixou enganar. O «novo» é velho: a tentativa de relançar a ofensiva político-ideológica contra Cuba.

O presidente Bill Clinton, mais uma vez, esteve à altura da sua reputação.

## O nulo

O cronista Vasco Pulido Valente cultiva com frequência a ironia com a subtilidade de um elefante numa loja de louça, provavelmente na suposição de que assim se torna mais cáustico ou engraçado. Inevitavelmente, a colheita torna-se num desastre: o cáustico vira insulto, a graça fica uma desgraça e a crónica plasma-se, no mínimo, num chorrilho de patéticas malcriadas. Veja-se só o que o artista engendrou para, no arrumo duma das crónicas que lhe providenciaram no *Diário de Notícias* de fim-de-semana, denegrir a prestação presidencial de Jorge Sampaio a favor do que ele acha ser o grande protagonismo de António Guterres. «Sampaio não conta», diz o Valente, demonstrando mais à frente tão radical conclusão com a seguinte tirada: «Belém não lhe deu nada: nem alguma "grandeza" pessoal nem a confiança dos portugueses. Hoje, como em 1995, não passa de um bom homem, simpático e nulo, que se alivia de lugares-comuns pelas aldeias de Portugal.»

Em contrapartida, Belém deu tudo ao Vasco Pulido Valente desta crónica, nomeadamente alguma baixeza pessoal e a desconfiança dos portugueses (falamos dos que o lêem porque, obviamente, todos os outros nem sabem quem ele é).

O que é natural: hoje, como em 1995 (ou 94, ou 93, ou 92 e por aí abaixo...), o Vasco destas crónicas «não passa de um bom homem, simpático e nulo que se alivia de lugares-comuns pelas aldeias» do quintal dele...

## À Hollywood

O primeiro-ministro britânico, Tony Blair, foi este fim de ano de

PONTOS  
CARDEAIS

férias às Seychelles e no regresso, mal pôs o pé fora do avião que o transportou para a velha Albion, foi confrontado de chofre com mais um escândalo a envolver membros do seu executivo. Desta vez a coisa atingiu o seu estimável ministro dos Negócios Estrangeiros, Robin Cook, a quem a ex-mulher lançou nas ruas da amargura através de um livro saído como prenda neste Natal. Aí, Robin Cook é apresentado pela sua ex-cara-metade como um adúltero inveterado, um alcoólico e um ambicioso sem escrúpulos, visão radical a que não será alheio o facto de a indignada senhora, após 28 anos consecutivos de casamento com o terrível Cook, ter sido trocada por uma secretária uns bons 20 anos mais jovem. Mas a sanha denunciadora da senhora não se ficou por aqui, atirando-se igualmente ao próprio primeiro-ministro Tony Blair, velho amigo pessoal de Cook, a quem acusa de «ter vendido a alma ao diabo para ser eleito».

Confrontado com este pantanal de alcova, Tony Blair procurou desdramatizar a coisa e pediu aos ingleses, muito sensatamente, que o julgassem a ele, ao seu governo e aos seus governantes «por aquilo que é realmente importante - o que prometeu fazer nas últimas eleições», e não pela vida pessoal dos membros do seu governo, advertindo, não menos sensatamente, que a política na Grã-Bretanha não devia copiar os EUA e cair num «estilo à Hollywood».

Ora aqui é que Tony Blair se espalhou. Na verdade, quem envolveu a Grã-Bretanha na política «estilo Hollywood» actualmente praticada nos EUA foi o próprio governo do senhor Tony Blair, ao alinhar despididamente com Bill Clinton nos vergonhosos bombardeamentos do Iraque com que o presidente norte-americano procurou aliviar-se dos escândalos hollywoodescos em que se deixou meter...

## As guerras do «Exército Azul»

Um tal Harold Colgan, padre católico norte-americano, criou em 1947 um autodenominado «Exército Azul», belicosidade pouco cristã mas com um objectivo muito concreto: ser «o Exército Azul de Maria e de Cristo, contra o vermelho do mundo e do demónio». Tratava-se de uma aplicação, à americana, do famoso «segredo de Fátima» comunicado à pastorinha Lúcia pela própria Nossa Senhora, cujo anúncio a «conversão da Rússia» e, por extensão, «o fim do comunismo», apesar do mariano anúncio ter sido feito uns bons meses antes da Grande Revolução de Outubro e quando, obviamente, não se conhecia qualquer regime comunista na Rússia ou no mundo. Mas os norte-americanos são gente de acção e não perdem tempo com minudências, pelo que o padre Colgan e o seu «Exército»

marcharam em 1947 «contra o vermelho do mundo e do demónio», fazendo construir, nos terrenos de Fátima, um edifício que integra uma capela bizantina decorada com ícones e velas, uma espécie de igreja ortodoxa implantada no coração do próprio Santuário católico.

A novidade surgiu há dias, através do actual director executivo do «Exército Azul dos EUA», Robert Griesemer, cujo confessou ao jornal português *Público* que o seu «Exército» mudara de tática: «Em vez de lutar contra o comunismo, centramo-nos agora na oração e na esperança da conversão da Rússia».

«Conversão» da Rússia?!... Mas a Rússia, com a sua milenar Igreja Ortodoxa, é tão cristã como a Igreja Católica, Apostólica, Romana!

A não ser que este «Exército», tão americanamente católico, esteja a ver o cristianismo como os EUA vêem o mundo. Nesse caso, o senhor Griesemer está a exprimir-se mal: o que o seu «Exército» quer não é a «conversão» da Rússia, mas sim a «ocupação» da Rússia... e, ainda por cima, a partir de um arremedo de igreja ortodoxa implantado no próprio Santuário de Fátima!

E esta?!...

Entretanto, no meio disto tudo, as instalações do «Exército Azul» em Fátima, construídas com milhões de dólares vindos da organização nos EUA, passaram, aparentemente à revelia desta e nos últimos 11 anos, de casa para peregrinos norte-americanos em hotel de luxo virado para negócios de hotelaria, de que o gestor português não tem dado contas nem dinheiro, uma «guerra» também nada católica que o senhor Griesemer veio travar, nesta sua deslocação a Portugal...

## As «Jardinadas»

Sob o confessado objectivo de que os novos aliados da AD (o PSD de Marcelo Rebelo de Sousa e o PP de Paulo Portas) «têm de lutar, afrontar, provocar» para «ganhar» as eleições legislativas deste ano, Alberto João Jardim exemplificou como se faz, na página cativa que tem no *Diabo*. E desatou a provocar o «poder rosa», denunciando o «polvo» que o PS instalou na comunicação social do continente, fazendo contas, ao minuto, sobre o «tempo de antena» que o partido governamental tem nos órgãos de informação em detrimento dos partidos da AD. É claro que, para Jardim, os malefícios do «polvo» só existem quando lhe batem à porta, e, para isso, basta que o PSD ou o PP tenham uns minutos a menos na despedorada partilha entre o PS e o «bloco» da AD nas televisões, para Jardim gritar aqui d'el rei. De que se queixa Jardim? Afinal de contas, Marcelo Rebelo de Sousa e Paulo Portas não passam a vida nos ecrãs, nos microfones e nas páginas dos jornais, apesar de não terem nada para dizer? Não é óbvio que a presença destes senhores na ribalta da comunicação pede meças à presença dos seus congéneres do PS? Que mais quer Alberto João Jardim?

Só se quer que se verifique, em todo o território da República, o que é «os ns» na Região Autónoma - a censura, radical de toda a gente exterior ao PSD... Ó homem, assim também não! Como costuma dizer-se, apesar de tudo «ainda não chegámos à Madeira»...

PONTOS  
NATURAIS

■ Mário Castrim

## Nataliciamente

A Hora passa com um colar de jóias falsas no decote.

Os burgueses continuam a jogar confetti uns para os outros com as mãos ainda tintas do sangue da última presa e é com as mãos ainda tintas do sangue da última presa que deixam nas costas da última presa o abraço ainda tinto de sangue.

A Hora passa com um colar de jóias falsas no decote.

Os anjos que tangem os sinos têm sono e só querem ir dormir.

## Actualidade

O senhor engenheiro está arrependido da sua alma.

– Posso entrar? – disse para o diabo que o esperava de tochas acesas.

– Ora essa, a honra é toda nossa! (disse, claro, o diabo)

O senhor engenheiro até achava que o outro era sincero (precisa urgentemente de crer nisso).

Mas ninguém (a não ser a TV) pagaria um tostão para ver o espectáculo.

## Pois é

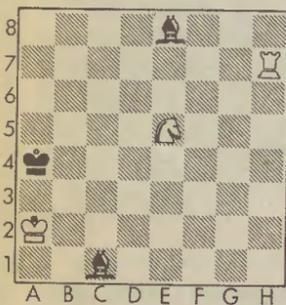
Pôs-se a História ao peitoril do vinte e cinco de Abril e de lá se via o mar impossível de acabar a saltar de monte em monte a inventar depois de cada horizonte outras lonjuras de estar pôs-se a História ao peitoril do vinte e cinco de Abril como quem se vê ao espelho e que bem, na praia velha, lhe estava o cravo vermelho enlaçado na orelha pôs-se a História ao peitoril do vinte e cinco de Abril e vieram temporais matagais ini-ciáticos rituais e vieram os sardões venais e ruíram catedrais mas jamais dali em diante teve alguém força bastante para tirar a memória da História debruçada ao peitoril do vinte e cinco de Abril.

## XADREZ

DCXC - 14 DE JANEIRO DE 1999  
PROPOSIÇÃO N.º 1999X01

Por: Henri Rinck  
«L'Italia Scacchistica» - 1924

Pr.: [3]: Bs, c1, e8-Ra4  
Br.: [3]: Cc5-Th7-Ra2



Branças jogam e ganham

\*\*\*

## SOLUÇÃO DO N.º 1999X01 [H.R.]

1. Ta7+! Rb5; 2. Ta8, Bh5; 3. Th8, Bc2; 4. Th2, Bf1; 5. Th1, Bf4; 6. Tf1, Bc5; 7. Tf5 e g. 4.... Bc4+; 5. Cc4, Rc4; 6. Tc2+ e g.

A. de M. M.

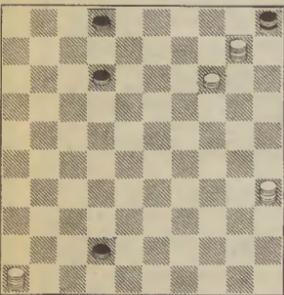
## DAMAS

DCXC - 14 DE JANEIRO DE 1999  
PROPOSIÇÃO N.º 1999D01

Por: C. Benenson - 1939  
[URSS]

Pr.: [4]: 2-(5)-12-42

Br.: [4]: (10)-14-(35)-(46)



Branças jogam e ganham

\*\*\*

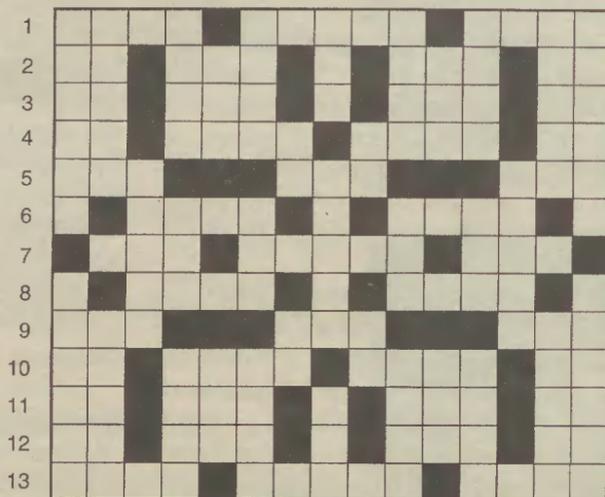
## SOLUÇÃO DO N.º 1999D01 [C.B.]

1. 35-8!! (2x13); 2. 10-15, (5x19); 3. 15x47, (19-5-6); 4. 47-41...+; 2.... (5x37); 3. 46x26!!...+; 1.... (12x3); 2. 14-6, (5x14); 3. 46x5 (3x14); 4. 5x48 +

A. de M. M.

## PALAVRAS CRUZADAS

1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15



**HORIZONTAIS:** 1 - Nome comum a algumas plantas do Brasil; peça de vestuário, de forma cônica, para resguardar a cabeça; remar para trás. 2 - Amerício (s.q.); satélite da Terra; pron. pess. feminino; Sódio (s.q.). 3 - Acusada; discurso; chefe etíope; o primeiro de todos os números. 4 - Prefixo, de origem grega, que exprime a ideia de privação, separação; antiga medida de secos correspondente ao alqueire; tronco de árvore derrubada limpo dos ramos; nome da décima sétima letra do alfabeto grego. 5 - Embocadura de um rio; que te pertence; mealheiro (prov.). 6 - Agarrar com as gavinhas; toma como alimento. 7 - Acolá; que não se deixa atravessar pela luz; suf. nom., de origem latina, que ocorre em adjectivos e exprime a ideia de origem, autoria. 8 - Guarnecer com asas; dá carinho excessivo. 9 - Maior; o rubor das faces; emissão de voz. 10 - Antiga nota dó; capital italiana; que tem préstimo; cânhamo de Manila. 11 - Sim (ant.); fúria incontida; patroa; comparecer. 12 - Coisa (pal. ingl.); exame médico designado tomografia axial computadorizada; a parte inferior do pão; basta. 13 - Poeta e cantor ambulante, entre os gregos antigos; denunciou; erva-doce.

**VERTICAIS:** 1 - Cambista; perda patológica de capacidades musicais. 2 - Agradável; inflamação dos ouvidos. 3 - Cuidar com desvelo. 4 - Estimulo; o m.q. lírio; conjunto de cerimónias prescritas para a celebração de um culto. 5 - Larva que se cria nas feridas dos animais; agora. 6 - Catástrofe; grande quantidade; espécie de padiola ou cama para transportar doentes ou feridos. 7 - Astatino (s.q.); Cálcio (s.q.). 8 - Líquido, em regra um tanto espesso, em que há grande quantidade de leucócitos alterados, provenientes de uma inflamação; sétimo dos planetas do nosso sistema solar; sapo do Amazonas. 9 - Tântalo (s.q.); Ruténio (s.q.). 10 - Pessoa ou coisa sem valor (fig.); na companhia de; peçolo herbáceo ou o seu prolongamento ao longo de uma folha vegetal. 11 - A família; íntima. 12 - Acontecimento; pron. pess. forma de complemento do pronome eu; nome de mulher. 13 - Parte do teatro onde os actores representam para o público (pl.). 14 - Batráquio de forma atarracada, desprovido de cauda quando adulto; não mencionei. 15 - Frondoso; estimaras muito.

amarras. 11 - Lart; lma. 12 - Caso; mim; Lara. 13 - Cenas. 14 - Anuro; omil. 15 - Ramoso. Ura; ora; 6 - Caos; ror; maca. 7 - At; Ca. 8 - Pus; Ura; au. 9 - Ta; Ra. 10 - Zero; com. VERTICAIS: 1 - Carafó; amusia. 2 - Ameno; otic. 3 - Zelar. 4 - Alor; his; rito. 5 - acuso; ants. Mor; cor; som. 10 - Ut; Roma; tili; má. 11 - Si; tra; am; ra. 12 - It; fac; lar. 13 - Aedo; An; raa; tor; rto. 14 - Ali; opaco; mo. 8 - Asar; míma. 9 - 1 - Card; capuz; rár. 2 - Am; Lart; elar; Na. 3 - Ré; oro; rás; um. 4 -

0Y0T0S

## AGENDA



## um Partido mais forte para intervir melhor

4ª assembleia da organização regional de lisboa - Partido Comunista Português  
30 janeiro '99 - sala tejo - pavilhão multiusos - lisboa

### Distrito de Lisboa

## Reuniões preparatórias da IV Assembleia da ORL

30 Janeiro 1999

#### 14 Janeiro - 5.ª Feira

- Plenário de Célula da Caminho (plenário electivo) nos Capuchos - 13h
- Plenário Electivo da Célula dos Trabalhadores da CMA no CT da Amadora - 17h
- Plenário de Militantes da Freguesia dos Anjos (plenário electivo) no CT Vitória - 19h
- 1.ª Assembleia da Organização da Célula dos Trabalhadores da Voz do Operário no CT da Graça + plenário electivo - 19h
- Reunião distrital de independentes com a participação de José Casanova, membro da Comissão Política do CC do PCP - no CT Vitória - 21h
- Plenário de Célula da Portugal Telecom (plenário electivo) - no CT Vitória - 21h30
- Plenário de Militantes Pontinha - no CT da Pontinha (plenário electivo) - 21h30

#### 15 Janeiro - 6.ª Feira

- Plenário do Sector de Empresas de Lisboa (plenário electivo) no CT da Av. Duque de Loulé - 19h30
- Plenário electivo da Célula da Falagueira no Salão da Junta de Freguesia - 20h30
- Plenário de Militantes da Freguesia de S. Jorge de Arroios (plenário electivo) - no C. T. Vitória - 21h
- Plenário de Militantes Fanhões (plenário electivo) no CT de Fanhões - 21h30
- Plenário de Militantes Famões (plenário electivo) na Sala da Assembleia de Freguesia - 21h30
- Plenário de Militantes da Freguesia de Forte da Casa (plenário electivo) - no Pavilhão Municipal do Desporto e da Juventude de V.F.Xira - 21h
- Reunião Geral de Militantes da Freguesia de Cruz Quebrada-Dafundo no CT de Algés + plenário electivo - 21h
- Plenário de Militantes da Freguesia de Caneças (plenário electivo) - no CT de Caneças - 21h30

#### 16 Janeiro - Sábado

- 5.ª Assembleia da Organização dos Professores da ORL no CT Vitória - das 10h30 às 17h30
- Almoço seguido de reunião de militantes da Freguesia de Barcarena (plenário electivo), com a participação de José Fidalgo, membro da DORL do PCP, no CT de Terceira - 13h
- Almoço-convívio Freguesia de Rio de Mouro - no CT de Rio de Mouro às 13h (Preço 1.200\$00 - Inscrições pelo telefone 914 2336 ou 913 1355 até 15 Janeiro) - seguido de plenário electivo (16h)
- 7.ª Assembleia da Organização da Freguesia dos Olivais no Palácio do Contador-Mor + plenário electivo - 14h30
- 5.ª Assembleia da Organização da Freguesia de Alcântara no CT de Alcântara + plenário electivo - 14h30
- Plenário de Militantes das Freguesias de Graça, Sta. Engrácia e S. Vicente (plenário electivo) - no CT da Graça - 15h
- Plenário da Organização da Freguesia de Prazeres no CT de Alcântara + plenário electivo - 15h
- Plenário da Organização da Freguesia de Santos-o-Velho no CT de Santos + plenário electivo - 15h
- Plenário de Militantes Olival Basto (plenário electivo) na Sala da Assembleia de Freguesia - 15h
- Plenário de Militantes Sacavém (plenário electivo) no CT de Sacavém - 15h
- Plenário de Militantes Paço de Arcos (plenário electivo) no CT de Paço de Arcos - 15h
- Plenário de Militantes de Queijas no CT - 16h
- Reunião de militantes das Células do Sector Rodoviário (Rodoviária de Lisboa, Lisboa Transportes, Stagecoach, Barraqueiro) (reunião electiva) com a participação do camarada Eduardo Vieira, do Executivo do Sector de Transportes da ORL - 15h
- Plenário Electivo da Célula da Brandoa no CT da Brandoa - 15h
- Plenário Electivo da Célula de Alfovelos no CT da Brandoa - 15h
- 5.ª Assembleia da Organização da Freguesia da Penha de França no CT da Graça + plenário electivo - 15h30
- Plenário de Militantes da Freguesia de Vialonga (plenário electivo) no CT de Vialonga com a participação de António Cordeiro, membro do Comité Central do PCP - 16h
- Plenário de Militantes Bom Sucesso (V.F. Xira) (plenário electivo) no CT - 15h
- Plenário de Militantes da Freguesia de S. João dos Montes (antecedido de almoço-convívio, com início às 13h) no CT - 15h30
- Plenário de Militantes da Freguesia de Castanheira do Ribatejo no CT - 17h
- Plenário de Militantes do Concelho de Cadaval (plenário electivo) no Salão da Junta de Freguesia - 21h

#### 17 Janeiro - Domingo

- VI Assembleia da Organização do Concelho de Alenquer (Plano de Trabalho para os próximos meses; eleição Comissão Concelhia; Discussão Projecto Resolução Política IV Assembleia da ORL e eleição de delegados) seguida de Almoço-Convívio (preço 1.200\$00 - inscrições até 15 Janeiro, telefone 732482 ou no CT do PCP) - na Romeira, das 10 às 13h

- 5.ª Assembleia da Organização de S. Domingos de Rana no CT de Tires + assembleia electiva - a partir das 10h; almoço às 13h e recomeço às 15h
- Assembleia da Organização da Freguesia da Mina no CT da Amadora + assembleia electiva - 15h
- Plenário de Militantes do Concelho de Arruda (plenário electivo), com a participação do camarada António Andrez, membro da Comissão Política do CC do PCP - no CT de Arruda, 17h

#### 18 Janeiro - 2.ª Feira

- Plenário da Célula do Património Cultural e Natural da ORL no CT Vitória - 15h
- Plenário do Sector de Hotelaria no CT Duque de Loulé - 16h30
- Plenário da Organização de Professores do Ensino Superior - CT Vitória - 18h
- Plenário do Sector das Artes do Espectáculo (plenário electivo) no CT Vitória - 18h30

#### 19 Janeiro - 3.ª Feira

- Plenário da Célula dos Trabalhadores do Sindicato da F. Pública - CT Vitória - 13h
- Plenário dos Sectores dos Quadros Técnicos e dos Engenheiros do Sector Intelectual da ORL - CT Vitória - 21h
- Plenário da Célula da EPAL (plenário electivo) - CT Vitória - 13h
- Plenário da Célula dos Aposentados da Função Pública (plenário electivo) - CT Vitória - 15h
- Plenário de Célula dos Industriais de Táxis com a participação do camarada Eduardo Vieira do Executivo do Sector de Transportes da ORL (plenário electivo) - 18h
- Plenário de Militantes Carnaxide (plenário electivo) no CT de Carnaxide - 19h
- Assembleia Plenária da Célula do INETI (assembleia electiva) no CT do Lumiar (telefone) 7594550) - 19h
- Plenário de Militantes da Lourinhã - Discussão Projecto Resolução Política IV Assembleia da ORL e eleição de delegados com Adelaide Pereira Alves, membro do Comité Central do PCP, no Reguengo Grande (casa do camarada José António) - 21h

#### 20 Janeiro - 4.ª Feira

- Plenário da Célula da Segurança Social - CT Vitória - 18h
- Assembleia Electiva MAP/MIE - CT Vitória - 18h
- 1.ª Assembleia da Organização dos Ferroviários do Sector de Transportes da ORL no CT Vitória, com a participação do camarada António Andrez, membro da Comissão Política do Comité Central do PCP, no CT Vitória + assembleia electiva - 18h30
- Reunião de militantes das Células do Sector Mar e Portos com a participação do camarada Eduardo Vieira do Executivo do Sector de Transportes da ORL (reunião electiva) - 18h30
- Assembleia Plenária da Célula do Ministério da Agricultura no CT Vitória (electiva) - 18h30
- Plenário das Células do Ministério do Trabalho / IEF - CT Vitória (plenário electivo) - 18h30

#### 21 Janeiro - 5.ª Feira

- Plenário de Militantes da EDP (plenário electivo) - CT da Av. Duque de Loulé - 18h
- Plenário do Sector da Cultura Literária da ORL no CT Vitória - 18h30
- Plenário de Militantes da Carris com a participação de José Casanova (plenário electivo) no CT Vitória - 18h
- Reunião de Militantes das Células do Sector de Transportes Aéreos com a participação do camarada Domingos Abrantes (reunião electiva) - 18h
- Assembleia Plenária do Sector de Empresas da Amadora no CT da Amadora (assembleia electiva) - 18h
- Plenário de Militantes da Freguesia de N.ª Sra. Fátima no CT da Rua Soeiro Pereira Gomes (assembleia electiva) - 21h

#### 23 Janeiro - Sábado

- 3.ª Assembleia da Organização da Freguesia da Ajuda no CT de Ajuda + plenário electivo - 15h
- Plenário da Organização da Freguesia de Campolide na Junta de Freguesia de Campolide + plenário electivo - 15h
- Plenário da Organização da Freguesia de São Francisco Xavier no CT de Santos + plenário electivo - 15h
- Plenário da Organização da Freguesia da Lapa no CT de Santos + plenário electivo - 15h
- Plenário da Organização da Freguesia de Santa Isabel no CT Pedro Soares + plenário electivo - 15h
- Plenário da Organização da Freguesia de Santa Maria de Belém no CT de Alcântara + plenário electivo - 15h
- Plenário da Organização da Freguesia de Santo Condestável no CT Pedro Soares + plenário electivo - 15h
- Plenário da Organização da Freguesia de São Mamede na Junta de Freguesia de Campolide + plenário electivo - 15h
- Plenário do Sector de Empresas de Oeiras no CT de Algés + plenário electivo - 14h30

Encontro com

Carlos Carvalhas  
Secretário Geral do PCP



Sábado, 16 de Janeiro, às 17 h

Hotel Napoléon  
(salons de l'Etoile)

38, Av. de Friedland - Paris 8  
(metro: Etoile)

PORTUGAL 2000

DEBATES PARA UMA POLÍTICA DE ESQUERDA



## O ambiente e a defesa do futuro

Dia 15 de Janeiro

às 21h30

na Casa Municipal da Cultura,  
em Coimbra  
com a participação  
de Isabel Castro, Jorge Paiva,  
Nuno Rilo e Rui Godinho

## O poder dos "media", o poder nos "media"

Dia 21 de Janeiro às 21h no  
Auditório da Radiodifusão  
Portuguesa

(Av. Duarte Pacheco, 6, Lisboa)

com a participação de  
Fernando Correia,  
Mário Mesquita,  
Miguel Portas,  
Paquete de Oliveira,  
Ruben de Carvalho,  
e Vítor Dias

## 1.ª Assembleia do Sector de Empresas de Vila Franca de Xira

Sexta-feira, dia 16, às 14h30, no CT de Alhandra  
com a participação de António Andrez

## Encontro Concelhio de Eleitos CDU nas autarquias de Setúbal

com a participação  
de dirigentes do PCP, PEV e ID

Sábado, 16, às 15h

## CONVÍVIO CDU EM ALCOBAÇA

Domingo, 17, às 12h30, no Restaurante «Sinfonia»  
com a participação de Rosa Rabiais

## Vila Franca de Xira

Visita de eleitos do PCP  
ao aterro sanitário do Mato da Cruz  
Sábado, 16, a partir das 10h

## Marinha Grande

Sábado, 14, às 21h30, no CT do PCP

65.º aniversário  
do 18 de Janeiro de 1934

Palestra da Dra. Emília Margarida Marques,  
seguida de debate:

“Do mutualismo às associações de classe  
- Percursos do associativismo vidreiro marinhense”

TELEVISÃO

Quinta, 14

RTP 1

08.00 Infantil
10.10 Malha de Intrigas
11.00 Praça da Alegria
11.30 Culinária
13.00 Jornal da Tarde
13.45 Consultório
14.55 Esmeralda
15.40 Chiquititas
16.35 O Amigo Público
18.15 País País
19.00 País Regiões
19.15 Os Lobos
20.00 Telejornal
20.45 Contra-Infomção
21.00 As Lições do Tonecas
21.30 Grande Entrevista
23.05 Anúncios de Graça

Sexta, 15

RTP 1

08.00 Infantil
10.10 Malha de Intrigas
11.00 Praça da Alegria
11.30 Culinária
13.00 Jornal da Tarde
13.45 Consultório
14.55 Esmeralda
15.40 Chiquititas
16.35 O Amigo Público
18.15 País País
19.00 País Regiões
19.15 Os Lobos
20.00 Telejornal
21.00 Uma Casa em Fancos
22.10 Jet Set
22.45 Serviço de Urgência
23.45 Radar

Sábado, 16

RTP 1

08.00 Infantil/Juvenil
12.00 Made in Africa
13.00 Jornal da Tarde
13.45 Top+
15.05 Saber & Fazer
15.35 Amigos
16.15 O Rapaz e o Mundo
16.45 Primeira Vez
18.05 Estrada Viva
18.40 Santa Casa
20.00 Telejornal
20.55 Futebol: Estr. da Amadora-Benfica
23.25 Miguel Ângelo ao Vivo
00.55 24 Horas
01.35 Killer: Condenado à Morte (de Tim Metcalf, EUA/1996, com James Woods, Robert Sean Leonard, Cara Buono. Drama)

RTP 2

09.00 Universidade Aberta
12.00 Série
13.00 Cidade Louca
13.30 Dinheiro Vivo
14.00 Parlamento
15.00 Desporto 2
18.40 Caminho das Estrelas
19.30 2001
20.00 Os Simpsons
20.30 Tenchi Muyo
21.00 O Universo de Stephen Hawking
22.00 Jornal 2
22.35 O Lugar da História
23.35 Allô, Allô!
00.05 O Vigário de Dibley
00.35 O Riso ao Poder
01.00 A Morte de Empédocles (de Jean-Marie Straub e Danièle Huillet, Fr./Ale. 1986, com Andreas von Rauch, Vladimir Baratta, Martina Baratta. Ver Destaque)

SIC

08.00 Buéréré
11.55 O Nosso Mundo

Domingo, 17

RTP 1

08.00 Infantil / Juvenil
13.00 Jornal da Tarde
13.40 Made in Portugal
15.00 Que Vida Esta!
16.10 Sub 26
17.35 Em Nome da Justiça
18.40 GLX
19.30 Domingo Desportivo
20.00 Telejornal
20.50 Casa Cheia
21.30 Débora
22.05 Docas 2
23.15 Domingo Desportivo
00.40 Millenium
01.45 24 Horas

RTP 2

09.30 Novos Horizontes
10.30 Missa
11.30 A Grandes Viagens de Comboio
12.15 Desastre no Espaço
13.10 Ela Voltou
14.30 Sarilhos com Elas
15.00 Desporto 2
18.00 Jornal de África
18.40 A História de Nikita
19.30 Bom Bordo
20.00 Os Simpsons
20.30 Onda Curta (Curtas-Metragens)
21.25 Artes e Letras «Artur Pizarro»
22.00 Jornal 2
22.30 Horizontes da Memória
23.00 Olhos nos Olhos

SIC

08.00 Buéréré
12.30 BBC - Vida Selvagem
13.00 Primeiro Jornal
13.45 Nascida Ontem (de Louis Mandoki, EUA/1993, com Melanie Griffith, John Goodman, Don Johnson, Edward Herrmann. Comédia Romântica)
15.45 Buffy, Caçador de Vampiros

Segunda, 18

RTP 1

08.00 Infantil
10.10 Malha de Intrigas
11.00 Praça da Alegria
11.30 Culinária
13.00 Jornal da Tarde
13.45 Consultório
14.55 Esmeralda
15.40 Chiquititas
16.35 O Amigo Público
18.15 País País
19.00 País Regiões
19.15 Os Lobos
20.00 Telejornal
20.45 Contra-Infomção
21.00 Nós os Ricos
21.35 Canções da Nossa Vida
23.00 Sala de Conversas
00.10 24 Horas
01.00 Poltergeist

RTP 2

15.00 Informação Gestual
15.40 Até Amanhã, Mário (de Solveig Nordlund, Port./Suécia/1993, com João Silva, Vítor Norte, Percy Brandt, Wiveka Albuquerque, Canto e Castro, Miguel Guilherme. Ver Destaque)
17.30 Euronews
18.00 Informação Religiosa
18.30 Hugo
19.00 Um, Dó, Li, Tá
20.05 O Vale do Reno
21.00 Portugalmente
21.30 Remate
22.00 Jornal 2
22.35 Acontece
22.50 Jogo Falado
23.50 Nash Bridges

SIC

08.00 Buéréré
12.30 Malucos do Riso
13.00 Primeiro Jornal
14.00 Juiz Decide
15.00 Fátima Lopes
17.00 Camilo
17.30 Meu Bem Querem
19.00 Pecado Capital
20.00 Jornal da Noite
21.00 Torre de Babel
22.00 Roda dos Milhões
00.10 Salazar

Terça, 19

RTP 1

08.00 Infantil
10.10 Malha de Intrigas
11.00 Praça da Alegria
11.30 Culinária
13.00 Jornal da Tarde
13.45 Consultório
14.55 Esmeralda
15.40 Chiquititas
16.35 O Amigo Público
18.15 País País
19.00 País Regiões
19.15 Os Lobos
20.00 Telejornal
21.00 Espelho Meu
21.35 Herman 99
23.35 A Guerra Fria
00.35 24 Horas
01.20 Rotações

RTP 2

15.00 Informação Gestual
15.40 Até Amanhã, Mário (de Solveig Nordlund, Port./Suécia/1993, com João Silva, Vítor Norte, Percy Brandt, Wiveka Albuquerque, Canto e Castro, Miguel Guilherme. Ver Destaque)
17.30 Euronews
18.00 Informação Religiosa
18.30 Hugo
19.00 Um, Dó, Li, Tá
20.05 O Vale do Reno
21.00 Portugalmente
21.30 Remate
22.00 Jornal 2
22.35 Acontece
22.55 The Crown and the Country
23.20 Ler para Crer
00.20 À Noite com Jools Holland

SIC

08.00 Buéréré
12.30 Malucos do Riso
13.00 Primeiro Jornal
14.00 Juiz Decide
15.00 Fátima Lopes
17.00 Camilo
17.30 Meu Bem Querem
19.00 Pecado Capital
20.00 Jornal da Noite
21.00 Médico de Família
22.00 Torre de Babel
23.15 Casos de Polícia
00.15 Balada de Nova Iorque
01.25 Último Jornal
02.30 Vibrações

TVI

09.00 S.O.S. Urgências
09.45 TVI Jornal
10.00 Animação
12.30 Fascinação
13.30 TVI Jornal

Quarta, 20

RTP 1

08.00 Infantil
10.10 Malha de Intrigas
11.00 Praça da Alegria
11.30 Culinária
13.00 Jornal da Tarde
13.45 Consultório
14.55 Esmeralda
15.40 Chiquititas
16.35 O Amigo Público
18.15 País País
19.00 País Regiões
19.15 Os Lobos
20.00 Telejornal
21.00 Diário de Maria
22.05 Viver de Novo (de Kenneth Branagh, EUA/1991, com Kenneth Branagh, Emma Thompson, Derek Jacobi, Andy Garcia, Hanna Schygulla. Ver Destaque)
00.15 24 Horas

RTP 2

15.00 Informação Gestual
15.40 Derrick
16.35 Páginas Negras de Patricia Highsmith
17.30 Euronews
18.00 Informação Religiosa
18.30 Hugo
19.00 Um, Dó, Li, Tá
21.00 Portugalmente
21.30 Remate
22.00 Jornal 2
22.35 Acontece
22.50 Sinais do Tempo
23.45 Carlos Cruz
00.45 Dharma e Greg

SIC

08.00 Buéréré
12.30 Malucos do Riso
13.00 Primeiro Jornal
14.00 Juiz Decide
15.00 Fátima Lopes
17.00 Camilo
17.30 Meu Bem Querem
19.00 Pecado Capital
20.00 Jornal da Noite
21.05 Conversa da Treta
21.30 Torre de Babel
22.45 Cantigas de Mal Dizer
23.45 Morto à Chegada (de Rocky Morton e Annabel Jankel, EUA/1988, com Dennis Quaid, Meg Ryan, Charlotte Rampling. Policial)
01.30 Toda a Verdade
02.40 Último Jornal
04.25 Vibrações

TVI

09.00 S.O.S. Urgências
09.45 TVI Jornal
10.00 Animação



Daniel Filho, realizador da nova série da Globo «Mulher» (Sábado à noite na SIC), tem-se feito notar pelo cuidado que põe no tratamento de problemas das mulheres

00.45 24 Horas
01.35 Safety Patrol (de Savage Sieve Holland, EUA/1997, com Bug Hall, Lainie Vazan, Curtis Armstrong. Acção)

RTP 2

15.00 Informação Gestual
15.40 Ladrão por Excelência (de Don Siegel, EUA/1980, com Burt Reynolds, Lesley-Anne Down, David Niven, Timothy West. Policial.)
17.30 Euronews
18.00 Informação Religiosa
18.30 Hugo
19.00 Um, Dó, Li, Tá
20.20 Documentário
21.00 Portugalmente
21.30 Remate
22.00 Jornal 2
22.35 Acontece
22.55 Feras Humanas (de Fritz Lang, EUA/1941, com Walter Pidgeon, Joan Bennett, George Sanders, John Carradine. Ver Destaque)
00.25 No Rasto de Alexandre, o Grande

SIC

08.00 Buéréré
12.30 Malucos do Riso
13.00 Primeiro Jornal
14.00 Juiz Decide
15.00 Fátima Lopes
17.00 Camilo
17.30 Meu Bem Querem
19.00 Pecado Capital
20.00 Jornal da Noite
21.05 BBC - Vida Selvagem
21.40 Torre de Babel
23.15 Esta Semana
01.00 Da Terra à Lua
02.10 Último Jornal
03.15 Vibrações

TVI

09.00 S.O.S. Urgências
09.45 TVI Jornal
10.00 Animação
12.30 Fascinação
13.30 TVI Jornal
14.00 Serras Azuis
15.05 Mulher Perigosas
16.00 Animação
18.00 Flipper
19.00 Asas nos Pés
20.00 Sliders
21.00 Directo XXI
22.00 Primeira Vaga
23.00 Polícias e Ladrões
24.00 Invasão de Privacidade (de Kevin Meyer, EUA/1994, com Robby Benson, Jennifer O'Neal, Lydie Denier. Drama)
02.00 Segredos de Verónica
02.55 PSI Factor

00.20 24 Horas
01.45 Estrada de Sangue (de Deran Serafian, EUA/1993, com Christopher Lambert, Craig Sheffer, David Arquette, Josh Brolin. «Thriller»)

RTP 2

15.00 Informação Gestual
15.40 A Terra
16.35 Encontros Imediatos
17.30 Euronews
18.00 Informação Religiosa
18.30 Hugo
19.00 Um, Dó, Li, Tá
20.20 O Sonho Americano
21.00 Portugalmente
21.30 Remate
22.00 Jornal 2
22.35 Acontece
22.55 Noites Brancas (Debate, seguido do filme No Sex Last Night, de Sophie Calle e Greg Shephard, Fr./1995, com Sophie Calle, Greg Shephard. «Road-Movie»)

SIC

08.00 Buéréré
12.30 Malucos do Riso
13.00 Primeiro Jornal
14.00 Juiz Decide
15.00 Fátima Lopes
17.00 Camilo
17.30 Meu Bem Querem
19.00 Pecado Capital
20.00 Jornal da Noite
21.00 Um Sarilho Chamado Marina
21.30 Ponto de Encontro
22.40 Torre de Babel
24.00 Donos da Bola
02.10 Último Jornal

TVI

09.00 S.O.S. Urgências
09.45 TVI Jornal
10.00 Animação
12.30 Fascinação
13.30 TVI Jornal
14.00 Serras Azuis
15.05 Mulher Perigosas
16.00 Animação
18.00 Flipper
19.00 Asas nos Pés
20.00 Sliders
21.00 Directo XXI
22.00 Primeira Vaga
23.00 Polícias e Ladrões
24.00 Invasão de Privacidade (de Kevin Meyer, EUA/1994, com Robby Benson, Jennifer O'Neal, Lydie Denier. Drama)
02.00 Segredos de Verónica
02.55 PSI Factor



«Psi Factor» em enésima retransmissão na TVI

13.00 Primeiro Jornal
14.00 O Segredo dos Anjos (de William Dear, EUA/1994, com Danny Glover, Tony Danza, Christopher Lloyd. Fantasia / Comédia)
16.00 Big Show Sic
20.00 Jornal da Noite
21.00 Mundo VIP
22.00 Ai os Homens!
23.15 Mulher
00.15 Afrodísia
00.45 Esquecer Paris (de Billy Crystal, EUA/1995, com Billy Crystal, Debra Winger, Joe Mantegna, Cynthia Stevenson. Ver Destaque)
02.55 Último Jornal

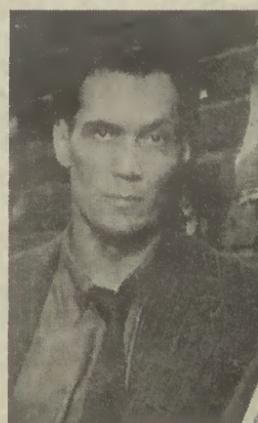
TVI

09.00 S.O.S. Urgências
09.35 Animação
13.30 Desporto
15.00 Roar
16.05 Acção em Acapulco
16.55 Amor Trocado (de Donna Deith, EUA/1994, com Andrea Roth, Rick Springfield, Stephanie Bracham, Ian Richardson. Melodrama)
18.40 Mr. Destiny (de James Orr, EUA/1990, com James Belushi, Michael Caine, Linda Hamilton, Jon Lovitz, Hart Bochner, Rene Russo. Fantasia)
21.00 Directo XXI
22.00 O Segredo de Ellen (de Dan Lerner, EUA/1992, com Peri Gilpin, Jere Burns, D. W. Moffett. Drama)
24.00 Coração de Tigre (de Georges Chamchoum, EUA/1995, com Jennifer Lyons, Robert LaSardo, Rance Howard, Timothy Williams. Drama)
02.00 PSI Factor

17.55 Mar de Chamas (de Ron Howard, EUA/1991, com Kurt Russell, William Baldwin, Robert De Niro, Donald Sutherland. Ver Destaque)
20.00 Jornal da Noite
21.05 Polícias à Solta
21.30 Chuva de Estrelas
22.45 Hilda Furacão
23.45 Cópia Mortal (de Jon Amiel, EUA/1995, com Sigourney Weaver, Holly Hunter, Dermot Mulroney, William McNamara. Ver Destaque)
01.55 Último Jornal
02.30 Dra. Quinn
03.30 Portugal Radical

TVI

09.00 Animação
10.30 Novos Ventos
11.15 Missa
13.00 Aventuras Selvagens
14.00 Sétimo Céu
14.50 A Patrulha do Tempo
15.40 Vidas Paralelas (de Linda Yellen, EUA/1994, com James Belushi, James Brolin, Lindsay Crouse, Liza Minnelli, Dudley Moore. Telefilme Dramático)
17.30 Surf Ninjas (de Neal Israel, EUA/1995, com Ernie Reyes Jr., Leslie Nielsen, Rob Schneider, Tone Loc, John Karlen. Aventuras)
19.30 Futebol (Campeonato de Itália)
21.15 Directo XXI
22.00 O Rosto da Lei
23.00 Falso Julgamento (de Heywood Gould, EUA/1996, com Bill Pullman, Robert Loggia, Blair Underwood, Jon Seda. Drama)
01.00 PSI Factor

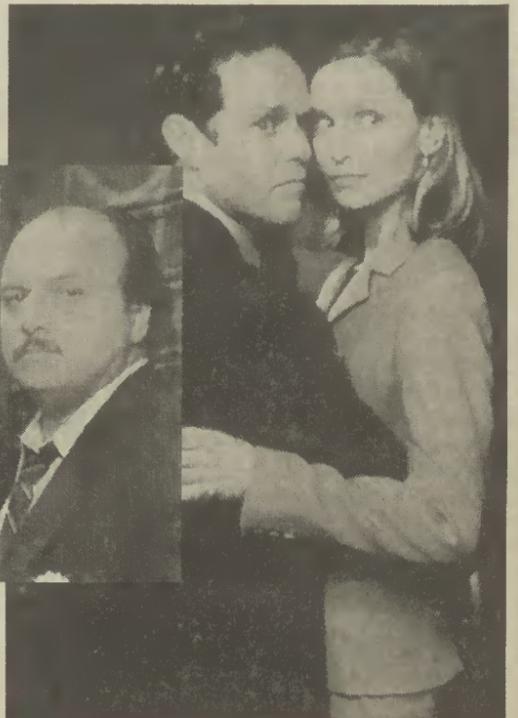


O regresso de «A Balada de Nova Iorque»: à Terça na SIC

01.20 Último Jornal
01.55 Bom Dia Tristeza (de Otto Preminger, EUA/1958, com Deborah Kerr, David Niven, Jean Seberg, Mylène Démongeot. Ver Destaque)
04.25 Vibrações

TVI

09.00 S.O.S. Urgências
09.45 TVI Jornal
10.00 Animação
12.30 Fascinação
13.30 TVI Jornal
14.00 Serras Azuis
15.05 Mulher Perigosas
16.00 Animação
18.00 Flipper
19.00 Asas nos Pés
20.00 Sliders
21.00 Directo XXI
22.00 Hora da Vingança (de Ken Cameron, EUA/1997, com Mary Tyler Moore, Edward Asner. Drama)
24.00 Segredos de Verónica
02.30 PSI Factor



«Ally McBeal»: à Quarta-feira na TVI

14.00 Serras Azuis
15.05 Mulher Perigosas
16.00 Animação
18.00 Flipper
19.00 Asas nos Pés
20.00 Sliders
21.00 Directo XXI
22.00 Presa Mortífera (de Ernest Dickerson, EUA/EUA/1994, com Ice T, Rutger Hauer, Charles S. Dutton. Drama)
24.00 Golo
00.30 Os Segredos de Verónica
01.10 Feedback
02.00 PSI Factor

12.30 Fascinação
13.30 TVI Jornal
14.00 Serras Azuis
15.05 Mulher Perigosas
16.00 Animação
18.00 Flipper
19.00 Asas nos Pés
20.00 Sliders
21.00 Directo XXI
22.00 Adepto Fanático (de Tony Scott, EUA/1996, com Wesley Snipes, Robert De Niro, John Leguizamo, Ellen Barkin. Drama)
24.00 Ally McBeal
00.30 Segredos de Verónica
01.55 Lanterna Mágica
02.25 PSI Factor

Nota: A Redacção não se responsabiliza por alterações de horários ou conteúdos da programação realizados pelos operadores de televisão após o fecho desta edição.

## TELEVISÃO

## Por isto e por aquilo...



Um fotograma de «Mar de Chamas», um filme de Ron Howard

## Feras Humanas

(Quinta, 22.55, RTP2)

Nas vésperas da II Grande Guerra, um caçador, o comandante *Thorndike*, consegue aproximar-se da casa onde vive *Hitler* e, tendo visado e enquadrado o ditador na mira da arma, acaba por não disparar. Capturado, ele consegue evadir-se ajudado por uma rapariga, *Jenny*, que será morta. Perseguido pelos nazis até Inglaterra, *Thorndike* escapa sempre à captura. Mais tarde, mobilizado para a aviação militar pela RAF, ele tem um dia a oportunidade de saltar de pára-quedas e, mais uma vez, apresenta-se-lhe a possibilidade (desta vez a tarefa) de... matar *Hitler*. Eis o primeiro filme anti-nazi realizado por *Fritz Lang* no exílio. Um «thriller» sem tempos mortos que vale pela curiosidade do enredo mas, sobretudo, pelas composições das personagens de *George Sanders*, o chefe dos «maus», e de *John Carradine*.

## Esquecer Paris

(Sábado, 00.45, SIC)

Comédia romântica sem preocupações de maior, esta história escrita pelo próprio *Billy Crystal* (aquela pele de um árbitro de basquetebol) fala-nos dos

## Mar de Chamas

(Domingo, 17.55, SIC)

Num filme que se revela altamente eficaz e atraente do ponto de vista visual - havendo quem diga que nunca o fogo foi filmado com tal voluptuosidade - cruzam-se três histórias bem diversas e concorrentes entre si: a de dois irmãos que são terríveis rivais, a de dois casais separados que tentam encontrar de novo o amor e a união e a de um político corrupto que aparentemente está por detrás de uma série de crimes. Esta amálgama de histórias cruzadas, que subvertem um verdadeiro fio condutor, transforma o argumento numa encruzilhada de sinais e de pontos de atracção que não contribuem para um evoluir linear e escorrido do filme, que aqui se destaca, sobretudo, pelo seu lado visual e espectacular e, ainda, pelas interpretações de *Ken Russell*, *William Baldwin* e *Jennifer Jason Leigh*.

## Cópia Mortal

(Domingo, 23.45, SIC)

Uma psiquiatra (*Sigourney Weaver*), especialista em casos de crimes em série, encontra-se fortemente debilitada por uma doença (agorafobia, o pânico dos espaços grandes e vazios) que a impede de sair de casa e contactar com o mundo exterior. Mesmo assim, ela condescende em colaborar com dois detectives da polícia no complexo desvendar de um dos crimes mais terríveis e elaborados cometidos por um notório criminoso em série, em S. Francisco. Trata-se, a exemplo de *Seven* (de *David Fincher*), de um elaboradíssimo «thriller» que nos faz seguir (com *Weaver*) o tenebroso raciocínio de um terrível criminoso, o que, não sendo propriamente o mais... apropriado, nos faz mergulhar naquelas situações fascinantes em que o cinema é fértil.

## Bom Dia Tristeza

(Segunda, 01.55, SIC)

*Cecília* vive com o seu pai,

*Raymond*, um viúvo que coleciona amantes e liga pouco à educação da sua filha, que considera mais como uma compincha. Ora, durante umas férias passadas na *Côte d'Azur* - onde habitam numa vivenda em companhia de *Elsa*, a última amante de *Raymond* pai e filha recebem a visita de *Anne*, que fora a melhor amiga da mãe de *Cecília*. Mas depressa esta compreende que *Anne*, sinceramente apaixonada por *Raymond*, pode tornar-se um obstáculo à sua vida fácil, caso ela se case com o pai. Por isso se empenha, por todos os meios, a afastar a sua «rival»... Adaptado admiravelmente do romance homónimo de *Françoise Sagan* e realizado pelo cineasta americano *Otto Preminger*, eis uma dessas tragédias íntimas caras ao realizador, na qual a personagem principal se encontra perante uma encruzilhada. A interpretação é impecável: *Jean Seberg*, *David Niven* e *Deborah Kerr* brilham nos principais papéis.

## Até Amanhã, Mário

(Terça, 15.35, RTP2)

Num misto de ficção e documentário, a realizadora sueca *Solveig Nordlund* (durante anos radicada no nosso país) debruça-se neste seu último filme sobre o quotidiano de um grupo de miúdos de Câmara de Lobos (Funchal), em que um deles (*Mário*) sonha com a pesca da



Derek Jacobi, Keneth Branagh e Emma Thompson, intérpretes principais de «Viver de Novo», realizado por Branagh

baleia, enquanto enfrenta a vida dura ao tentar ganhar dinheiro junto dos turistas.

## Viver de Novo

(Quarta, 22.05, RTP1)

O argumento deste filme (uma estreia em televisão) é um achado. Uma jovem mulher que se encontra amnésica e sem fala num orfanato onde se acolheu sofre de terríveis pesadelos. O director do estabelecimento convoca então um detective especialista em casos de desaparecimento para tentar averiguar a ori-

gem deste misteriosa rapariga. O detective leva a jovem a um antiquário que tem dotes de hipnotizador e ambos chegam à conclusão de que ela como que revive no próprio corpo e na própria mente certos momentos da vida trágica de uma outra mulher, uma violinista, que quatro décadas antes fora assassinada pelo seu marido. Mas as coisas não ficariam por aqui: as maiores surpresas ainda estavam para acontecer... Um filme habilmente posto em cena por *Keneth Branagh*, com excelentes interpretações de *Derek Jacobi* (o célebre *Cláudio* da série televisiva), de *Emma Thompson* e do próprio *Branagh*.

## CABO &amp; SATÉLITE

## Para os amadores de Funk e Jazz

O canal musical *MCM* vai transmitir hoje, pelas 22.30, um concerto em directo do *MCM Café*, pelo grupo inglês «Urban Species», liderado por *Mintos*. Diz-se que eles inventaram o chamado acid-jazz quando gravaram o álbum «Listen», mas eles, humildemente, desmentem os boatos. Para quem gosta de jazz propriamente dito, então o *Muzzik* presenteia-nos amanhã à noite com uma noite especial dedicada a um dos maiores bateristas europeus, o suíço *Daniel Humair*, que ouviremos com o seu *All Stars*, veremos num documentário sobre a sua carreira e, finalmente, num concerto público no Festival Europeu de *Mans'97*, com o pianista *Joachim Kühn* e o contrabaixista *Jean-Paul Celea*. (*MCM*, Quinta, das 22.30 às 23.30; *Muzzik*, Sexta, entre as 20 horas e as 23.30)



## A tragédia do Paquistão

Na sua série «Le Sens de l' Histoire», o canal *La Cinquième* vai transmitir um programa intitulado «Paquistão, Uma Partilha Sangrenta», no qual participará *Jean-Alphonse Bernard*, antigo conselheiro económico na Embaixada da França em Nova Deli entre 60 e 64, e *Claude Markovits*, director de pesquisas no *CNRS*. Neste programa será focada a figura histórica de *Muhammad Ali Jinnah*, o artesão da independência do Paquistão. (*La Cinquième*, Domingo, das 15.00 às 16.35)

## Chabrol e René Clair no cinema por cabo

Vários canais francófonos transmitem esta semana documentários sobre ou filmes do grande cineasta francês *Claude Chabrol*, um especialista europeu no filme policial,



Mintos, dos «Urban Species»

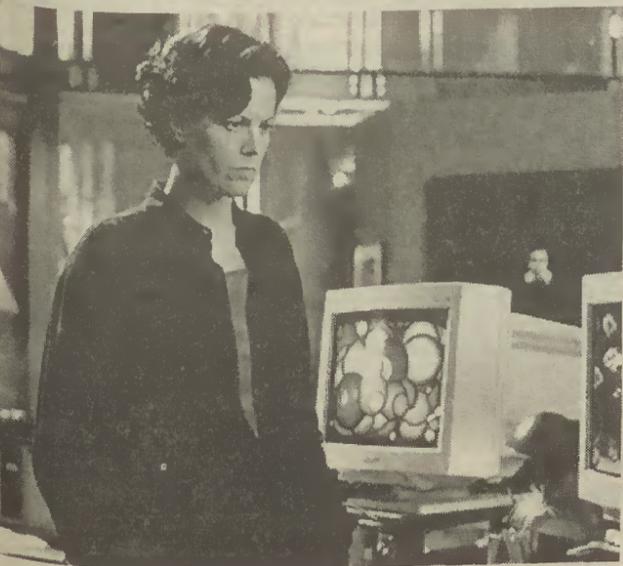
de mistério e de suspense. Por exemplo, o *Arte* vai transmitir na sexta-feira, pelas 23 horas, o seu filme «L'Oeil du Matin» (1961), com *Jean Yanne*, *Michel Duchaussoy* e *Caroline Cellier*. Mas também o genial *René Clair* é objecto de uma *soirée* especial no mesmo *Arte*, agora no Domingo, que abrirá com uma comédia atípica do realizador datada do seu regresso de um exílio nos EUA, «Le Silence est d'Or» (1947); depois, um documentário de *Pierre Philippe* intitulado «Le Regard Clair» (1998) que retrata o inconformismo estético do cineasta; finalmente, «René Clair par Bronja Clair» (1998) é uma curta entrevista com a sua companheira de sempre, antecedendo o filme «Paris Qui Dort» (1923) em que *René Clair* encena uma comédia burlesca sobre os pioneiros do cinema francês, com *Henri Rollan* e *Albert Préjean*. (*Arte*, Domingo, entre as 19.40 e as 23.30)



Claude Chabrol



René Clair



Sigourney Weaver, a psiquiatra de «Cópia Mortal», um «thriller» inquietante de Jon Amiel

problemas que envolvem a manutenção da «chama sagrada» para salvar um casamento. Ainda com *Debra Winger*, um filminho para fazer sorrir e entreter.

## A Morte de Empédocles

(Sábado, 01.00, RTP2)

«Num jardim siciliano, *Panteia*, a filha do arconte *Critias*, e a sua amiga ateniense *Délia*, evocam o filósofo *Empédocles*, abandonado pelos Deuses por se ter esquecido da diferença que existe entre si e as divindades mortais. *Panteia* presta-lhe um autêntico culto, enquanto o seu pai e o sacerdote *Hermócrates* decidem finalmente denunciar os seus pensamentos ao povo de Agrigento e condená-lo ao exílio.» É assim o resumo que a RTP nos confia do argumento deste filme do cineasta francês radicado na Alemanha *Jean-Marie Straub*, realizado como habitualmente em conjunto com a sua mulher, *Danièle Huillet*, e que é uma adaptação ao cinema da obra do escritor alemão *Friedrich Hölder* sobre o filósofo grego *Empédocles*. Como é habitual nas obras de *Straub*, existe aqui uma total recusa dos efeitos visuais, antes se sublinha a composição estática dos planos, servindo uma representação de tom teatral.

# A velha calúnia

Foi há quase 24 anos: a meio da Primavera de 75, os trabalhadores do «República», com participação dominante do sector gráfico, decidiram afastar a direcção e a administração do jornal e tomar nas suas próprias mãos a gestão editorial e administrativa do jornal. Embora talvez nem seja preciso fazê-lo aqui, convém lembrar que o «República» não era um jornal como os outros: ao longo de décadas, havia sido um sinal de unidade antifascista, uma barricada contra os efeitos do totalitarismo censório de vários graus que inundava o País de versões oficiais e oficiosas. O episódio, verdadeiramente histórico no quadro da Imprensa portuguesa, da compra de uma rotativa por subscrição pública em que participaram em comovente convergência cidadãos de todos os sectores que se opunham à ditadura, foi disso testemunho eloquente. Ora, a acusação determinante adiantada pelos trabalhadores do «República» contra a direc-

o foi para impedir a acusação de terem sido os do PCP os responsáveis pelo «golpe» interno.

## Enquanto o País dorme

A acusação veio sendo repetida ao longo de 24 anos, embora naturalmente sobretudo nos tempos mais próximos do ocorrido, e chegou a ser lançada também no estrangeiro. Entrou assim para a História, porventura ainda não escrita, mas decerto já inscrita na avaliação colectiva dos acontecimentos daquele ano, uma mistificação caluniosa que circulou como versão correcta avalizada por nomes de credibilidade geralmente aceite. Com excepções, porém. Quero designadamente registar a de Arons de Carvalho, longe ainda de ser secretário de Estado da Comunicação Social, redactor do «República» em 75, que há alguns anos, não muitos, com uma honradez infelizmente

**TVISTO**  
■ Correia da Fonseca



ção era a de esta ter posto o jornal ao serviço do Partido Socialista e de exercer censura sobre textos que veiculavam opiniões de outros partidos à sua esquerda.

Nesse mesmo dia, o protesto do Partido Socialista contra o acontecido disparou sob a forma de responsabilização do PCP, embora já então fosse possível, e até fácil, para quem acompanhara o processo de perto (e cinco dos jornalistas excluídos haviam sido eleitos há poucos dias como deputados pelo PS à Assembleia Constituinte), saber que a acusação era injusta. À tarde, uma manifestação convocada pelo Partido Socialista e encabeçada pelo dr. Mário Soares gritou diante das instalações do «República» um estribilho de sentido transparente: «O "República" é do Povo, não é de Moscovo!» Ora, nessa altura, já os militantes ou simpatizantes do PCP haviam saído do jornal na sua maioria, se é que alguns ainda por lá tinham ficado, designadamente na Redacção, expulsos de facto pela hostilidade permanente de que eram alvo e pela óbvia ameaça à manutenção do emprego (buscando neste caso, como era natural, posto de trabalho com maior estabilidade), quando não directamente despedidos quando o vínculo laboral o permitia. Nem é preciso ir mais longe: eu que o diga, colaborador diário com honras habituais de terceira página ao alto e impressão a normando, exilado semanas antes para uma página de menoríssimo destaque e impresso num itálico velho e já ratado, dispensado por fim por via telefónica, sumariamente, com invocação da vontade do dr. Raul Rego. E eu apenas era então um mero «compagnon de route», para usar uma fórmula habitual no dr. Mário Soares. Quer dizer: a caça às bruxas pécipistas, ou que o parecessem, havia sido eficaz para «limpar» o jornal, mas não

rara, deixou no «Diário de Notícias» um esclarecimento precioso: disse ele que o PCP não foi o desencadeador do chamado «Caso República» mas que, sendo ele em 75 o inimigo principal do PS na disputa política em torno do rumo a seguir pela Revolução, sobre ele havia sido lançada a acusação. Este depoimento guardei-o por cautela numa pasta arrumada ao fundo de uma estante mas também e principalmente na memória, que é onde melhor ficam tesouros destes. Duvido, porém de que muita gente tenha feito o mesmo, e a mentira repetida ao longo de todo este tempo terá ficado a valer como verdade. Porém, nos últimos dias do ano de 98, numa dessas madrugadas em que o país telespectador já está a dormir, a SIC transmitiu uma reportagem da jornalista francesa Ginette Laligne acerca de «O Caso República». Nela se provava, de várias formas mas sobretudo pela presença de Álvaro Belo Marques, o homem que aceitou assumir a liderança do movimento em questão e cujo nome surgiu no cabeçalho do jornal em substituição do de Raul Rego, que o «golpe» havia sido conduzido por trabalhadores afectos a áreas que se dizia situarem-se à esquerda do PCP e por isso eram designados globalmente por «extrema-esquerda». É mesmo de crer que a própria Ginette Lavigne, transparentemente tocada pelo «charme» de movimentos basistas que floresceram depois do 25 de Abril, seja ela própria uma saudosa da «extrema-esquerda», ou até uma sua actual adepta, o que não invalida a força dos testemunhos recolhidos e do depoimento que a própria reportagem é, bem pelo contrário.

Assim ficou formal e totalmente desmentida uma velha calúnia, mais uma. Mas pela TV e a hora em que o país dormia. Talvez, quem sabe?, a sonhar com o euro.



# Um adeus a Lino Lima

É sempre triste a despedida de alguém que nos deixa, como Lino Lima, depois de uma vida de luta, plena de coragem, lucidez, verticalidade, pelas mais belas e justas aspirações humanas.

Uma vida, a que não faltou o travo da amargura, que é um exemplo de honradez, de inteireza moral, e cuja perfil ético mais se destaca num tempo como o nosso, de tantas degradações, em que é possível apresentar-se como acto de glória pessoal a celebração de públicos esponsais com o partido do poder.

Sempre atento aos outros, solidário com os mais fracos, carinhoso com os jovens — era o “Tio Lino” —, esteve presente em todas as grandes batalhas cívicas contra a ditadura.

A defender, como advogado, os presos políticos, a organizar as candidaturas da Oposição Democrática nas farsas eleitorais, num sem-número de lutas e de reuniões de trabalho.

Conheci, ainda muito jovem, Lino Lima numa destas reuniões em Aveiro, uma das últimas convocadas e presididas por Mário Sacramento, pouco antes do seu prematuro desaparecimento.

Havia então algumas ilusões no ar, quem acreditasse, ou quisesse acreditar, na verdade da “primavera marcelista”, como se fosse possível o fascismo regenerar-se. Ilusões que alimentavam o imobilismo e convidavam à mansidão das palavras.

Lino Lima começou então a falar com a sua voz forte, marcada, como fazia tantas vezes: “Nós, os de Braga...”, e a sua intervenção não deixava dúvidas, afirmava a unidade possível, animava os mais hesitantes, chamava para a acção, e logo desenhava um programa de iniciativas, que a ninguém deixava indiferente.

Muitos anos depois do 25 de Abril, já a viver no Porto, participou em todos os actos políticos que a saúde, muito debilitada, lhe permitia.

Ficou, nestes últimos tempos, uma visita para fazer.

Para o ouvir, e reflectir em comum sobre este final de século carregado de desafios para a esquerda — o défice democrático da integração europeia, os seus efeitos na economia nacional, o distanciamento cada vez maior entre a economia real e a economia especulativa, a ofensiva contra as leis laborais, o avanço neoliberal na educação, na saúde, a poderosa e sibilina teorização sobre a gestão privada dos serviços públicos, a escalada e o refinamento da manipulação informativa, a elitização da cultura, a domesticação dos comporta-

mentos, e a urgente resposta que a esquerda não se pode demitir de dar no campo das ideias, na acção prática e na construção de uma alternativa política unitária e mobilizadora.

Tarefa tanto mais urgente e necessária, quando alguns ícones da capela nacional, com aquela habilidade e sumo descaramento que se lhes conhece, vêm agora também associar a sua voz contra o “pensamento único”, a “teologia do mercado”, ou a evidente e crescente submissão do poder político ao poder económico, não havendo quem salte a terreiro e lhes exija um pouco de coerência, para que ergam a sua voz contra as privatizações, que lesam o país, engordam o grande capital e reforçam o seu poder, contra as isenções e benesses dos

rendimentos especulativos e encorajem a Justiça, quando ela ousa tocar, ou quase tocar, os poderosos.

Urgente e necessária

quando a política dominante se torna cada vez mais palavrosa, mais postiça, mais jogo e espectáculo para agenciar votos. Mais “arte do possível”, simples tarefa de gerir e administrar programas que o sistema impõe. E não como organização da sociedade para cumprir e respeitar os indivisíveis direitos humanos.

Política dominante como modo de estar que lamenta o infortúnio, prega a resignação, entre juras de diálogo e santa solidariedade, mas não dá um passo para questionar a lógica da acumulação de riqueza e do aumento das desigualdades.

Política dominante que fala tanto dos excluídos por falar, que se diria querer habituar-nos à exclusão e a encará-la como uma fatalidade ou o preço do progresso.

Conversar com Lino Lima permitia falar com paixão da vida, da luta que se desenvolve hoje em diferentes condições, com novos e velhos problemas, para que é preciso encontrar novas respostas e ensaiar novos caminhos. E do Partido, o seu Partido, que alguns toleram mal e gostariam de reduzir a uma representação simbólica, simples referência ética, de protesto mas não de projecto, de revolta mas não de alternativa, de princípios e ideias respeitáveis mas não também de acção transformadora e propostas concretas.

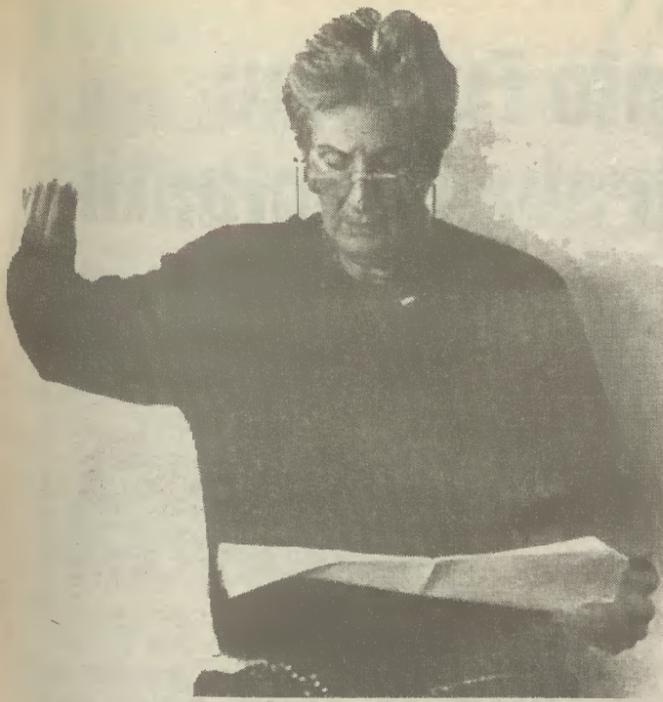
Um adeus a Lino Lima, titulei este texto, ainda impregnado da emoção da despedida, afinal crónica breve de uma conversa adiada e que já não é possível realizar.

Não é um adeus que aqui fica. Mas o testemunho de que a luta pela liberdade e por uma sociedade mais justa continuará. A sua memória será honrada.

**MOTES E VOLTAS**

■ Jorge Sarabando

## ESCAPARATE



## MÚSICA

## Em memória de Pier Paolo Pasolini

De sexta-feira a domingo, 15 a 17 do corrente, às 21.30, será apresentado no Pequeno Auditório do Centro Cultural de Belém um espectáculo musical intitulado «Partenze» comemorativo dos 20 anos da morte do realizador e encenador italiano Pier Paolo Pasolini. Neste recital, actuará o Quarteto Vocal de Giovanna Marini, com Giovanna Marini, Francesca Berschi, Patrizia Bovi e Patrizia Nasini, que cantará canções de aldeia, árias da Paixão, composições de Giovanna Marini sobre poemas de Pasolini, numa viagem pelas músicas arcaicas e a música contempo-

rânea. Do programa deste concerto, extraímos as seguintes palavras de Giovanna Marini que poderíamos aplicar a uma certa realidade portuguesa: «*Pus em música as mais belas palavras e as mais verdadeiras de Pasolini e acrescento-lhe as minhas reflexões cantadas, fazendo-vos sempre ouvir os pedaços do campo, recolhidos ultimamente com os meus alunos, que parece quererem dizer que esta homogeneização cultural que matou o nosso país ainda não ganhou totalmente, que podemos e queremos ainda fazer cultura para que ele renasça.*»

## CINEMA



## Ciclo dedicado a Humphrey Bogart

Está prestes a chegar ao fim o curto ciclo especial dedicado a uma das figuras míticas do cinema, Humphrey Bogart, organizado pela Cinemateca Portuguesa (R. Barata Salgueiro, Lisboa) por ocasião do centenário do seu nascimento. Assim, os fãs do actor mas também os amantes em geral do grande cinema clássico norte-americano poderão ainda assistir, hoje e amanhã, à projecção dos seguintes filmes: hoje, às 18.30, «A Rainha Africana» (The African Queen, 1952), de John Huston,

com Humphrey Bogart, Katharine Hepburn e Robert Morley nos principais papéis; 21.30, «O Tesouro da Serra Madre» (The Treasure of the Sierra Madre, 1948), de John Huston, com Humphrey Bogart, Walter Huston, Tim Holt e Bruce Bennett; amanhã, sexta-feira, pelas 18.30, «A Condessa Descalça» (The Barefoot Contessa, 1954), de Joseph L. Mankiewicz, com Humphrey Bogart, Ava Gardner, Edmond O'Brien e Rossano Brazzi.

## EXPOSIÇÃO

## Educação, Arte e Cultura na Malaposta

A Amascultura inaugurou no passado dia 8, no Centro Cultural Malaposta, uma exposição subordinada ao título «Educação, Arte e Cultura» que foi cedida pelos Serviços de Educação da Fundação Calouste Gulbenkian. Segundo o programa da exposição, trata-se de «um estímulo a uma viagem pelas imagens infanto-juvenis das últimas décadas, reflectindo um trabalho de profundo empenhamento da Educação pela Arte e um fabuloso contributo para o conhecimento das metodologias do desenvolvimento através de caminhos diversificados». A exposição estará patente até finais de Fevereiro.

## Mostra de Teatro de Almada

É já amanhã que começa a Mostra de Teatro de Almada, um certame que decorrerá no Auditório do Fórum Cultural Romeu Correia daquela cidade e se destina a divulgar a multiplicidade de projectos dos grupos de teatro do Concelho de Almada.

Do programa das representações de palco fazem parte nos próximos dias os seguintes espectáculos: 15, às 21.30, «Zona Estreita», de Fernando Rebelo, pea Oficina de Teatro de Almada; 16, às 21.30, «Três Irmãs», de Anton Tchekov, pelo Novo Núcleo da Faculdade de Ciências e Tecnologia; 17, às 16 horas, «O Leão Bonzão» (Teatro Infantil), de Nuno Gomes dos Santos, pela Associação Cultural Manuel da Fonseca; 19 e 20, às 21.30, «Solidão, Aperto e Queda», de Miguel Clara Vasconcelos, pelo Ninho das Víboras (em co-produção com o Teatro Não). Seguir-se-ão até 31 do corrente, outros espectáculos pelos grupos Bota, A Lente-Teatro de Aumentar, GITT, Companhia de Teatro de Almada, Centro Cultural de Almada, Teatro Extremo, Grupo Cénico da Incrível Almadense e O Grupo-Colectivo de Teatro.

Paralelamente a esta Mostra de Teatro realizar-se-ão Workshops específicos, todos em 8, 9, 12, 13 e 14, sobre diversos aspectos da arte de representar e da produção teatral, a saber: «Voz», orientado por Inês Nogueira; «Corpo», orientado por Michel Guibentif; «Construção de Marionetas», orientado por José Ramalho;



«Expressão Dramática - Caminhos para os Actores e as Personagens», orientado por Paulo Filipe Monteiro; e «Promoção e Produção», orientado por Miguel Abreu. Os três primeiros workshops realizar-se-ão no Ponto de Encontro da Casa Municipal da Juventude e os dois últimos na Sala Polivalente do Fórum Municipal Romeu Correia. Informações pelo telefone 272 47 00.



Carlos Prado e Barbara Griggi, em «Seis Danças»

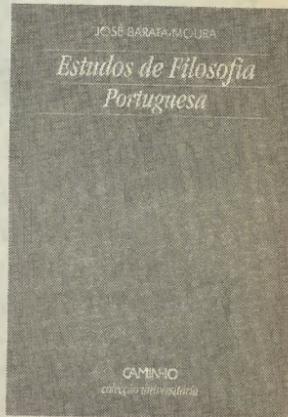
## BAILADO

## Companhia Nacional de Bailado e Ballet Gulbenkian

Prossegue hoje, amanhã, sábado e domingo (sempre às 21.30 e, no sábado e domingo, também às 16 horas) no Teatro Nacional de S. Carlos, a Temporada de Bailado 1998/99 da Companhia Nacional de Bailado. Será apresentado o Programa 4 da presente temporada, constituído pelos bailados «Artifact 2», com coreografia, figurinos e desenho de luz de William Forsythe e música de Johann Sebastian Bach; «The Lisbon Piece», uma nova criação de Anne Teresa de Keersmaecker para a CNB (em estreia absoluta); e «In the Middle Somewhat Elevated», com coreografia, figurinos e desenho de luz de William Forsythe e música de Thom Willems.

Pelo seu lado, o Ballet Gulbenkian estreará no Grande Auditório da FCG, na quarta-feira 20, com espectáculos também em 21, 22 e 23, às 21.30 (e em 23 também às 16 horas), um programa constituído por três bailados: «Seis Danças», com coreografia, cenários e figurinos de Jiri Kylián, música de W. A. Mozart e luzes de Joop Caboort; «Queens / Black Milk» (estrela em Portugal), com coreografia de Ohad Naharin, música de Arvo Pärt e Paul Smadbeck, figurinos de Rakafet Levy e luzes de Bambi; e uma nova criação (em estreia absoluta) com coreografia de Rui Horta e música original de Yens & Yens.

## LIVROS



## Estudos de Filosofia Portuguesa

«Mais produtivo do que o desenterrar cíclico de polémicas em torno de uma alternativa abstracta entre "filosofia em Portugal" ou "filosofia portuguesa", afigura-se-me ser o empenhamento - no meu caso reconhecidamente modesto - de todos quantos em português pensam e escrevem no modelar, corporizar e vitalizar de uma tradição plural e polifónica de compromisso com o filosofar.» Estas palavras escreve-as o autor do livro que hoje recenseamos, Estudos de Filosofia Portuguesa. José Barata-Moura, o actual Reitor da Universidade de Lisboa, reúne neste volume editado pela Caminho, na sua Coleção Universitária, cerca de uma dezena de textos escritos ao longo de trinta anos e que revelam, a quem os não conheça, o notável percurso do autor que, reflectindo sobre trabalhos de outros portugueses, é sobre as ideias e a ideologia e sobre a historicidade delas que reflecte.

Fernanda Vicente

## A GAROTA DO KALUSSOWA

PRÉMIO REVELAÇÃO  
ROMÃO APEP/PL  
Recomendado pelo Juri



Escritor

## A Garota do Kalussowa

Uma estreia, mais do que promettedora, esta, de Fernanda Vicente, com a aventura de um primeiro romance desde logo premiada. A Garota do Kalussowa, agora publicado pela editora Escritor, recebeu o Prémio Revelação APE/PL. Neste romance, Fernanda Vicente como que nos fala a duas vozes, uma angolana, outra portuguesa, dando voz à memória que da infância se ergue explicando uma história. Num texto que une uma personagem dividida, duas vozes e duas visões do mundo que acabam por se reunir na palavra escrita, no registo de um percurso que a autora conhece de raiz, ela própria nascida em Angola e chegada a Portugal em finais da década de 60, acompanhando parte da família que retorna em consequência da guerra.

# ATAQUE DE FOICE

## Realismo

Os portugueses estão pessimistas. Uma sondagem divulgada pelo «Expresso» da semana passada revela, sem margem para dúvidas, que a esmagadora maioria da população entrou em 1999 sem ilusões quanto ao futuro: 71 por cento acreditam que os conflitos sociais vão aumentar, 52,5 por cento não duvidam que o desemprego crescerá, e 57,4 por cento estão convencidos de que os preços dos produtos e serviços vão subir com o euro.

Outros dados, respeitantes às expectativas com a evolução da economia e a eficácia de sectores estruturais da sociedade, não são mais animadores. Os portugueses, pura e simplesmente, não acreditam haver motivos de confiança. E esse sentimento, sempre segundo o mesmo trabalho da Euroexpansão, é comum aos eleitores de todos os partidos.

Sendo duvidoso que os 544 inquiridos andem todos a par das preocupações de George Soros - o multimilionário detentor de uma fortuna pessoal de cerca de cinco mil milhões de dólares que está convencido que a depressão espreita o capitalismo - é de admitir que cá pelo burgo se sente, ou se pressente, que os perigos que andam para aí à solta não-de-bater-nos à porta mais cedo que tarde.

Soros é um defensor do sistema capitalista preocupado com o sistema capitalista. Tendo enriquecido à custa da especulação bolsista, Soros diz estar à espera de uma depressão económica e advoga a necessidade de novas regras de jogo para os mercados financeiros internacionais para evitar que o mundo seja arrastado para a ruína. Numa espantosa entrevista publicada no suplemento «Negócios» do «Diário de Notícias» de segunda-feira, o multimilionário alerta para o facto de «uma terça parte da economia mundial, incluindo o Japão» já se encontrar em depressão e garante que «temos ainda de contar com uma recessão nos EUA e na Europa». Por isso importa mudar as regras do jogo, diz, apesar de terem sido estas regras do jogo que o tornaram milionário.

Soros não vê nisso nenhuma contradição. «Eu distingo claramente - afirma - entre as minhas actividades de freguês da bolsa e as preocupações que tenho como ser humano. Na qualidade de comerciante nos mercados, não posso modificar o que se passa. Mas, na qualidade de simples cidadão, preocupo-me com a instabilidade dos mercados financeiros e desejo que as regras do jogo sejam alteradas.» Para quê? Para que o sistema capitalista possa sobreviver, obviamente. «Eu sou um capitalista, acredito no mercado e defendo a propriedade privada como sendo indispensável à sociedade. (...) Mas o sistema, tal como existe hoje, não anda bem. Os mercados precisam de fiscalização e de controlo» - diz Soros. Não é todos os dias que gurus da especulação bolsista vêm a público afirmar que «as transacções substituíram as relações», que «o dinheiro deixou de ser um meio para alcançarmos objectivos e passou a ser um fim em si mesmo», e que os mecanismos para a defesa do bem comum «não existem na economia global».

Pelos vistos as preocupações de Soros ainda não chegaram aos centros do poder político e, muito em particular, à sede do nosso Governo rosa, onde tudo parece navegar no melhor dos mundos com a única e exclusiva fixação de alcançar a maioria absoluta. Os ramalhetes dos ministeriáveis e deputáveis estão a ser compostos, os boys perfilam-se na linha de partida para a corrida aos cobiçados jobs, os seráficos discursos de louvar a Guterres e à sua política estão na forja.

Em ano de eleições, a demagogia engorda.

Os portugueses, pessimistas, vão-se tornando realistas.

■ Anabela Fino

**Um relatório sobre a protecção da família e da criança vai ser votado amanhã na sessão do Parlamento Europeu. A iniciativa teve origem numa proposta de resolução sobre o trabalho infantil na União Europeia apresentada, entre outras, pelos eurodeputados do PCP.**

A gravidade do problema do trabalho infantil, que viola profundamente os direitos das crianças, justifica não só a atenção dada a esta matéria mas, sobretudo, a necessidade de travar um decidido combate ao flagelo - a que Portugal não escapa - a nível internacional. Uma exigência feita, de resto aquando da marcha Global Contra o Trabalho Infantil, que terminou em Genebra, em Junho de 1998, durante a realiza-

ção da 86.ª sessão da Conferência Internacional do Trabalho.

Recorda-se que uma delegação de participantes na Marcha foi então recebida no Parlamento Europeu, dias depois de os deputados do PCP terem apresentado uma proposta de resolução contra o trabalho infantil e de apoio à realização desta iniciativa, e que, significativamente, não foi agendada para discussão no Parlamento por falta de apoio dos

outros grupos políticos. Os eurodeputados comunistas voltaram a apresentar uma proposta de resolução sobre a matéria; desta vez, a iniciativa contribuiu para a elaboração de um relatório sobre a protecção da família e da criança. A resolução insta os Estados-membros da União Europeia a mobilizarem meios para promover os direitos das crianças (tais como o direito à educação e à não exploração económica) que dêem prioridade ao combate ao trabalho infantil, implementando urgentemente programas de acção para a sua erradicação, e garantindo uma mais eficaz fiscalização do trabalho infantil, criminalizando os que o promovem.

O documento salienta ainda a necessidade urgente de criação de programas de apoio à integração das crianças que já trabalharam, e chama a atenção dos governos para contrariarem a desregulamentação das relações de trabalho que se reflecte numa tolerada ou até estimulada clandestinização do emprego da força de trabalho, que facilita, esconde e promove o trabalho das crianças.

A iniciativa exorta, por outro lado, as autoridades a aprofundarem o conhecimento sobre o trabalho de crianças na União Europeia, designadamente através do balanço da legislação existente e promovendo a respectiva actualização.

## Administração Local suspende greve

A Direcção Nacional do STAL iniciou ontem uma reunião de dois dias onde vai estar em discussão uma proposta para suspender a greve convocada para dia 20.

Uma nota de imprensa do Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Administração Local refere que a paralisação «foi marcada no final do ano transacto, por tempo indeterminado, como forma de protesto e exigência de tomada de medidas urgentes por parte do executivo governamental, face ao atraso verificado na publicação do diploma de revisão do regime de carreiras para a Administração Local».

A suspensão da greve é proposta até Fevereiro, uma vez que o referido diploma foi publicado dia 5 de Janeiro, com data de 30 de Dezembro, e o Governo enviou a todas as autarquias uma circular para que sejam processadas de imediato as novas remunerações e correspondentes retroactivos.

Em Fevereiro será feito o balanço deste processo. Mas poderá também ocorrer uma jornada nacional de luta - cuja marcação será decidida tendo em conta as propostas de actualização salarial para 1999 apresentadas pelo Governo aos sindicatos da Administração Pública (ver pág. 9).

## Petrogal pagou

A Petrogal reconheceu estar a realizar uma política salarial discriminatória, como há muito o Sindicato dos Trabalhadores da Química, Farmacêutica, Petróleo e Gás do Norte vinha denunciando.

Esta posição resultou da acção que lhe havia sido movida em Tribunal, no sentido de ser feita justiça a um trabalhador da divisão de expedições de carros-tanques que, possuindo a categoria de Assessor I e desempenhando as mesmas funções dos seus colegas, auferia um salário inferior.

No decurso do julgamento,



Os trabalhadores das autarquias podem voltar à luta em Fevereiro (foto de arquivo)

## CCDs

O STAL realiza amanhã, em Coimbra, um encontro nacional de Centro de Cultura e Desporto, Casas de Pessoal e outras instituições de carácter social, para discutir uma estratégia que salguarde as participações do Estado para acções de carácter social, cultural, recreativo e desportivo, neste momento ameaçadas.

O STAL acusa o Governo de não respeitar os compromissos que assumiu no sentido de encontrar uma solução que garanta as participações das autarquias locais a estas instituições de carácter social, um património dos trabalhadores

que remonta, pelo menos, a 1963.

Os CCDs, integrando um conjunto de esquemas complementares de protecção social dos trabalhadores - creches, escolas e

material escolar, transportes, refeições, assistência médica e iniciativas de carácter cultural e recreativo -, assumem uma importância inegável «na prevenção, redução ou resolução de problemas decorrentes da situação laboral, pessoal ou familiar que não estão atendidos pelos regimes gerais de protecção social».

Em contraste com o que se passa em relação à Administração Central, - onde as transferências financeiras continuam asseguradas -, as participações das autarquias locais têm vindo a ser postas em causa pelas dúvidas que o Tribunal de Contas levanta sobre a sua cobertura legal, ainda que a generalidade das autarquias, que possui pareceres jurídicos diferentes, não aceite esta interpretação do TC.

## Descentralização em colóquio

«Descentralização: processo de transferência de novas atribuições e competências para o Poder Local», assim se chama o colóquio que o Grupo Parlamentar comunista e a Comissão Nacional de Autarquias do PCP realizarão no próximo dia 18, na Sala do Senado da Assembleia da República, pelas 15.00 horas

Incidindo num tema de grande relevância e actualidade, o colóquio está formatado em dois painéis, o primeiro dos quais, a decorrer entre as 15.00 horas e as 16.30 horas, estará centrado na «óptica do Poder Local», com intervenções previstas dos presidentes das câmaras de Almada, Maria Emília de Sousa, do Alvito, José Lopes Guerreiro, do Cartaxo, José Condes Rodrigues, e do presidente da Junta de Freguesia de Marvila, António Pereira.

No segundo painel, que se estenderá entre as 17 horas e as 18.30 horas, estará em foco a «óptica jurídica, institucional e de desenvolvimento», intervindo o Prof. Doutor João Caupers, professor na Faculdade de Direito de Lisboa, o Prof. Doutor José Reis, presidente da Comissão Coordenadora Regional Centro, e o Prof. Doutor Luís Sá.

## Salus em greve

Na próxima segunda-feira os trabalhadores da Salus vão entrar em greve. A decisão foi tomada em plenário realizado dia 11. Os trabalhadores, para além do pagamento do salário de Dezembro, da parte em falta do 13.º mês e do subsídio de transporte, reclamam da administração a criação das condições necessárias para o pagamento da restante dívida: subsídio de férias de 1998, cerca de 50 por cento dos subsídios de férias e Natal de 1997 e horas extraordinárias.

